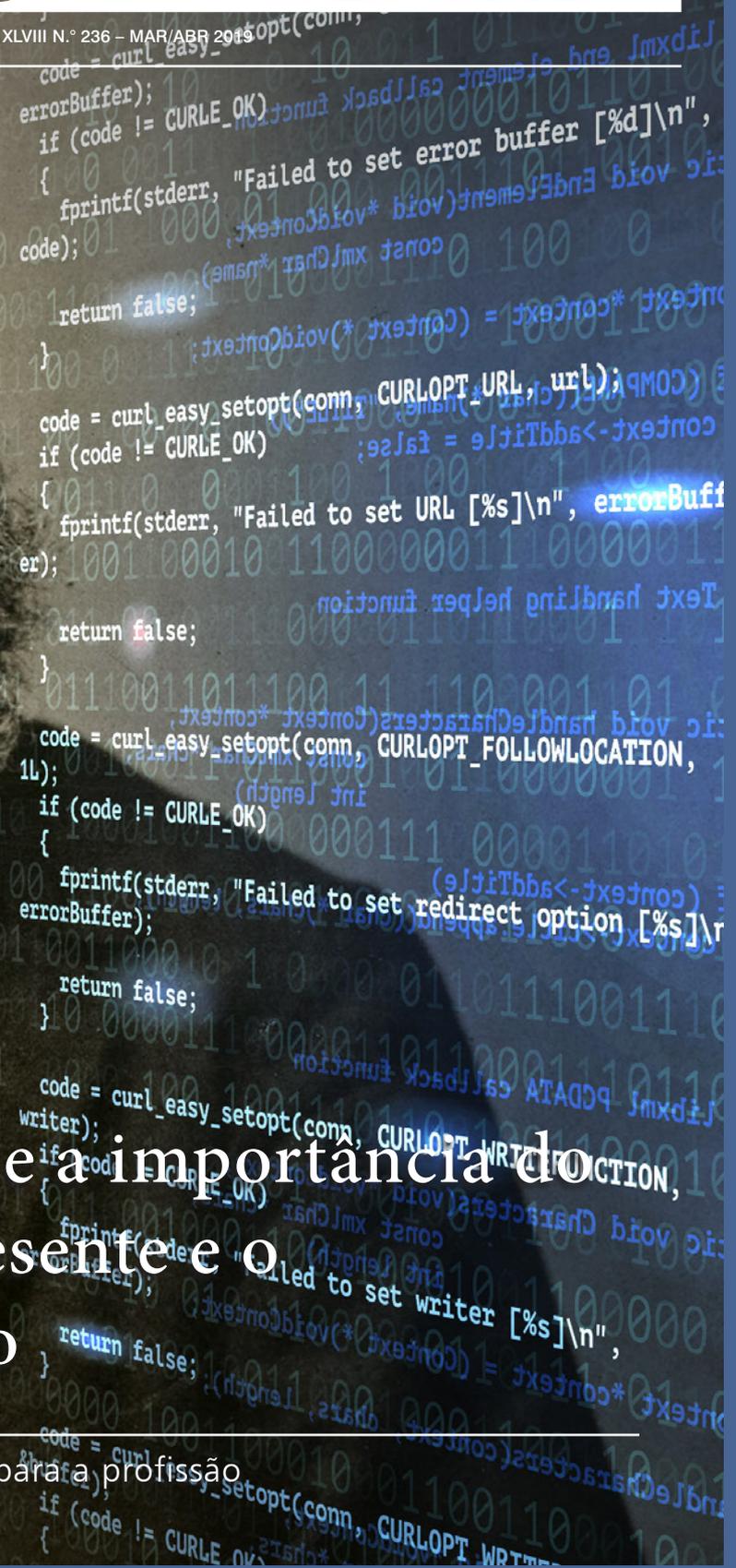
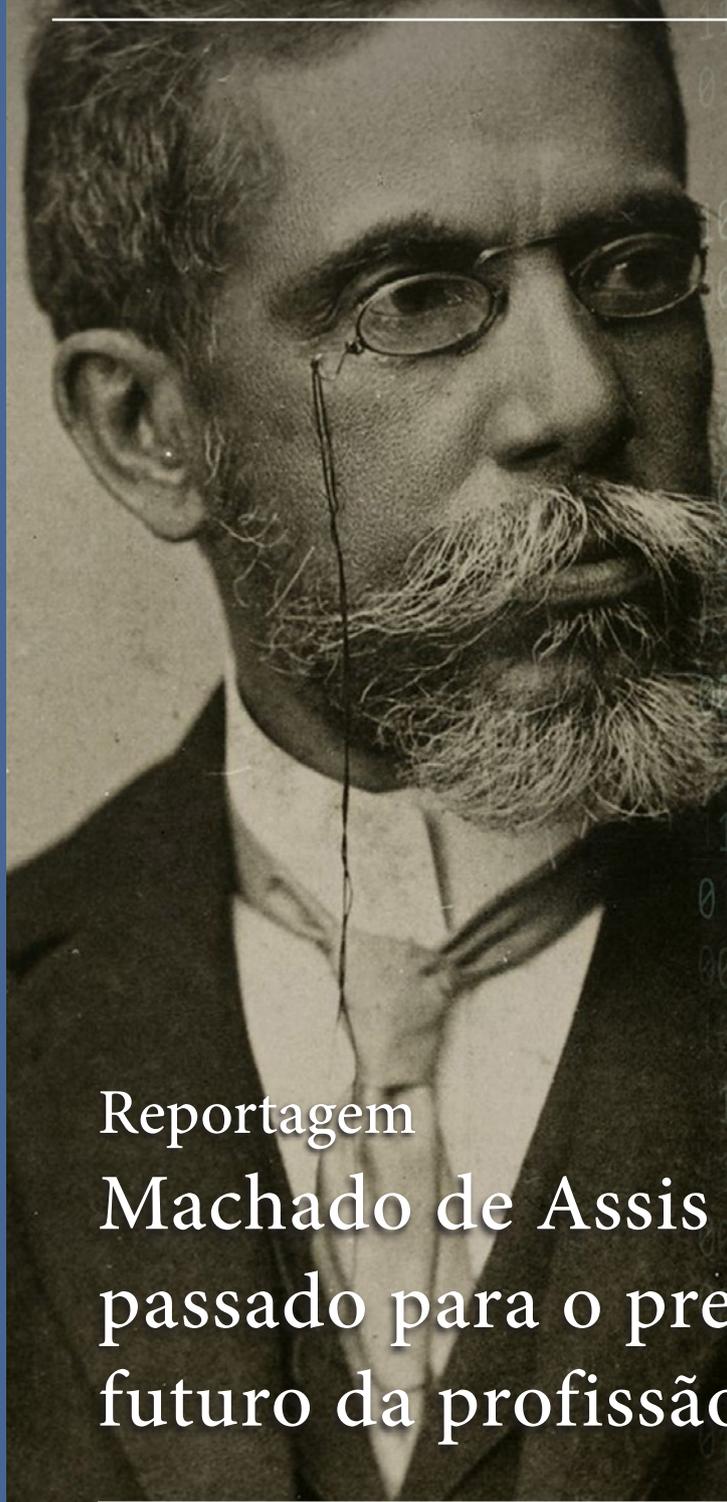


rbca REVISTA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE

REVISTA EDITADA PELO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - ANO XLVIII N.º 236 - MAR/ABR 2015



Reportagem Machado de Assis e a importância do passado para o presente e o futuro da profissão

Artigos abordam importantes temas para a profissão

PALAVRA DO PRESIDENTE

Um dos assuntos mais comentados nos últimos anos tem sido o avanço da tecnologia na área contábil. Discute-se, inclusive, sobre o risco de os contadores serem substituídos por programas de computador e a profissão ser extinta. Isso é uma grande falácia, e posso garantir, com base na história, que permaneceremos sendo fundamentais para o progresso econômico.

A contabilidade já passou por três Revoluções Industriais; sofreu mudanças, se adaptou quando necessário e seguiu adiante, firme e forte, atrelada à evolução da Humanidade e participante de seus acontecimentos sociais, culturais, políticos e econômicos.

Na reportagem desta edição da RBC, professores da Universidade de São Paulo (USP) e autores do artigo “Machado de Assis, guarda-livros?”, Isabel Sartorelli e Eliseu Martins, analisam a importância de se conhecer a história da profissão para melhor compreender o presente e se preparar para o futuro da contabilidade.

Entender a história é relevante, entre vários fatores, para se saber de onde vêm as raízes que nos conectam ao nosso tempo. Em muitos momentos, há disrupções de processos, causando, em um primeiro momento, preocupações e desentendimentos. Quando ocorrem esses rompimentos históricos – as Revoluções Industriais são grandes exemplos disso –, pode haver mudanças profundas, que exigem novos padrões de atuação e métodos de produção.

Compreendendo o passado e seus desdobramentos, podemos manter maior equilíbrio frente às

Divulgação CFC



Zulmir Ivânio Breda
Presidente do CFC

disrupções do tempo, mudando e crescendo rumo a um novo patamar.

Faço essas reflexões para convidar os leitores desta edição a ler a reportagem baseada no artigo que traz registros da atuação na área contábil, de Machado de Assis, um dos maiores autores da Literatura Brasileira. Além disso, é claro, recomendo a leitura desta valiosa pesquisa.

Mas não é só isso! Há outros seis relevantes trabalhos acadêmicos publicados nesta edição, os quais nos ajudam, no exercício da contabilidade, com o imprescindível saber técnico. O conhecimento, sem dúvida, é uma das mais importantes ferramentas humanas de todos os tempos.

Boa leitura!



```
conn = curl_easy_init();
if (conn == NULL)
{
    fprintf(stderr, "Failed to create \"CURL connection\n");
    exit(EXIT_FAILURE);
}

code = curl_easy_setopt(conn, CURLOPT_ERRORBUFFER,
errorBuffer);
if (code != CURLE_OK)
{
    fprintf(stderr, "Failed to set error buffer [%d]\n",
code);
    return false;
}

code = curl_easy_setopt(conn, CURLOPT_URL, url);
if (code != CURLE_OK)
{
    fprintf(stderr, "Failed to set URL [%s]\n", errorBuff-
er);
    return false;
}

code = curl_easy_setopt(conn, CURLOPT_FOLLOWLOCATION,
1);
if (code != CURLE_OK)
{
    fprintf(stderr, "Failed to set redirect option [%s]\n",
errorBuffer);
    return false;
}

code = curl_easy_setopt(conn, CURLOPT_WRITEFUNCTION,
writer);
if (code != CURLE_OK)
{
    fprintf(stderr, "Failed to set writer [%s]\n",
errorBuffer);
    return false;
}

code = curl_easy_setopt(conn, CURLOPT_WRITEDATA,
&buffer);
if (code != CURLE_OK)
{
    fprintf(stderr, "Failed to set writedata [%s]\n",
errorBuffer);
    return false;
}
}
```

REPORTAGEM

Machado de Assis e a importância do passado para o presente e o futuro da profissão

Por Maristela Giroto

Antes de lançar, em 1908, o primeiro modelo "T" da Ford, o engenheiro Henry Ford passou cerca de 15 anos testando carruagens sem cavalos e algumas máquinas. Foi necessário muito tempo de pesquisa, trabalho e adaptação para se chegar ao veículo motorizado que revolucionou a indústria na época. Ano após ano, uma descoberta puxa outra, constituindo-se a evolução um processo ininterrupto, e a história se encarrega de conectar os fatos ao seu tempo, o passado e o seu legado ao presente.



Mas o que o escritor brasileiro Machado de Assis tem a ver com essa história? Assim como Henry Ford, entre vários outros grandes precursores, Machado deixou seu legado para as gerações futuras. Há poucos anos, inclusive, descobriu-se o seu nome entre os pioneiros da prática contábil no Brasil.

Por meio da análise de fragmentos de seus textos e por observações biográficas, pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) descobriram, ao estudar a vida do brilhante escritor brasileiro, que Machado, à parte a sua pro-

dução literária, atuou diretamente com a contabilidade.

"Machado de Assis, guarda-livros?" é o título do trabalho publicado por Isabel Cristina Sartorelli e Eliseu Martins, que estudaram a biografia do escritor enquanto Diretor-Geral de Contabilidade no Ministério de Viação e Obras. O artigo foi publicado na revista Estudos Avançados 30 (88) em 2016.

Nesta reportagem, o trabalho dos pesquisadores é utilizado como fundamento para discutir questões como: "Qual a importância de se estudar o trabalho de guarda-livros realizado por um expoente da

Literatura Brasileira?"; "Em meio às mudanças e aos desafios trazidos pela atual revolução tecnológica, por que interessa estudar o que aconteceu tanto tempo atrás?"; "Qual a relevância de se conhecer e entender a história da contabilidade nacional para a continuidade ou para a evolução da profissão?".

Entender a importância do passado para o presente e o futuro da Contabilidade, especialmente quando turbulências têm sido provocadas pelo avanço da Inteligência Artificial em atribuições privativas de contadores, é a proposta do conteúdo que segue.

Na história humana, de uma geração para a seguinte, legados são transmitidos, preservados ou, por vezes, adaptados, em decorrência de fatores diversos. Como uma ciência dinâmica, a Contabilidade sempre esteve vinculada aos acontecimentos sociais, culturais, políticos e econômicos, e conseguiu avançar, ao longo do tempo, atrelada ao progresso da Humanidade.

A contabilidade começou a se tornar profissão organizada no século 19. A Contabilidade Moderna, enquanto ciência, é um produto de séculos de pensamento, costumes, hábitos, ações e convenções.

“Há vários motivos para se conhecer história, e um deles é para procurar não repetir erros”, afirma o professor Eliseu Martins, um dos autores da pesquisa “Machado de Assis, guarda-livros?”. Segundo ele, outro motivo, válido no presente estudo, é para uma compreensão mais completa do perfil da profissão, para se evitarem os estereótipos deturpados. “E estereótipo deturpado do contador é algo que ainda remanesce na nossa sociedade”, afirma Martins.

Apesar dos avanços obtidos quanto à imagem da profissão, especialmente na última década, conforme reconhece o professor, “boa parte da sociedade ainda não tem de nós a imagem que merecemos”.



Eliseu Martins

Para a professora Isabel Cristina Sartorelli, o contador é um profissional muito exigido em termos de conhecimento, no entanto, talvez seja pouco valorizado pela sociedade brasileira. Ela entende que mais estudos voltados à história da Contabilidade no Brasil poderiam reverter essa realidade.

“A história da profissão, como objeto de estudo, vem sendo muito pouco explorada. Logo no início, quando a Contabilidade surgiu no Brasil, como ofício, muitas obras de referência eram importadas da Europa, de países como a França, por exemplo. E, para compreender o que lá estava, era necessário que o profissional entendesse o idioma com certa fluência, além, é claro, da também exigida boa caligrafia”, conta Isabel.

Ao refletir sobre essa realidade dos pioneiros da profissão no País, na qual Machado de Assis estava inserido, a professora chama a atenção para o desafio de se colocar em prática o entendimento oriundo de livros de língua estrangeira de algo absolutamente técnico. “E isso sem ter passado por uma escola de formação em comércio, por exemplo, porque essas escolas só surgiram muitos anos depois que Machado já atuava”, explica.

Ainda, fazendo um link com o presente, a professora justifica que a pesquisa “Machado de As-



Isabel Cristina Sartorelli

sis, guarda-livros?” tem também a importância de trazer novamente à discussão os desafios por que passa o profissional da área.

“Alguns pensam que o grande desafio dos últimos anos foi a adoção das *International Financial Reporting Standards* (IFRS), ocorrida no início deste milênio. No entanto, com esta pesquisa, fica claro que a lógica contábil sempre foi, em certa medida, internacional. Machado atuou na área contábil pelos conhecimentos que tinha do idioma francês, ou seja, por conhecimentos que vão muito além da técnica contábil. E assim também acontece hoje”, afirma a coautora do trabalho.

Fim da profissão?

Resgatar a história de Machado de Assis, um dos maiores escritores brasileiros de todos os tempos, e descobrir que ele exerceu a profissão contábil, na opinião de Eliseu Martins, auxilia a classe a se sentir bem. “Mostramos à sociedade esse fato tão relevante, que nos ajuda a nos posicionarmos melhor como classe e na evolução da nossa imagem”, defende o professor.

Esse resgate histórico é mais importante ainda quando, continua Martins, “espraíam-se as notícias de tantas profissões que estariam a caminho da extinção”. Ele é da opinião de que muitas dessas ‘profecias’ ficarão desmoralizadas, embora algumas possam vir a se realizar.

“Aliás, uma das primeiras ‘profecias’ dessa natureza foi vivenciada por Luca Paciolo, porque ele viveu algumas décadas após a invenção da imprensa, quando se vaticinou que, com o barateamento da produção dos livros, uma profissão estaria logo extinta: a de professor”, exemplifica o coautor da pesquisa “Machado de Assis, guarda-livros?”

A profissão contábil vem sofrendo grandes abalos em decorrência do

avanço da tecnologia, de acordo com Martins. Mas o professor é categórico ao afirmar que ela jamais será extinta, como não serão extintas as de direito, de medicina e tantas outras.

“Simplesmente ocorrerá uma mudança no perfil e na estratificação dos profissionais da contabilidade. A pirâmide que nos caracteriza, com um andar inteiro, na base, de profissionais trabalhando num nível básico, classificando documentos, fazendo registros contábeis e fiscais, preenchendo guias e outras atividades, enquanto lá no alto havia alguns poucos chefes a comandar, isso mudará, com certeza”, vaticina Martins. E complementa: “Cada vez mais essa pirâmide vai se invertendo. Cada vez menos profissionais serão necessários nas atividades básicas, e mais irão sendo necessários no processo de análise, de pesquisa, de interpretação e, principalmente, de comunicação com nossos usuários, quer sejam os gestores da entidade, os cobradores de tributos, os financiadores, os proprietários, os empregados, etc.”. Isso já é realidade em algumas empresas, segundo ele.

A professora Isabel Sartorelli concorda que, sem dúvida, atualmente “os tempos são outros”. Para ela, muito do que hoje é processado mecanicamente por um profissional, dentro em breve será obtido automaticamente. “Isso trará novas exigências aos contadores. As dificuldades vão alcançar um patamar mais elevado, e o profissional da área contábil deverá ser capaz de responder a esta nova exigência”, afirma.

Quando se estuda a história, de acordo com Isabel, nota-se que, por vezes, a profissão passou por grandes mudanças, mas, mesmo assim, ao final de todas as transformações, o contador sempre permaneceu.

“Nessa linha, estudar o passado é entender o futuro. Se fosse permitido fazer uma aposta, poderia apontar que a automação trará uma

enxurrada de novas informações, que precisarão ser gerenciadas, e que hoje nem nos damos conta de que elas podem estar disponíveis ao alcance das mãos”, reflete Isabel. Para a professora, com o aumento

das informações, novamente o profissional da contabilidade poderá ser encarregado de auxiliar no entendimento delas, na interpretação e encaminhamento de soluções inovadoras, como sempre foi.

“Machado de Assis, guarda-livros?”

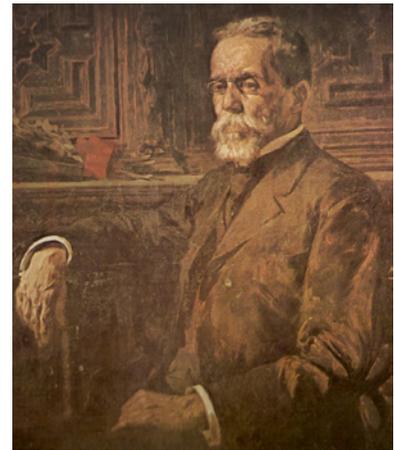
De acordo com o resumo do artigo, “os achados da pesquisa permitem inferir que Machado de Assis exerceu as funções de guarda-livros, denominação dada à época para o que hoje chamamos de contador”.

Os professores Isabel Sartorelli e Eliseu Martins fizeram “uma investigação a respeito de o escritor ter exercido funções de um contabilista enquanto funcionário público, o que, aliás, é ponto de discórdia entre biógrafos do autor”.

Ainda conforme o que consta no resumo, o estudo “traz um retrospecto da carreira de funcionário público e discute precipuamente a relação do autor com a área contábil. Utiliza-se de recursos documentais e de uma pequena análise de crônicas do autor (baseado na ideia

de que a obra pode explicar o homem por trás do autor – Teoria do Romance)”.

Para entender bem essa história, leia o artigo completo: **Machado de Assis, guarda-livros?**

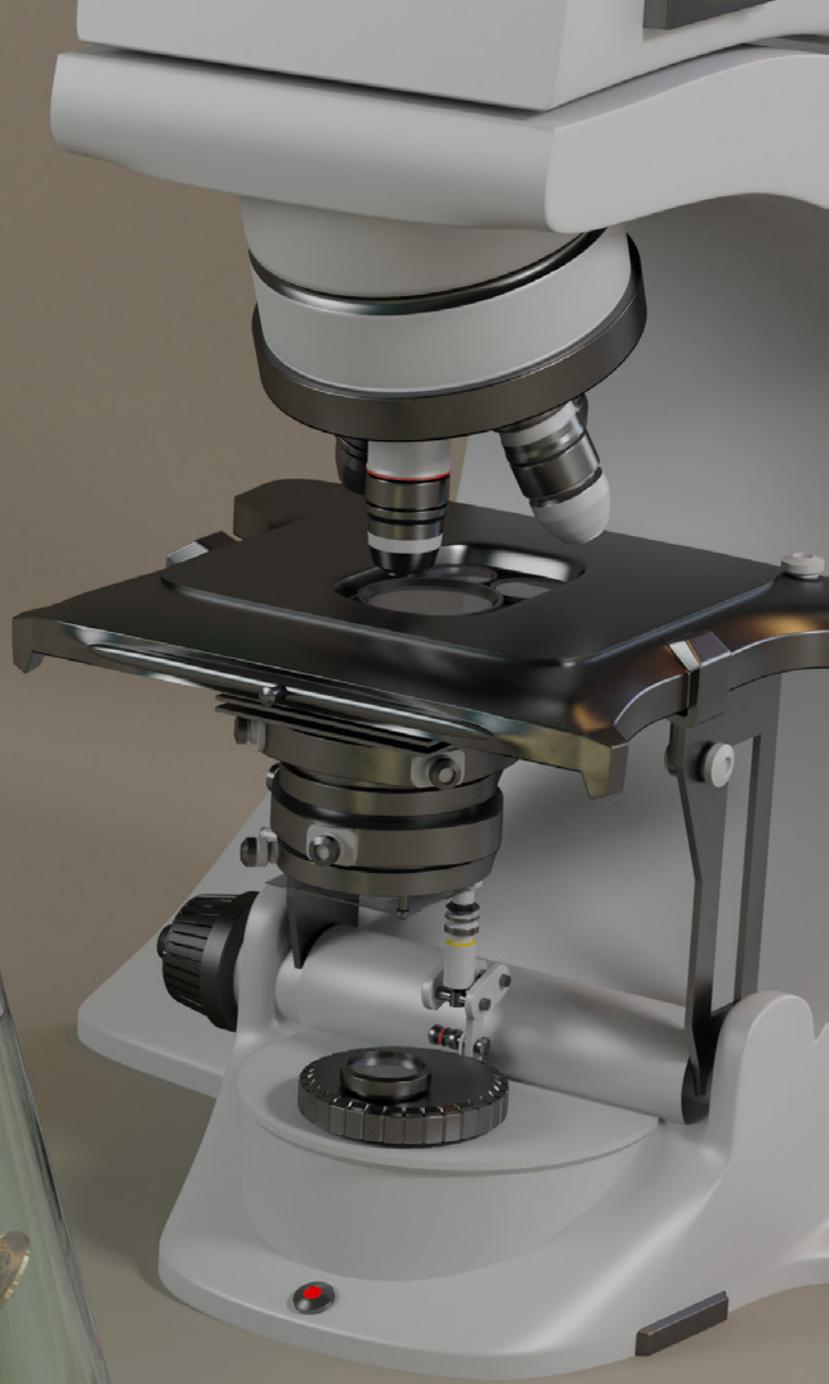


Outros ilustres

Antonio Houaiss foi outro célebre brasileiro que foi contador. Houaiss, que nos brindou com o dicionário que leva seu nome, ao aceitar o desafio de ampliar a quantidade de verbetes dos dicionários que se tinha à época, formou-se perito-contador em 1933, embora sua biografia não traga exatamente detalhes se exerceu o ofício ou não. O curioso é notar seu perfil detalhista, metucioso, sistemático. Talvez a motivação que o tenha levado a formar-se perito-contador tenha sido a mesma que o tenha levado ao estudo da língua portuguesa”, analisa Isabel.

Também há dois artigos científicos, segundo a professora, que sugerem que William Shakespeare atuou como contador. “Esses artigos o fazem não com provas documentais, mas por meio da própria obra do autor inglês e pela análise de sua biografia”, argumenta Isabel, acrescentando que há indícios de que o pai do célebre dramaturgo, dono de um pequeno negócio, não tendo estudado o suficiente para ler e escrever, teria incumbido seu filho, William, da função de manter os registros contábeis da empresa.

Segundo consta nos artigos, de acordo com Isabel, “William Shakespeare teve algum grau de instrução da técnica contábil, mesmo que apenas o justo e necessário para que fosse possível atender às incumbências dadas por seu pai”.



Lei da Inovação Tecnológica e Lei do Bem: qual o papel efetivo de fomento à inovação e à pesquisa no Brasil?

Para estimular o P&D por parte das empresas, o Governo brasileiro adotou políticas de incentivo a inovação que englobam, entre outras coisas, o incentivo fiscal previsto na Lei n.º 11.196/2005 (Lei do Bem). Este trabalho buscou verificar os fatores que dificultam o processo de obtenção do incentivo fiscal da inovação tecnológica. Para tanto, foi realizada uma pesquisa para identificar os fatores que dificultam as empresas a utilizarem o citado incentivo. Os resultados apontam que a necessidade de investir em controles internos e a obtenção de lucro tributável são os fatores que mais dificultam no processo de utilização do incentivo.

Thamara Jardim Santos Guedes

É mestre em Administração pelo Centro Universitário UNA, pós-graduada em Gestão Tributária e bacharela em Ciências Contábeis pela PUCMinas. É gerente de Tax da EY (Ernst Young) com experiência em empresas de diversos segmentos de atuação. É professora IEC PUC Minas, no curso de pós-graduação em Gestão Tributária. Pesquisas de interesse: aspectos tributários das legislações de inovação e de incentivos fiscais.

E-mail: thamarajardim@hotmail.com

Orientador: Poueri do Carmo Mário

É doutor e mestre em Ciências Contábeis pela FEA/USP. É professor do mestrado profissional em Administração da Una, na área de Contabilidade e Finanças. É professor do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É contador e consultor na área de Contabilidade e de Finanças em setores diversos. Pesquisas de interesse: falência e recuperação judicial, aspectos tributários das legislações de inovação e de incentivos fiscais, finanças corporativas, controladoria e custos, contabilidade societária.

E-mail: poueri@gmail.com

2089 – Recebido em 17/7/2018. Distribuído em 17/7/2018 e 25/9/2018. Pedido de revisão em 24/10/2018. Resubmetido pelo autor em 26/11/2018. Aprovado em 2/1/2019, na quinta rodada, por três membros do Conselho Editorial. Publicado na edição março-abril de 2019. Organização responsável pelo periódico: Conselho Federal de Contabilidade.

1. Introdução

As inovações fazem parte das forças necessárias para gerar desenvolvimento econômico de uma região ou país. Sendo assim, o investimento em novas tecnologias de produtos ou processos é importante para manter a competitividade e aumentar a produtividade de uma empresa ou de um determinado mercado, além de contribuir para o aumento de sua lucratividade (TIDD et al., 2008; PADGETT, MOUTRA-LEITE, 2012). Essa constante disputa pela informação, pelo conhecimento e pelo desenvolvimento da inovação é resultado da globalização do mundo contemporâneo — as pessoas de diversos países estão mais integradas, o que favorece o acesso a novos conhecimentos e, desta forma, indica também a necessidade de o Brasil construir e manter um arcabouço de desenvolvimento tecnológico autônomo (PEREIRA, KRUGLIANSKAS, 2006). No Brasil, durante anos, enfatizou-se o crescimento econômico baseado na valorização do investimento em capital fixo, que resultou em uma economia protegida, sem grandes investimentos em inovação. Porém, busca-se agora privilegiar os bens intangíveis e inovadores, que possibilitem o estímulo a geração de conhecimento e fomento a inovação (ARBIX, 2010; PARANHOS, PALMA, 2010; CASSIOLATO, LASTRES, 2000).

Como forma de fomentar os investimentos em inovação tecnológica, o Brasil passou a contar na década de 1990 com a Lei n.º 8.661, que, por sua vez, introduziu algumas políticas de incentivos fiscais para estímulo à capacitação tecnológica da indústria e da agropecuária (GRIZENDI, 2011), porém, foi apenas em

2004, com a promulgação da Lei n.º 10.973 (Lei da Inovação), que as políticas de inovação passaram a ocupar posição de destaque nos planos governamentais. Em suma, a Lei da Inovação busca refletir que a geração de conhecimento e a formação de recursos humanos aconteçam nas Universidades, enquanto que a inovação tecnológica ocorra no âmbito das empresas (PEREIRA, KRUGLIANSKAS, 2006).

Este estudo está apoiado em outros estudos e documentos como: OCDE (2004); Schumpeter (1934); Pereira (2003); Arbix (2010); Paranhos, Palma (2010); Cassiolato, Lastres (2000); Grizendi (2011); Matesco (2001); Tironi (2005); CETAD (2014); Formigoni et al. (2015); Lei da Inovação (Lei Federal 10.973/04); e na Lei do Bem (Lei Federal n.º 11.976/2005).

Este trabalho tem por objetivo identificar os fatores que dificultam o processo de obtenção do incentivo fiscal da inovação tecnológica. Sendo assim, foi aplicado um questionário a um grupo de consultores com vasta experiência nesta área atuação (*experts*).

Para a academia, espera-se que a pesquisa contribua para estreitar os laços com as empresas. Enquanto a academia traz, nas suas diretrizes, a construção de conhecimento e a formação de recursos humanos qualificados, as empresas buscam por meio da inovação tecnológica, avançar em termos de pesquisa e desenvolvimento, aumentar sua competitividade tecnológica e econômica e alcançar uma parcela maior do mercado. Almeja-se, também, que o assunto estudado seja uma oportunidade de aumentar a compreensão teórica sobre a evolução das políticas de inovação tecnológica no Brasil, bem como elucidar as maiores dificuldades enfrentadas para fruição do incentivo e, desta forma, contribuir para criação de uma cultura de inovação nas em-

presas. Por meio de uma cultura de inovação, espera-se que o Brasil possa alcançar melhores indicadores que proporcionem maior competitividade internacional.

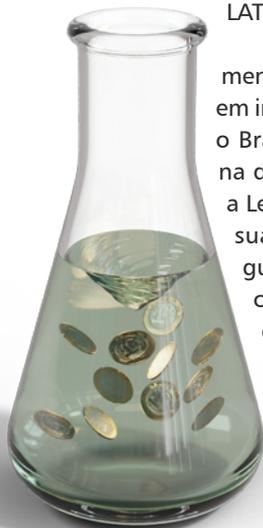
Os resultados deste trabalho podem auxiliar os gestores das empresas no momento de decidir investir, ou não, em inovações, bem como que eles avaliem, por meio de experiências de outras empresas, os benefícios e exigências para fruição e manutenção do incentivo fiscal. Em termos sociais e governamentais, os resultados obtidos podem ser utilizados pelos órgãos governamentais, para terem acesso às opiniões das empresas, quanto aos fatores dificultadores para investimento em inovação tecnológica no Brasil e, desta forma, avaliarem a possibilidade de adaptação ou melhoramento das políticas de inovação já existentes. Por fim, pretende-se que o resultado desta pesquisa contribua com novas indagações para a realização de estudos futuros sobre a gestão da inovação tecnológica e sobre as políticas de incentivos fiscais à inovação no Brasil.

2. Revisão da Literatura

2.1 Tipos de Inovações

A palavra “inovação” teve sua origem no latim, por meio da palavra *innovatus*, que significa, em Língua Portuguesa, renovar. É utilizada para “expressar a introdução de qualquer fato novo, no que se está fazendo, ou está feito, com o intuito de ser alterada a sua fase anterior” (SILVA, 1995, p. 475).

Schumpeter (1934) classificou a inovação como a principal força para o desenvolvimento, dotada de dinâmica própria e atuação direta sobre as estruturas fundamentais da ordem econômica. Elas são compostas de novas combinações de materiais e forças que aparecem descontinuamente e referem-se a:



- 1) Introdução de um novo produto ou mudança qualitativa em produto existente;
- 2) Inovação de processo que seja novidade para uma indústria;
- 3) Abertura de um novo mercado;
- 4) Desenvolvimento de novas fontes de suprimento de matéria-prima (insumos);
- 5) Mudança na organização industrial. (SCHUMPETER, 1934)

O manual de Oslo (Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico- OCDE, 2004) considera dois tipos de inovações: a inovação de produtos e a de processos. As inovações estão presentes tanto na criação de um novo produto ou processo quanto no aprimoramento de produtos ou processos já existentes. No caso dos produtos, as inovações são divididas entre produtos tecnologicamente novos, que envolvem tecnologias radicalmente novas, e produtos tecnologicamente aprimorados, que, neste caso, referem-se a um produto já existente que tenha sido aprimorado de forma significativa. Já as inovações de processos envolvem alterações no processo de produção ou nos métodos de produção utilizados, que podem ser novos ou apenas conter melhorias significativas nos já existentes.

Considerando que o objetivo deste trabalho é identificar os fatores que dificultam o processo de obtenção do incentivo fiscal da inovação tecnológica, o conceito de inovação considerado neste trabalho é o presente na Lei n.º 11.196/2005 (Lei do Bem) e na Instrução Normativa n.º 1.187/2011, segue reprodução.

§ 1º Considera-se inovação tecnológica a concepção de novo produto ou processo de fabricação, bem como a agregação de novas funcionalidades ou características ao produto ou processo que implique melhorias incrementais e efetivo ganho

de qualidade ou produtividade, resultando maior competitividade no mercado. (BRASIL, 2005)

2.3 Políticas Governamentais de Incentivo às Inovações Tecnológicas

A decisão de investir em inovação tecnológica faz parte do grupo de estratégias adotadas por uma empresa, e muitos fatores são levados em consideração para definir o local de instalação dos centros de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D. Os países em desenvolvimento são menos propícios para a realização de investimentos em P&D e, por isso, precisam do estímulo governamental para criar um ambiente atrativo para estes investimentos. Os fatores que levam uma multinacional a instalar centros de pesquisa e desenvolvimento, em um país diferente do de sua origem, englobam a possibilidade de obtenção de ativos estratégicos. Classificam-se como ativos estratégicos a mão de obra qualificada, as universidades e os institutos de pesquisas com boa infraestrutura, ambiente macroeconômico estável, incentivos fiscais, além de mercado para comercialização dos produtos produzidos (STAL, 2008).

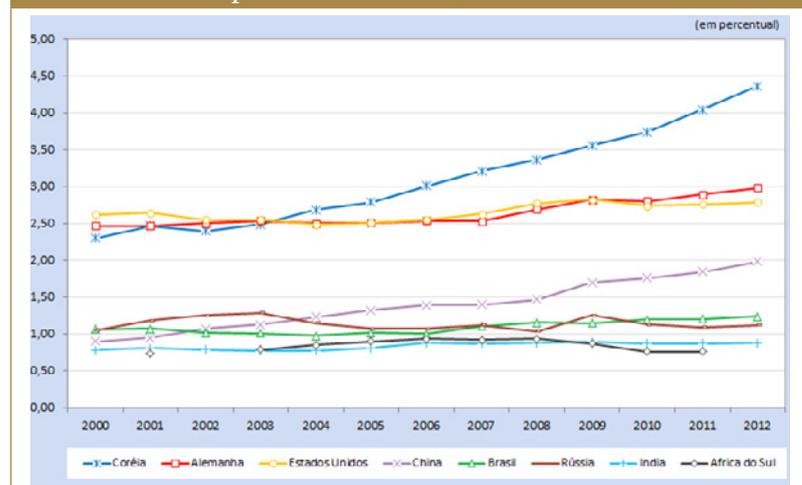
Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação (C, T & I), como o apresentado na Figura 1, apontam que os países que apresentaram maior quantidade de dispêndios do ano 2000 a 2012, quando comparado com o Produto Interno Bruto (PIB), foram a Coreia, a Alemanha, os Estados Unidos e a China.

É possível perceber, com base na Figura 1, que o Brasil se encontra em um grupo no qual o investimento em P&D ainda é baixo em comparação com o PIB.

2.4 Síntese das experiências de países bem-sucedidos em P&D

A experiência bem-sucedida dos países desenvolvidos e, alguns emergentes, demonstra que o melhor caminho para a promoção do desenvolvimento econômico e social passa, necessariamente, pela eficiência tecnológica (MATESCO, 2001). Sendo assim, a seguir, são abordadas características das políticas de inovação adotadas nos países que apresentaram investimentos em P&D mais relevantes, quando comparados ao PIB. Conforme foi possível observar no indicador disponibilizado pelo Ministério de Ciência, Tecnologia e

Figura 1 - Dispendios nacionais em P&D em relação ao PIB de países selecionados, 2000-2012



Fonte: MCTI, Coordenação- Geral de Indicadores (CGIN) – ASCAV/ SEXEC, 2015.

Inovação (MCTI), demonstrado no tópico anterior, os países que apresentaram maior quantidade de dispêndio em inovação tecnológica em 2012, foram a Coreia, a Alemanha, os Estados Unidos e a China.

COREIA DO SUL

A Coreia do Sul, que há pouco mais de meio século era um dos países mais pobres do mundo, alcançou em 2006 um PIB per capita próximo aos de alguns dos países da Europa (FUJITA, KWON, FINK; 2013).

Depois do Japão, a Coreia do Sul é um dos países mais industrializados da Ásia Ocidental. Ela possui um modelo de fomento à inovação tecnológica equilibrado, com crescimento em vários setores, o que demonstra amadurecimento de seu sistema nacional de inovação e justifica o sucesso de sua economia (FUJITA, KWON, FINK; 2013). No mesmo sentido, Bier e Lizárraga (2006) ressaltam as preocupações do governo coreano ao promover o investimento em inovação tecnológica no país, conforme reproduzido a seguir:

O sucesso da economia coreana tem-se obtido pela união de um governo que intervém diretamente em setores tanto econômicos como sociais, além de trabalhar fortemente em áreas estratégicas como a da inovação. O governo coreano tem subvencionado a aquisição da tecnologia, protegendo a exportação e ao mesmo tempo favorecendo a importação de máquinas e matéria-prima em vez de bens de consumo; tem também incentivado a massa operária a um esforço de trabalho, não apenas do ponto de vista braçal, mas principalmente no aprimoramento de sua base de conhecimento e crescimento intelectual. (BIER, LIZÁRRAGA, 2006).

Antes da década de 1970, o governo era o motor primário do de-

envolvimento coreano. Já nas décadas que se seguiram, o foco foi no desenvolvimento, estabilidade econômica e promoção de um ambiente propício à inovação. Para se ter ideia, apesar de ter alcançado uma evolução relevante no número de investimentos em P&D, a Coreia do Sul apresentou, em 2006, um número reduzido de incentivo fomentado pelo governo. Do total dos subsídios para fomentar o investimento em inovações, 85% foram custeados pelas empresas do setor privado (BIER, LIZÁRRAGA, 2006).

Estudo realizado por Fujita, Kwon, Fink (2013) demonstra a evolução do número de artigos publicados, abrangendo diferentes segmentos de atuação, da Coreia do Sul em comparação com o Brasil (vide Figura 2). Percebe-se que o modelo de fomento coreano é mais equilibrado e permeia por diversos ramos de atividades, enquanto o Brasil obteve crescimento expressivo apenas nas áreas de Agricultura, Botânica e Zoologia, nos anos de 2000 a 2009.

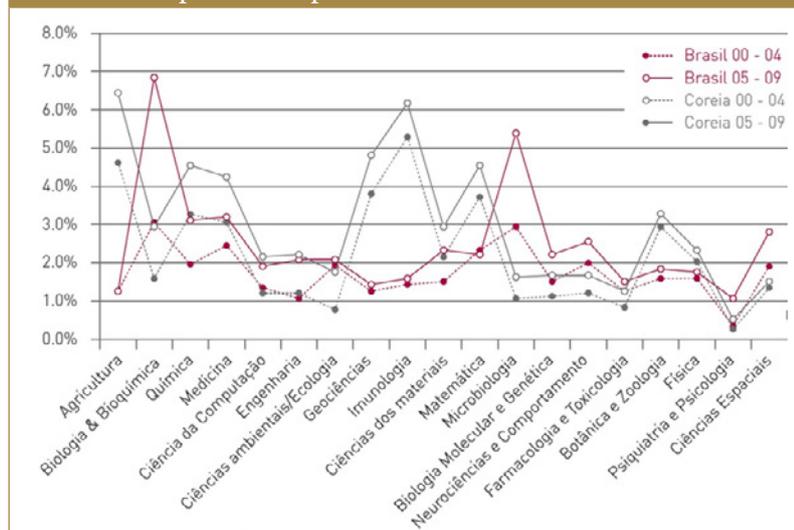
Os autores Bier e Lizárraga, (2006) relataram que o sucesso sul

coreano para o desenvolvimento econômico pode ser resumido em quatro fatores. O primeiro consiste nas políticas governamentais de desenvolvimento tecnológico, educativo e promoção internacional. O segundo foi a promoção de relações dinâmicas, gerando agressividade comercial e ações do setor privado em busca do crescimento. No terceiro fator, o Estado deixa de adotar postura protecionista e abrangente para começar a intervir de forma limitada. O último fator engloba aspectos culturais e busca excelência e responsabilidade com ênfase na educação.

ALEMANHA

A pesquisa científica alemã teve início no final do século XIX, especialmente no campo da química e mecânica. A atual política de inovação tecnológica começou nos anos sessenta e, inicialmente, era baseada no modelo norte-americano – com apoios pontuais a projetos de pesquisas, principalmente na área espacial. Nos anos seguintes, ainda sob subvenções estatais, que em geral era fornecido para grandes empresas, foi priorizado assuntos ambien-

Figura 2 – Mudanças na participação mundial de artigos publicados para o Brasil e Coreia do Sul



Fonte: FUJITA, KWON, FINK, 2013, p. 180.

“Considerando que o objetivo deste trabalho é identificar os fatores que dificultam o processo de obtenção do incentivo fiscal da inovação tecnológica, o conceito de inovação considerado neste trabalho é o presente na Lei n.º 11.196/2005 (Lei do Bem) e na Instrução Normativa n.º 1.187/2011.”

tais. A partir dos anos de 1980, o governo alemão passou a beneficiar empresas de pequeno e médio porte, passou a favorecer projetos de regulamentação e a fomentar a cooperação com o setor privado (VARGAS, CID, BESSA, 2013).

Para promover o crescimento das empresas de pequeno e médio porte, a Alemanha passou a fazer uma política de *clusters* – consiste em redes de cooperação que buscam competência, focadas na inovação e na produtividade, possuem relevantes instituições de pesquisa e pessoal qualificado em sua imediata proximidade (VARGAS, CID, BESSA, 2013; GEROLAMO et al., 2008).

O governo alemão entende que o investimento em educação, ciência, tecnologia e inovação é fator importante para aumentar sua representatividade internacional e manter os padrões de vida da sua população. O foco do governo alemão é priorizar os incentivos fiscais direcionados para pesquisa pública. Os incentivos para empresas privadas são menores do que os praticados em outros países com nível de desenvolvimento comparável (VARGAS, CID, BESSA, 2013).

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Diferente dos outros países bem-sucedidos em P&D, já citados

neste trabalho, os Estados Unidos da América (EUA) possuem políticas relevantes de concessão de incentivos fiscais e financiamento para estimular o desenvolvimento tecnológico, em especial de pequenas e médias empresas (PEREIRA, 2003).

O apoio governamental para facilitar a cooperação entre empresas, universidades e laboratórios federais teve início na década de 1960. Já em 1980, o governo facilitou o acesso aos laboratórios federais para o setor industrial, gerando oportunidades de parceria no financiamento e utilização, por empresas privadas, de tecnologias desenvolvidas por instituições públicas de pesquisa. Neste mesmo período, foram criadas leis específicas de proteção à propriedade intelectual que possibilitaram o registro de patentes por instituto de pesquisas, universidades e pequenas empresas (PEREIRA, 2003).

Os EUA também se destacam pela formação de *clusters*. A título de exemplo, o Estado de Massachusetts tornou-se referência pela pesquisa acadêmica nas áreas de Ciências Médicas e Saúde. De 1983 a 2003, o estado foi ocupado por requintados prédios de institutos de pesquisas, empresas de biotecnologia e indústrias farmacêuticas, o que proporcionou a formação de

redes de cooperação, em decorrência da proximidade de diversas empresas (BARRETOS, CALDAS, 2013). O Vale do Silício também se destaca no que tange à inovação; é considerado um *cluster* de sucesso e de referência internacional para outros países (WONGLIMPIYARAT, 2016).

CHINA

O ano de 1978 é tido como ponto de partida do desenvolvimento chinês, quando a ciência e a tecnologia foram definidas como temas de uma das quatro modernizações da nação chinesa – juntamente com as modernizações na agricultura, indústria e defesa nacional (CABRAL, MANCINI; 2013). Já na década de 1990, a entrada de investimentos estrangeiros na China se intensificou, o que possibilitou o acesso a tecnologias modernas e técnicas gerenciais atualizadas. Sendo assim, os investimentos estrangeiros tornaram-se a principal fonte de financiamento externo do país (HAUSER et al., 2007).

As políticas de promoção à inovação chinesa também possuem grande intervenção do governo, com atuação diferenciada em duas esferas. Na primeira esfera, o Estado centraliza a coordenação de programas de P&D, patrocina tecnologias de alto nível e a estimu-

la à realização de pesquisas relacionadas à fronteira tecnológica. Já na segunda esfera, ou seja, no campo das tecnologias de baixo nível, as estratégias são descentralizadas e orientadas pela competitividade do mercado (HAUSER et al., 2007).

A partir da década de 1990, as políticas de P&D da China tornaram-se mais audaciosas. A promoção do desenvolvimento tecnológico passou a ser visto como fator importante para o crescimento do país, o que proporcionou uma base mais sólida para a formação de um sistema nacional de P&D capaz de realizar avanços significativos nas fronteiras científica e tecnológica (HAUSER et al., 2007).

De acordo com os autores supracitados, as políticas de fomento à inovação utilizadas pela Coreia do Sul, Alemanha, Estados Unidos e China foram bem-sucedidas e contribuíram para o crescimento e desenvolvimento de cada país. A preocupação em investir em políticas, que proporcionaram a promoção da educação e o desenvolvimento de diversos setores da economia, foram pontos em comum dos países mencionados. A seguir, demonstra-se um quadro-resumo com os principais aspectos das políticas de cada país. Aspectos em comum entre os países estão inseridos nos quadrantes destacados em azul, ou não, das políticas para promoção da inovação adotadas em cada país (Figura 3).

2.5 As normas definidoras da Inovação Tecnológica no Brasil

No contexto brasileiro e internacional, o fenômeno da inovação tem conquistado espaço no setor produtivo, em instituições de pesquisa e governamentais, visto que empresas e nações se desenvolvem ao produzir, absorver e utilizar conhecimentos científicos e inovações tecnológicas (BAYRAKTAR et al., 2016; CAMISON; VILLAR-LOPEZ, 2014; ESTRADA et al., 2016;

HATZIKIAN, 2015; HAUSER 2007; KALAY; LYNN, 2015).

No Brasil, existe um consenso de que as indústrias brasileiras não possuem atividades inovadoras suficientes para promover o crescimento econômico, gerar empregos, aumentar a renda e melhorar o bem-estar da população (TIRONI, 2005). Até a década de 1970, o Brasil adotava políticas com foco na industrialização. Sendo assim, o ambiente da empresa era relativamente estático e razoavelmente estável, sem foco na tecnologia, na inovação e na educação (ARBIX, 2010).

Os investimentos em políticas de inovação tecnológica começaram de forma tímida, na década de 1990 (antes disto, a legislação amparava apenas atividades de ciência e tecnologia). Em 1993, foi promulgada a Lei n.º 8.661, considerada a primeira legislação sobre inovação no Brasil, que contemplava políticas de incentivos fiscais para estímulo à capacitação tecnológica da indústria e da agropecuária (GRIZENDI, 2011).

As políticas de inovação tecnológica começaram a ocupar posição de destaque nos planos go-

vernamentais apenas em 2004, quando passaram a receber tratamento proativo do setor público e foi incorporado às políticas de desenvolvimento nacional. Após um longo período de incentivo à industrialização, as empresas brasileiras começaram a ser vistas e tratadas como unidades-chaves para geração de inovações e passaram a receber atenção especial do sistema de incentivos e financiamento público (ARBIX, 2010). Também em 2004, as políticas de inovação tecnológica no Brasil passaram a ter como amparo Legal a Lei n.º 10.973/2004 e, no ano seguinte, foi criada a Lei n.º 11.196/2005, também conhecida como Lei do Bem.

A criação da Lei do Bem trouxe estímulo para as empresas brasileiras investirem em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Ela instituiu incentivos fiscais que possibilitam a redução da carga tributária das empresas e, conseqüentemente, reduzem o desembolso financeiro para pagamento de impostos. É aplicável às empresas que possuem perfil inovador e realizam pesquisas e desenvolvimento à inovação tecnológica, porém, suas

Figura 3 – Comparativo entre os países bem-sucedidos

<p>Coreia do Sul</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Busca pela estabilidade econômica, com baixa intervenção do governo 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Intervenção reduzida do governo ✓ Incentivos Fiscais reduzidos 	<p>Alemanha</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Maior investimento em pesquisas públicas
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Investimento em Educação, Ciência e Tecnologia ✓ Investimento em diversos setores da economia 		<ul style="list-style-type: none"> ✓ Formação de Clusters
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Investimentos estrangeiros como ponto de partida <p>China</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Grande intervenção do governo 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Integração entre Universidades, empresas e laboratórios <p>Estados Unidos</p>

Fonte: elaborado pelos autores.

atividades necessariamente precisam estar relacionadas à concepção de novos produtos ou processos de fabricação ou à agregação de novas funcionalidades ou características ao produto ou processo já existente, implicando melhorias incrementais e efetivos ganhos de qualidade e/ou produtividade. (BRASIL, 2005; KUROKI, 2010).

Apesar de o governo ter criado a Lei do Bem com o intuito de fomentar os investimentos em P&D, ainda são relativamente poucas as empresas que se candidatam a receber os incentivos fiscais. Alguns fatores, como incerteza jurídica, falta de conhecimento dos gestores, necessidade de tributação pelo Lucro Real, corroboram para o número tímido de empresas inovadoras no Brasil (FABIANI; SBRAGA, 2014).

Dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI, 2013) divulgaram estudo apontando a evolução das empresas participantes e recomendadas para fruição do incentivo fiscal da inovação tecnológica, previsto na Lei do Bem, conforme demonstrado a seguir. Figura 4

Desde a promulgação da Lei do Bem, a evolução percentual do número de empresas inovadoras apresentou aumento relevante, porém, em números absolutos, o volume de empresas classificadas para utilização do incentivo ainda é tímido quando comparado com o número total de empresas inscritas no Lucro Real, conforme é possível observar na Figura 3.

Dados do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros (CETAD, 2014) apontam que o Brasil possuía, no ano de 2013, cerca de cinco milhões de empresas registradas perante a Receita Federal, sendo que 155.312 foram tributadas pelo Lucro Real e, portanto, atendiam a um dos requisitos necessários para a utilização do incentivo fiscal da inovação tecnológica. Porém, desde a criação da Lei do Bem, a evolução

em números absolutos de empresas recomendadas para fruição do incentivo cresceu de forma tímida. Em 2006 o número de empresas recomendadas foi de 130, já em 2013 de 977. O número total de empresas aprovadas para utilização do incentivo fiscal em 2013 representa 0,63% do universo de empresas tributadas pelo Lucro Real no mesmo período.

Embora os indicadores de P&D tenham demonstrado crescimento dos investimentos em inovação tecnológica no Brasil, desde a criação da Lei do Bem, ainda há um desafio a ser superado, que consiste na busca pela transformação de conhecimentos científicos em riquezas e desenvolvimento. Este processo ainda é incipiente no Brasil e no mundo. Sendo assim, o Brasil possui como desafio desenvolver a capacidade de transformar pesquisas científicas em inovações concretas que resultem em processos de transferência mais eficientes e ganhos para sociedade como um todo (PARRANHOS; PALMA, 2010).

As políticas de incentivo fiscal brasileiras trouxeram resultados positivos. Elas foram responsáveis pelo

aumento da eficiência das empresas, evitaram a desindustrialização, aumentaram a produtividade e a qualidade dos produtos, reduziram os prazos de produção e entrega e minimizaram os custos inerentes ao processo de produção. Porém, os ajustes realizados pelas empresas brasileiras consistem basicamente na adoção de uma estratégia defensiva de racionalização da produção, visando a redução dos custos, que apesar de promover resultados positivos para o Brasil, não fomentam o aprendizado e a inovação tecnológica (CASSIOLATO, LASTRE, 2000).

Esses autores relataram ainda que as políticas de concessão de incentivos fiscais, que demandam investimentos altamente elevados das entidades governamentais — no Brasil, o Governo é responsável por 55% do total de investimentos em inovação tecnológica realizada no país caminham em direção oposta aos instrumentos de fomento à inovação, utilizados por países já desenvolvidos. Cabe destacar, inclusive, que nos 45% de investimento do setor privado existem empresas com vínculos governamentais, por exemplo, as concessionárias de

Figura 4 – Evolução do Número de Empresas Participantes e Classificadas



Fonte: Relatório Anual da Utilização de Incentivos Fiscais (MCTI, 2013, p.10).

energia, que possuem diretrizes legais para investimento em P&D e que algumas possuem vínculo governamental, além da Petrobras, que possui um investimento relevante em P&D e que é uma empresa controlada pelo Governo Federal. Para obter resultados relevantes, as políticas de incentivos fiscais precisam ser acompanhadas de outras formas de fomento que exijam o crescimento das empresas beneficiadas (como, por exemplo, atingindo certas metas de exportações e aumento do valor agregado a nível local). No mesmo sentido, Formigoni (2008) acredita que a implementação de políticas de incentivos fiscais é muito importante para as empresas, pois, além estimular as empresas a desenvolver em produtos ou processos mais competitivos, representa uma economia tributária segura para empresa.

3. Metodologia

Ainda são poucos os estudos que buscam analisar os impactos da Lei do Bem sobre a forma como as empresas investem em inovação tecnológica no Brasil. Em busca realizada em repositórios eletrônicos como Scielo, Google Acadêmico e Cengage foi possível identificar apenas os estudos de Fabiani e Sbraga (2015), Formigoni, et al. (2015) e Kuroki (2010), os quais são relacionados diretamente com o assunto tratado nesta pesquisa. O estudo também busca descrever comportamentos para obter informações sobre as características de um problema específico. Seu objetivo é descrever as opiniões e o comportamento por meio de interrogações diretas a um grupo de pessoas que se pretende conhecer (COLLIS, HUSSEY, 2005).

Com relação ao método, esta pesquisa é de natureza qualitativa a qual abrange uma série de técnicas interpretativas que procuram des-

crever, decodificar, traduzir ou entender o significado e, não, a frequência, de determinados fenômenos que ocorrem com certa naturalidade no mundo social (VAN MAANEM, 1983).

Os dados para análise foram obtidos por meio da aplicação de um questionário, composto de 9 questões, endereçado a um total de 14 consultores tributários, dos quais 9 se dispuseram a responder. Os consultores selecionados ocupam cargos de gerente, gerente sênior, diretor ou sócio em uma das quatro maiores empresas de auditoria e consultoria do mundo. Necessariamente, possuem vasta experiência no processo de obtenção do incentivo fiscal da inovação tecnológica e são responsáveis por assessorar diversas empresas em todo o Brasil no processo de pleito do incentivo fiscal da inovação tecnológica (Quadro 1).

A empresa de consultoria em questão possui atuação internacional e no Brasil e é referência para o assunto tratado neste trabalho. Em 2014, foi responsável por assessorar, aproximadamente, 10% do total de empresas de médio e/ou grande porte que usufruíram do citado incentivo, demonstrando a relevância e a competência dos especialistas e a representatividade de suas respostas para as análises, visto que responderam baseando-se em suas experiências consultivas nas diversas empresas que atuaram nesse assunto. As perguntas foram

elaboradas com o objetivo de identificar os fatores que dificultam as empresas a utilizarem o citado incentivo, abordando temas que possibilitem identificar como as inovações estão presentes nas empresas, qual a sua importância no contexto das estratégias empresariais e como os incentivos fiscais da Lei do Bem corroboram para fomentar os investimentos em inovação tecnológica. Por conseguinte, a amostragem foi por julgamento e por acessibilidade, a qual o pesquisador escolhe os membros da amostra em virtude da sua capacidade de gerar dados e informações condizentes com os objetivos da pesquisa (MALHOTRA, 2011).

O questionário foi composto de perguntas ordenadas e abertas, possibilitando aos especialistas responderem livremente. Para a construção do mencionado questionário, foram consultados outros estudos que englobam a evolução da inovação tecnológica no Brasil: Formigoni et al. (2015), Fabiani e Sbraga (2015) e Kuroki (2010) (Quadro 2).

4. Técnicas e Interpretações de Resultados

As informações evidenciadas nas entrevistas foram examinadas por meio de um procedimento analítico geral. Segundo Miles e Huberman (1994) apud Collis e Hussey

Quadro 1 – Cargo e Formação dos Entrevistados

Entrevistado	Cargo	Formação
E1	Sócio	Ciências Contábeis
E2	Gerente Sênior	Ciências Contábeis e Pós-graduado em Gestão Estratégica de Negócios
E3	Diretor	Ciências Contábeis
E4	Analista de Projetos	Engenharia Química
E5	Gerente	Direito e Ciências Contábeis
E6	Gerente	Direito e Ciências Contábeis
E7	Gerente Sênior	Ciências Contábeis e graduando em Direito
E8	Gerente	Especialização Auditoria e Controle Gerencial
E9	Gerente Sênior	Ciências Contábeis e Especialização em Auditoria Externa

Fonte: elaborado pelos autores.

(2005, p. 246-250), o procedimento analítico para análise de dados qualitativos pode ser utilizado com qualquer metodologia, pois prioriza o rigor metódico e processos sistemáticos geralmente requisitados. Para assegurar que as perguntas do questionário estivessem condizentes com o objetivo do trabalho e o referencial teórico, foi utilizada uma matriz de relacionamento.

As respostas das entrevistas foram codificadas e, em seguida, foram agrupadas e sumarizadas. Após a sumarização, as respostas foram analisadas e confrontadas com as afirmações dos autores apresentadas no referencial teórico, de maneira a possibilitar uma síntese da opinião dos especialistas por meio do questionário utilizado.

5. Resultado da Pesquisa

Com objetivo de identificar as principais dificuldades enfrentadas pelas empresas para usufruírem do incentivo fiscal da inovação tecnológica, foi realizado um total de nove questionários abertos, enviados para consultores especialistas. A partir das respostas dos especialistas, foi possível observar as prin-

cipais dificuldades enfrentadas, sintetizadas a seguir:

a) As empresas brasileiras ainda possuem grande dificuldade para manter controles internos que possibilitem o controle segregado dos gastos com P&D em centros de responsabilidade específicos e contas contábeis individualizadas, conforme previsto na legislação:

E8: Na grande maioria pela ausência de controle interno dos investimentos por projeto, que atendam a legislação vigente. Esse fato gera desconforto no momento de preencher o formulário com as informações solicitadas.

E6: Entendo que a falta de clareza na legislação, falta de conhecimento da própria empresa do benefício e as diversas legalidades e requerimentos existentes levam as empresas a não utilizarem o incentivo fiscal, visto que se trata de um processo oneroso e desgastante para a empresa;

b) Os incentivos fiscais previstos na Lei do Bem favorecem apenas empresas que apresentam lucro tributável pelo regime de tributação do Lucro Real;

E1: Outra razão é a necessidade de se investir em controles internos robustos, o que acaba se mostrando inviável em muitos casos quando se avalia o custo benefício. Além disso, tem a limitação de ter lucro tributável, não se incentivar gastos com ativo imobilizado, bem como ser destinado apenas a empresas optantes do lucro real.

c) A legislação responsável pela normatização do incentivo fiscal da inovação tecnológica ainda é muito confusa;

E5: Escopos de projetos complexos e que ocasionam inovações significativas nas empresas, mas devido à legislação confusa e incompleta, as empresas optam em não reportar ao MCTI.

E5: Legislação lacunosa ou confusa, permitindo inúmeras interpretações legais, ensejando insegurança jurídica.

d) Existe ausência de investimento em capacitação dos profissionais. A ausência de profissionais capacitados e que conheçam a legislação foi apontado como um dificultador para que uma par-

Quadro 2 – Perguntas das Pesquisas

Perguntas do questionário	Referencial bibliográfico
- Quais são as maiores dificuldades das empresas para obtenção do incentivo fiscal da inovação? Descreva-as. - Em sua maioria, os investimentos realizados são destinados a um produto específico ou foram feitos visando à melhoria do processo produtivo e de eventual redução de custos? Por quê? - Quais os principais motivos que levam as empresas a não utilizarem o incentivo fiscal desde o início do desenvolvimento dos projetos? Descreva-os.	MCTI (2013) FABIANI, SBRAGA (2014) ARBIX (2010)
- Como você avalia o nível de exigências de informações em relação aos projetos apresentados ao MCTI para utilização do incentivo Fiscal (referente ao formulário enviado anualmente)?	BRASIL (2005); FORMIGONI (2008)
- Como você classificaria o formulário exigido pelo MCTI? Muito complexo de ser preenchido, complexo de ser preenchido ou fácil de ser preenchido? O que pode ser melhorado?	KUROKI (2010); MCTI (2013)
- Em sua opinião, a maior motivação para as empresas investirem em inovação é a possibilidade de obtenção de incentivos fiscais? Por quê?	BRASIL (2005); FORMIGONI (2008)
- Em sua opinião, o nível de exigência do MCTI, para aprovação dos formulários, aumentou no último ano? Por quê? - Caso você tenha respondido de forma afirmativa à pergunta anterior, qual foi, em sua opinião, o maior motivador do MCTI para este aumento no nível de exigência para aprovação dos formulários? Descreva-o.	MCTI (2013)
- A MP 694/2015 suspendeu a utilização do incentivo fiscal da inovação para o ano de 2016. Em sua opinião, isso irá impactar a forma como a empresa investe em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos ou processos?	BRASIL (2015) MCTI (2013) FABIANI, SBRAGA (2014) ARBIX (2010)

Fonte: elaborado pelos autores.

cela maior de empresas usufrua do incentivo fiscal da inovação:

E4: Falta de desconhecimento, por não atenderem aos requisitos legais, por acharem que não realizam P&D, pois acreditam que precisam desenvolver algo novo;

e) Outros fatores, como a morosidade do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), para analisar os projetos, bem como o momento econômico do país, foram citados em menor frequência nos questionários respondidos.

Segundo os especialistas, as empresas buscam investimentos em inovação para se tornarem mais competitivas, e o incentivo fiscal surgiu para promover o aumento dos investimentos e, conseqüentemente, tornar a indústria brasileira mais competitiva em comparação com outros países. O fator dificultador mais citado por eles foi a dificuldade de manutenção de controles internos adequados. Esses controles fazem-se necessários para a correta mensuração dos dispêndios com os projetos, visto que eles são a base para o cálculo do incentivo fiscal previsto na Lei do Bem. O desconhecimento da legislação por parte dos profissionais das empresas também foi citado como dificultador. Sendo assim, manter uma equipe qualificada e atenta para as mudanças na legislação pode implicar um volume maior de empresas participantes. Outro fator dificultador citado foi a necessidade de tributação pelo lucro real. Ao realizar esse tipo de restrição, a Lei do Bem deixa de incentivar outras tantas empresas com espírito inovador que, no entanto, possuem regime de tributação distinto do lucro real.

6. Considerações Finais

Por meio da pesquisa, pode ser constatado que a maior dificulda-

de das empresas, para fruição do incentivo fiscal da Inovação Tecnológica, é a necessidade de manter controles internos que possibilitem a segregação dos dispêndios com inovação. Foi mencionado, também, que o mercado brasileiro ainda é carente de profissionais preparados para atuarem nessa atividade. Outro destaque foi a necessidade de adoção, pelas empresas, do modelo de apuração tributária mais complexo, que está em alinhamento com a dificuldade de se manterem controles internos robustos.

A carência de investimentos em melhorias de controle e de procedimentos contábeis acaba sendo o ponto principal e constante nas respostas ao questionário deste trabalho. Dessa maneira, esta pesquisa deixa mais claro, a partir da avaliação de especialistas de uma das maiores empresas de consultoria relacionada com a Lei do Bem, que falta, ainda, o entendimento por parte das organizações a respeito da importância da Contabilidade enquanto, no mínimo, um processo de preparação e controle da informação a ser divulgada aos usuários externos. Assim, encontram-se alinhados aos achados de Kuroki (2010) os desta pesquisa, mas com a constatação por parte de especialistas de uma realidade enfrentada no dia a dia das organizações.

Em suma, as contribuições teóricas deste trabalho podem ser descritas sucintamente em termos do aprofundamento do conhecimento da utilização da Lei do Bem pelas empresas brasileiras, apresentando um fenômeno que ocorre nessas empresas, mas que ainda não é de conhecimento por parte dos gestores e acadêmicos da área de P&D.

Além disso, em termos de implicações gerenciais, as dificuldades de utilização desse instrumento descritas a partir dos resultados obtidos na pesquisa são úteis para que os gestores possam tornar esse ins-

trumento mais eficiente nas empresas brasileiras. Espera-se que os resultados aqui apresentados possam contribuir para que os gestores das empresas invistam na capacitação de seus profissionais, de modo a reduzir as dificuldades e empecilhos enfrentados na fruição do incentivo fiscal da inovação tecnológica.

Em termos sociais e governamentais, espera-se que os resultados apresentados neste trabalho possam contribuir para o aprimoramento das políticas de inovação do Brasil. Uma sugestão desta pesquisa, partindo-se das opiniões dos especialistas, seria para os órgãos governamentais, responsáveis pelo desenvolvimento da inovação no Brasil, realizarem uma consulta sobre a opinião das empresas em relação ao tema. Isso possibilitaria avaliar alternativas para promover ainda mais a cultura de inovação dentro das empresas e, com isso, gerar desenvolvimento para o país.

Os resultados aqui apresentados, também contribuem para aproximação das teorias estudadas com a realidade das empresas. Espera-se que os resultados sejam capazes de contribuir para maior integração entre pesquisadores e empresas e, com isso, instigar o desenvolvimento de novas tecnologias e abordagens para a mensuração de incentivos fiscais e seu papel na sociedade.

Apesar de contar com a Lei da Inovação e com a Lei do Bem, o Brasil ainda possui carências de investimentos, e outras formas de fomento mais sólidos em educação, ciência, tecnologia e inovação, que sejam capazes de gerar um ambiente favorável para o desenvolvimento e crescimento do país. Em 2016, foi sancionado, pelo Governo federal, o Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei n.º 13.243/2016). O Projeto de Lei da Câmara (PLC) n.º 77/2015, que deu origem ao Marco Legal, promove

uma série de diretrizes para o incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento científico e tecnológico. A nova legislação tem o objetivo de aproximar as empresas das universidades, propondo outra dinâmica para a pesquisa, para o desenvolvimento tecnológico e para a inovação no país, além de ter a intenção de reduzir a burocracia nos investimentos para a área. Há a previsão de isenção e redução de impostos para as importações de insumos feitas por empresas na execução de projetos de pesquisa, desenvol-

vimento e inovação, entre outras questões que vêm somar ao marco regulatório. Como proposta de trabalho futuro, pode ser feita uma investigação do impacto desse marco legal no sistema nacional de inovação, para verificar se os investimentos em P&D aumentaram e, se eles foram em função desse novo marco regulatório.

Conclui-se, assim, que as políticas de fomento a inovação são importantes fontes de apoio às políticas industrial e tecnológica no Brasil, porém, investimentos mais

relevantes em educação, ciência e tecnologia podem contribuir para maximizar os resultados destas políticas, além de se buscar evoluir as políticas de incentivos nacionais nesse contexto.

As limitações desse trabalho podem ser descritas em termos da opção pela amostra utilizada de respondentes (acessibilidade a especialistas) e de possíveis vieses oriundos dos questionários, haja vista que alguns respondentes podem ter receio de expor possíveis problemas em suas práticas de gestão.

7. Referências

ARBIX, G.. Caminhos cruzados: rumo a uma estratégia de desenvolvimento baseada na inovação. *Novos Estudos-CEBRAP*. São Paulo, n. 87, p. 13-33, jul. 2010.

BARRETOS, F. M.; CALDAS, C.. O Cluster biotecnológico de Massachussts. *Mundo afora*: Políticas de incentivo à inovação. Ministério das relações Exteriores; Brasília; 2013

BAYRAKTAR, C. A., HANCERLIOGULLARI, G.; CETINGUC, B. *Competitive strategies, innovation, and firm performance: an empirical study in a developing economy environment*. Technology Analysis & Strategic Management. 2016.

BIER, V.; LIZÁRRAGA, M.. Um modelo coreano de desenvolvimento baseado no conhecimento. In: _____. (Instituto Uniemp). Educação para inovação: Desafios e soluções; 2006; p. 83-99

BRASIL. Instrução Normativa N. 1.187 de 29 de agosto de 2011. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 29 de agosto de 2011.

BRASIL. *Lei 13.243* de 11 de janeiro de 2016. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de jan.2016.

BRASIL. *Lei n. 10.973* de 2 de novembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2 dez. 2004.

BRASIL. *Lei n. 11.196* de 21 de novembro de 2005. Diário Oficial da União, Brasília, 21 nov. 2005.

CABRAL, M. T. S.; MANCINI, L. R.. Políticas de Inovação na China. *Mundo afora*: Políticas de incentivo à inovação. Ministério das relações Exteriores; Brasília; 2013

CAMISON, C.;VILLAR-LOPEZ, A. Organizational innovation as an enabler of technological innovation capabilities and firm performance. *Journal of Business Research*. v67, n. 1, p.2891–2902, January 2014.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. Sistemas de Inovação: Políticas e Perspectivas. *Parcerias estratégicas*. Brasília, v.5, n.8, 2000. p.237-255.

CETAD. Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros. *Dados Setoriais 2008/2012*. Brasília: Ministério da Fazenda, 2014.

COLLIS, J.; HUSSEY, R. *Pesquisa em Administração: um guia prático para alunos de graduação e pós graduação*. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ESTRADA, I., FAEMS, D.; FARIA, P. Coopetition and product innovation performance: The role of internal knowledge sharing mechanisms and formal knowledge protection mechanisms. *Industrial Marketing Management*. v.53, p.56–65, February 2016.

FABIANI, S.; SBRAGIA, R. Tax Incentives for Technological Business Innovation in Brazil: The Use of the Good Law - Lei do Bem (Law No. 11196/2005). *Journal of Technology Management & Innovation*, Santiago, v. 9, n. 4, nov. 2014. p. 53-63.

FORMIGONI, H.; CARNEIRO, M. I. V.; GOMES, M. E. R.; SEGURA, L. C. A relação entre os incentivos fiscais da Lei do Bem (PDTI) e a geração de riqueza pelas companhias abertas brasileiras não financeiras. *CONTABILOMETRIA - Brazilian Journal of Quantitative Methods Applied to Accounting*, Monte Carmelo, v. 2, n. 1, p. 1-14, 1. sem./2015.

FUJITA, E.; KWON, Y.; FINK, D.. Análise comparativa das trajetórias de produção de conhecimento entre Brasil e Coreia do Sul: tendências e Possibilidades. *Mundo afora: Políticas de incentivo à inovação*. Ministério das relações Exteriores; Brasília; 2013.

GEROLAMO, M. C. et al. Clusters e redes de cooperação de pequenas e médias empresas: observatório europeu, caso alemão e contribuições ao caso brasileiro. *Gest. Prod.*, São Carlos, v. 15, n. 2, p. 351-365, ago. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pi30X2008000200011&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 10 ago. 2015.

GRIZENDI, E. *Manual de Orientações Gerais sobre Inovação*. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, no âmbito do Projeto No. BRA/07/017. Projeto de Promoção Comercial e Atração de Investimentos: Coordenação Institucional em Contexto de Aceleração do Crescimento. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2011.

HATZIKIAN, Y. Exploring the Link between Innovation and Firm Performance. *Journal of the Knowledge Economy*. v.6, n.4, p.749–768, December 2015.

HAUSER, G. et al. A Indústria Eletrônica no Brasil e na China: Um Estudo Comparativo e a Análise das Políticas Públicas de Estímulo a Capacidade Tecnológica do Setor. *Journal of Technology Management & Innovation*, [S.l.], v. 2, n. 3, p. 85-96, sep. 2007. Disponível em: <<http://www.jotmi.org/index.php/GT/article/view/art59/420>>. Acesso em: 10 Aug. 2015.

KALAY, F.; LYNN, G. S. The impact of strategic innovation management practices on firm innovation performance. *Research Journal of Business & Management*, v.2, n3, 2015.

KUROKI, A. H.. *Utilização pelas empresas do incentivo fiscal da Inovação Tecnológica*. São Paulo, 2010. Disponível em: <<https://www.jotmi.org/index.php/GT/article/view/art59/420>>. Acesso em: 3 set. 2015.

MALHOTRA, N. K. *Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada*. Porto Alegre: Bookman, 2011.

MATESCO, V. (coord.). *O atraso brasileiro na inovação tecnológica*. Rio de Janeiro, RJ: IBRE/FGV, 2001.

MCTI. *Relatório Anual da Utilização dos Incentivos Fiscais*. 2013. Brasília; p.10.

OCDE. *Manual de Oslo: Proposta de diretrizes para a coleta e interpretação de dados sobre inovação tecnológica*. Brasília: OCDE, 2004.

PADGETT, R. C.; MOURA-LEITE, R. C. Innovation with High Social Benefits and Corporate Financial Performance. *Journal of Technology Management & Innovation*, Santiago, v. 7, n. 4, p.59-69, 2012.

PARANHOS, R. P. da R.; PALMA, M. A. M. Um novo olhar para o futuro da política brasileira de Ciência, Tecnologia e Inovação. *Soldagem & Inspeção*. São Paulo, v. 15, n. 2, p. 165-168, Jun 2010.-

PEREIRA, J. M.. *Gestão da Inovação Tecnológica: A Lei da Inovação como instrumento de apoio à construção de um modelo tecnológico autônomo no Brasil*. Biblioteca Digital de la Asociación Latino-Iberoamericana de Gestión Tecnológica, v. 1, n. 1, 2003.

_____; KRUGLIANSKAS, I. *Lei de inovação tecnológica: instrumento efetivo de incentivo a inovação e a pesquisa no Brasil?* Revista Gestão Industrial, v. 2, n. 2, p. 76-88, 2006.

SCHUMPETER, J. A. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico* (1 ed., 1934). Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SILVA, De P. E. *Vocabulário Jurídico-Volumes I e II*. 4º. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

STAL, E. O efeito de políticas públicas sobre a atratividade dos países emergentes para a realização de atividades de inovação tecnológicas por empresas multinacionais. *Internext- Revista eletrônica de Negócios Internacionais*, São Paulo, V.3, n.2, p. 217-234, ago./dez.2008.

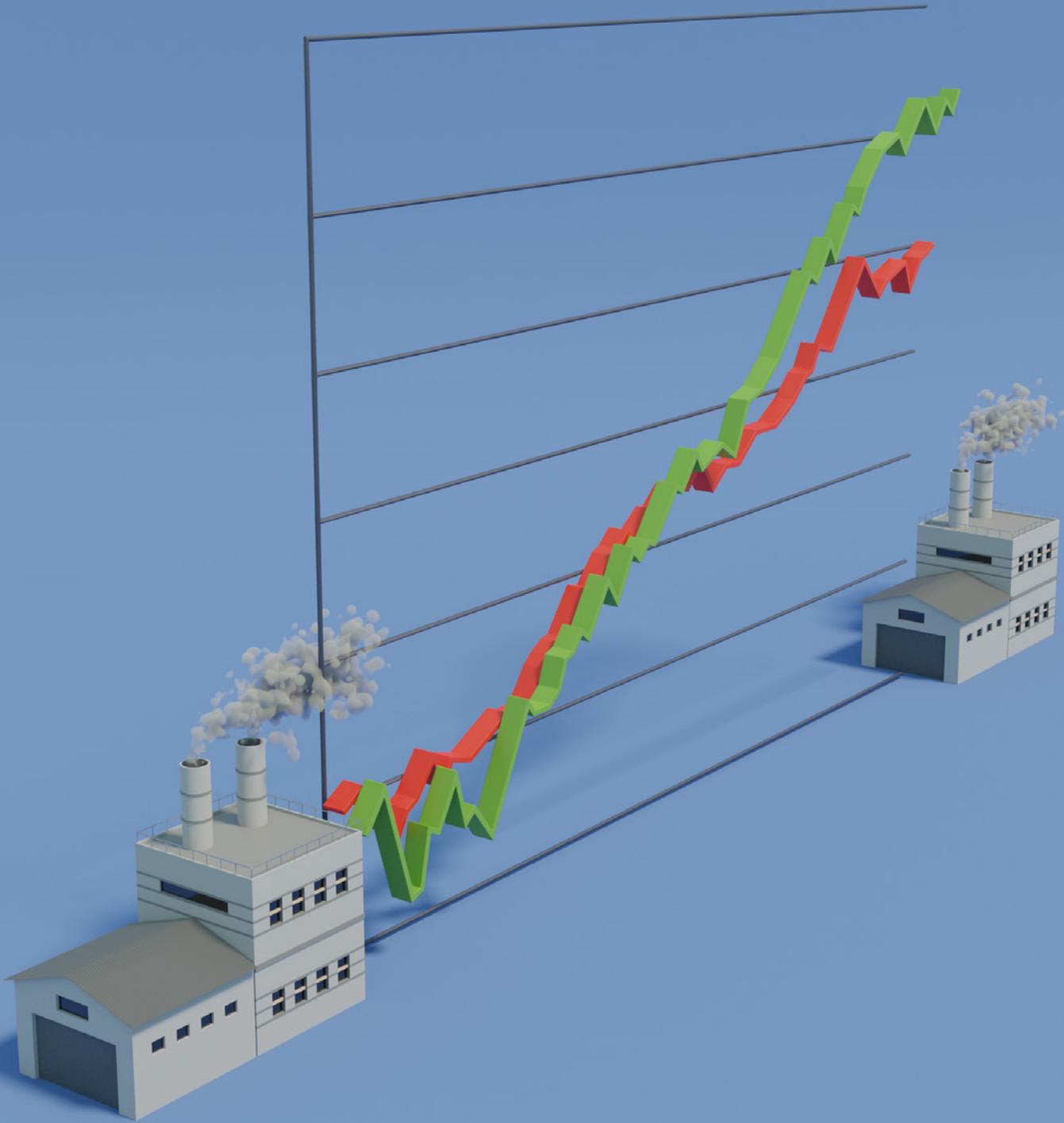
TIDD, J.; BESSANT, J.; PAVITT, K. *Gestão da Inovação*. 3. ed. Porto Alegre: Editora Bookman, 2008.

TIRONI, L. F. Política de inovação tecnológica: escolhas e propostas baseadas na Pintec. *São Paulo Perspectiva*. São Paulo, v. 19, n. 1, p. 46-53, mar. 2005.

VAN MAANEN, J. *Qualitative methodology*. London: Sage: 1983.

VARGAS, V. E.; CID, M.; BESSA, C.. *Ciência, Tecnologia e Inovação na Alemanha. Mundo afora: Políticas de incentivo à inovação*. Ministério das relações Exteriores; Brasília; 2013

WONGLIMPIYARAT, J.. *Government policies towards Israel's high-tech powerhouse. Technovation*. Elsevier: Available online 22 February 2016 (In Press). Disponível em <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0166497216300049>>. Acessado em 27 abr. 2016.



Relação do índice *book-to-market* de empresas brasileiras listadas na B3 com variáveis contábeis

O coeficiente *book-to-market* caracteriza-se pela vinculação tanto ao valor contábil quanto ao valor de mercado das empresas, possibilitando, para o investidor, identificar perspectivas futuras diante do contexto interno, assim como ter a visão dos investidores em relação à empresa. Dessa forma, busca-se, neste trabalho, analisar a relação de variáveis contábeis e o índice *book-to-market* em 190 companhias abertas brasileiras, no período de 2010 a 2016. Para tanto, foram utilizadas estatísticas descritivas e regressão linear com dados em painel. Como principais resultados, destacam-se a relação negativa entre o *book-to-market* e o valor de mercado, a relação negativa entre o endividamento e o *book-to-market*. Assim, à medida que as empresas investem, aumenta seu CAPEX e se espera, em média, que o *book-to-market* aumente. Para o modelo proposto e as variáveis selecionadas, estas apresentaram significância estatística para explicar as variações do *book-to-market*. Conclui-se que há uma relação significativa, positiva, entre as variáveis contábeis e o coeficiente *book-to-market*.

William Aparecido Maciel da Silva

Mestrando em Contabilidade na Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
E-mail: william.vorax@gmail.com

Donizete Reina

É professor do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Espírito Santo e doutorando em Contabilidade na Universidade Federal de Uberlândia (PPGCC/UFU)
E-mail: dreina2@hotmail.com

Diane Rossi Maximiano Reina

É doutora em Contabilidade pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP) e é professora do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Espírito Santo
E-mail: dianereina@hotmail.com

Recebido em 27/7/2018. Distribuído em 27/7/2018. Pedido de revisão em 27/9/2018. Re-submetido pelo autor em 29/10/2018. Aprovado em 4/2/2019, na terceira rodada, por dois membros do Conselho Editorial. Publicado na edição março-abril de 2019. Organização responsável: Conselho Federal de Contabilidade.

1. Introdução

Existem diversas linhas de pesquisas empíricas em Finanças sobre a relação do retorno das ações e o *book-to-market*, destacando-se, entre as mais relevantes, as de Rosenberg, Reid e Lanstein (1985), Fama e French (1992, 1995, 2006, 2008, 2012), Lakonishok, Shleifer e Vishny (1994), Chen e Zhang (1998), Piotroski (2000), Daniel e Titman (2006). A principal conclusão empírica dessas pesquisas é de que empresas com alto valor contábil do patrimônio líquido em relação ao valor de mercado têm retorno maior que o esperado das ações, além de superar empresas em crescimento, que apresentam baixo *book-to-market*.

Fama e French (1992) evidenciam que o tamanho das empresas e o *book-to-market* servem como *proxy* para capturar a variação transversal no retorno esperado das ações, usando todos os dados das empresas não financeiras da NYSE, AMEX e NASDAQ. Posteriormente, esses mesmos autores (2006), em uma abordagem diferente, desenvolveram estimativas de fluxo de caixa esperado combinados com variáveis contábeis juntamente com o *book-to-market* para explicar os retornos médios das ações. Examinaram se a evolução do *book-to-market*, em termos de mudanças passadas no patrimônio líquido, contém informações independentes sobre fluxos de caixa esperados, que podem aumentar as estimativas do retorno esperado das ações.

De acordo com Assaf Neto (2014), o excedente que ocorre entre as variáveis valor contábil e valor de mercado pode ser interpretado como um reflexo das oportunidades futuras de criação de valor, sendo o *book-to-market* um indicador de suma importância na gestão de desempenho das empresas. Para Gílio (2010), o *book-to-market* repre-

senta o quanto o valor contábil da empresa está expressando o valor da empresa que pode ser capturado pelo mercado.

Almeida e Eid Junior (2010) enfatizam que a diferença que ocorre entre o valor contábil e o valor de mercado deriva-se, principalmente, dos critérios levantados na mensuração do valor, de forma que o valor contábil está relacionado aos critérios de avaliação, e o valor de mercado está associado a expectativas de fluxos de caixa futuros da empresa.

Para Figari et al. (2016), o *book-to-market* difere-se de empresa para empresa devido a expectativa, em termos do retorno esperado das ações e o fluxo de caixa da empresa, em que empresas que tendem a ter seu valor de mercado mais próximo ao valor contábil demonstram sinais de dificuldades financeiras, e empresas com perspectivas de desempenho financeiro possuem baixo *book-to-market*.

Jensen, Johnson e Mercer (1997) constataram, em um ambiente acionário norte americano, que a política monetária, seja ela restritiva ou expansiva, tende a exercer influência no comportamento de variáveis, como o *book-to-market* e o tamanho. Em consonância, L'Her, Mas-moudi e Suret (2004), aplicando a pesquisa em mercado acionário canadense, verificaram que a política monetária tende a influenciar o comportamento dos fatores *book-to-market*, tamanho e retorno das ações.



Diversos autores têm utilizado o *book-to-market* como *proxy* para estimar o retorno das ações (ROSENBERG; REID; LANSTEIN, 1985, FAMA; FRENCH, 1992, ALMEIDA; EID JUNIOR, 2010, VARGAS; BRITO, 2016), medir o conservadorismo contábil (GONZAGA; COSTA, 2009), conferir relação do *book-to-market* com os impostos (CAMPOS; SARLO NETO; ALMEIDA, 2010), verificar relação *book-to-market* e pesquisa e desenvolvimento (FIGARI et al., 2016), e avaliar a persistência dos lucros (FAMA; FRENCH, 1995), entre outros.

Tendo em vista os conceitos e as evidências, tem-se a seguinte questão de pesquisa: **Quais variáveis contábeis influenciaram o *book-to-market* de companhias abertas brasileiras, no período de 2010 a 2016?** Dessa forma, define-se o objetivo principal deste trabalho, qual seja, analisar a relação entre as variáveis contábeis e o coeficiente *book-to-market* de companhias abertas brasileiras.

Considerando que, de acordo com Greenwood e Hanson (2010), o *book-to-market* é um dos atributos mais importantes que os investidores podem usar para categorizar os ativos. A principal contribuição deste estudo consiste em analisar e selecionar variáveis contábeis que expliquem o coeficiente *book-to-market*. Adicionalmente, esta pesquisa contribui com o enriquecimento teórico sobre a temática. Por fim, a principal contribuição deste trabalho é examinar a associação entre variáveis contábeis e o *book-to-market* de empresas brasileiras.

Quanto à estrutura, este artigo está organizado da seguinte maneira: na seção 2, apresenta-se o referencial teórico. Na seção 3, descreve-se a amostra utilizada, as variáveis do estudo e os procedimentos metodológi-

cos empregados. Na seção 4, apresentam-se os resultados obtidos. Finalmente, na seção 5, são apresentadas as considerações finais.

2. Referencial Teórico

O coeficiente *book-to-market* caracteriza-se pela vinculação tanto ao valor contábil quanto ao valor de mercado das empresas, possibilitando, para o investidor, identificar perspectivas futuras diante do contexto interno, assim como ter a visão dos investidores em relação à empresa. Fama e French (1998) apontam que as empresas com altos índices de *book-to-market* tendem a ter um lucro menor, enquanto que empresas com baixo índice *book-to-market* tendem a apresentarem lucros persistentemente maiores.

De acordo com Fama e French (1995), empresas com alto *book-to-market* sinalizam baixos ganhos no patrimônio líquido contábil, além de serem menos rentáveis do que empresas com baixo *book-to-market*. Penman (1991) obteve resultado semelhante, em estudo desenvolvido em um período de cinco anos, constatando que empresas com baixo *book-to-market* tendem a ser mais rentáveis do que empresas com alto *book-to-market*.

Em sua pesquisa, Mellone Junior (1999) identificou que o coeficiente *book-to-market* possui uma forte correlação com o retorno das ações, enquanto que as variáveis tamanho e alavancagem acabaram não sendo relevante para explicar o *book-to-market*. Para Griffin e Lemmon (2002), empresas com baixo *book-to-market* tendem a ter maiores gastos com aquisições de ativos fixos. Resultado contrário foi evidenciado por Figari et al. (2016), concluindo que investimentos em ativos fixos não servem como *proxy* para explicar o índice *book-to-market*. Fama e French (2004) constataram que a o índice *book-to-market* é, negativamente, relacionado com a rentabilidade. Segundo os mesmos autores, empresas com menor *book-to-market* tendem a ser mais rentáveis além de investirem mais.

Já Campbell, Hilscher e Szilagyi (2008) evidenciaram que, embora as empresas em dificuldades financeiras estejam relacionadas a um *book-to-market* mais elevado, elas também produzem retornos mais baixos. Esse resultado discorda de que o efeito do *book-to-market* não é impulsionado por dificuldades financeiras, como foi proposto por Fama e French (1992), observando que as em-

presas com maior índice *book-to-market* estão relacionadas a rendimentos mais elevados.

Gonzaga e Costa (2009) utilizaram o coeficiente *book-to-market* como *proxy* para medir o efeito do conservadorismo contábil no valor patrimonial da ação de empresas brasileiras. Em pesquisa semelhante, Campos, Sarlo Neto e Almeida (2010) evidenciaram relação significativa negativa entre a variável *book-to-market* e o endividamento. Os mesmos autores também constataram que um dos principais motivos do conservadorismo contábil está relacionado a um maior volume de provisão de imposto de renda, deixando o patrimônio das empresas mais subavaliados em relação aos seus valores de mercado.

Lauretti, Matias Filho e Basso (2011) argumentam que empresas com altos índices de *book-to-market* são consideradas como empresas de alto risco e, portanto, deveriam oferecer ao investidor um retorno maior para os seus investimentos. Inversamente, os autores citam que empresas com baixos índices *book-to-market* são tidas como empresas de alto desempenho e, portanto, de baixo risco. Com isso, oferecem menor retorno para seus investidores devido ao baixo risco assumido.

“Inversamente, os autores citam que empresas com baixos índices *book-to-market* são tidas como empresas de alto desempenho e, portanto, de baixo risco. Com isso, oferecem menor retorno para seus investidores devido ao baixo risco assumido.”

Lee, Lin e Yu (2013), ao analisarem as empresas americanas, no período de 1987 a 2011, examinando o efeito do *book-to-market* sobre correlações de ativos, constataram que o *book-to-market* captura as variações nas correlações de ativos depois de controlar o tamanho da empresa. Além disso, os autores evidenciaram que o *book-to-market* pode ser usado para atenuar o impacto cíclico econômico, pois atividades de empréstimos tendem a aumentar e/ou diminuir devido ao capital durante a volatilidade.

Ho, An e Zhou (2015) examinaram a existência de valor *premium* nos mercados de ações chineses, no período de 1994 a 2010. Os resultados apontaram que o valor *premium* existe nos mercados chineses, e a sofisticação do investidor é significativa para explicar sua existência. Os autores constataram que a variável “tamanho” tem uma relação significativa negativa com o *book-to-market*, ou seja, quanto maior for o índice *book-to-market*, menor tende a ser a variável tamanho de mercado.

Já Vargas e Brito (2016), em uma amostra de 419 empresas brasileiras, constataram uma relação positiva entre o retorno médio das ações e o índice *book-to-market*, concluindo que os retornos médios tendem a aumentar com o *book-to-market*. Figari et al. (2016) evi-

denciaram que a variável tamanho apresenta uma relação negativa significativa na explicação do índice *book-to-market*, ou seja, quanto maior for o afastamento entre o valor contábil e o de mercado das empresas, maior será a variável valor de mercado. Esses autores constataram, ainda, relação negativa significativa, também, entre o *book-to-market* e as variáveis contábeis rentabilidade e pesquisa e desenvolvimento. Resultado semelhante foi encontrado nos trabalhos de Fama e French (1995), Lauretti (2011) e Ho, An e Zhou (2015), indicando que a variável tamanho se mostrou negativamente correlacionada com a variável *book-to-market*.

3. Hipóteses da pesquisa e procedimentos metodológicos

Como visto no tópico anterior, e discutido ao longo do referencial teórico, variáveis contábeis tendem a ter relação com o coeficiente *book-to-market*. Assim, diante dos achados evidenciados no referencial teórico, levantam-se as seguintes hipóteses de pesquisa:

Hipótese 1: Há uma relação significativa positiva entre as va-

riáveis contábeis e o coeficiente *book-to-market*.

Hipótese 2: Variáveis contábeis explicam o coeficiente *book-to-market*.

A verificação das hipóteses formuladas foi possível a partir da análise descritiva da amostra e de regressão linear com dados em painel. No próximo tópico, serão apresentados os procedimentos metodológicos e detalhes para responder às hipóteses levantadas.

3.1 Amostra e especificação do modelo de análise

Os procedimentos metodológicos aplicados na presente pesquisa partiram da população de empresas ativas no B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), que é a bolsa de valores brasileira, para o período de 2010 a 2016. A escolha do período se justifica considerando a pós-adoção das normas contábeis, que eliminaram o conservadorismo como característica qualitativa da informação contábil. Nesse sentido, no entanto, Silva, Paulo e Silva (2014) argumentam que o conservadorismo continua presente nas demonstrações devido à cultura de alguns profissionais da contabilidade. De acordo com Lopes (2002), o índice *book-to-market* se tonar um indicador adequado para o conservadorismo contábil, visto que o mercado normalmente atribui valor à empresa

“Esta pesquisa pode ser classificada como descritiva, uma vez que foram coletados dados, para posterior avaliação e análise. Além disso, este trabalho tem o enfoque quantitativo, uma vez que utiliza métodos quantitativos.”

mais rapidamente do que o patrimônio da entidade absorva as notícias.

Esta pesquisa pode ser classificada como descritiva, uma vez que foram coletados dados, para posterior avaliação e análise. Além disso, este trabalho tem o enfoque quantitativo, uma vez que utiliza métodos quantitativos. Para a seleção da amostra, foram empregados filtros, excluindo-se: (i) empresas do setor financeiro e seguradoras devido suas particularidades contábeis e estruturais que podem distorcer os resultados. Fama e French (1992), destacam que o alto grau de endividamento das empresas do setor financeiro pode distorcer o índice *book-to-market* e não possui o mesmo significado do alto grau de endividamento de empresas não financeiras; (ii) empresas que não apresentaram valores de mercado, em 31 de dezembro, referentes aos anos estudados; (iii) empresas com mais de uma classe de ação (ON ou PN), optando-se pela mais líquida; (v) empresas que não apresentaram informações na coleta de dados, em três anos, para o valor de mercado e patrimônio líquido; (vi) empresas com patrimônio líquido negativo.

Aplicadas essas exclusões entre as 573 empresas, a amostra final foi composta por 190 empresas, cujos dados consolidados foram coletados por meio da base de dados Econômica, de diversos setores, conforme apresentado na Tabela 1.

As empresas pertencentes à amostra (Tabela 1) foram analisadas por meio da aplicação do modelo de regressão linear com dados em painel, conforme equação 1, a seguir.

$$BM_{i,t} = \alpha + \beta_1 \cdot TAM_{i,t} + \beta_2 \cdot RENT_{i,t} + \beta_3 \cdot ENDIV_{i,t} + \beta_4 \cdot CAPEX_{i,t} + \beta_5 \cdot CGL_{i,t} + \beta_7 \cdot ALAV_{i,t} + \varepsilon_{i,t}$$

Onde:

$BM_{i,t}$ é o índice *book-to-market*
 $TAM_{i,t}$ é o tamanho da empresa
 a valor de mercado

$RENT_{i,t}$ é a rentabilidade

$ENDIV_{i,t}$ é o endividamento

$CAPEX_{i,t}$ é o investimento em capital fixo líquido

$CGL_{i,t}$ é o capital de giro líquido

$ALAV_{i,t}$ é a alavancagem financeira

O termo i evidencia as diferentes empresas envolvidas na pesquisa, e o termo t significa o período de tempo da análise. O α refere-se ao parâmetro de interceptor e o β corresponde ao coeficiente angular das variáveis de controle. O termo $\varepsilon_{i,t}$ é a perturbação do modelo.

A seguir, detalham-se cada uma das variáveis: dependente e de controle e suas justificativas e sinais esperados. Assim, no próximo subtópico, são apresentadas a variável dependente, variáveis de controle e descrito o tratamento dos dados.

3.2 Variável dependente

A variável dependente, neste trabalho, corresponde ao índice *book-to-market* (BM), conforme Equação 2.

$$BM_{i,t} = \frac{VC_{i,t}}{VM_{i,t}}$$

Onde:

$BM_{i,t}$ referente ao índice *book-to-market*

$VC_{i,t}$ referente ao valor contábil do patrimônio líquido

$VM_{i,t}$ referente ao valor de mercado

O índice *book-to-market* é um indicador que mede o afastamen-

to da avaliação dos ativos de uma empresa feita pela contabilidade e aquela feita pelo mercado, ou seja, o valor contábil do patrimônio líquido está condicionado, entre outros fatores, a critérios objetivos de avaliação; já o valor de mercado captura as expectativas de lucros econômicos futuros da entidade (CUPERTINO; COELHO, 2006).

De acordo com Serra e Saito (2015), empresas com *book-to-market* elevado, de maneira geral apresentam o valor de mercado acima do valor patrimonial, sinalizando boas perspectivas. Já Novy-Mark (2013) alega que entidades, nas quais investidores tendem a assumir maiores riscos, ou seja, exigem maiores retornos, sinalizam preços mais baixos das ações e, consequentemente, maior *book-to-market*.

Serra e Martelanc (2014) afirmam que empresas com baixas perspectivas futuras tendem a sinalizar um valor de mercado menor em relação ao valor contábil, assim como empresas que apresentam maiores *book-to-market* comportam-se de maneira mais arriscadas.

3.3 Variáveis de controle

Para explicar a variável dependente *book-to-market* foram utilizadas as variáveis de controle, assim como suas fórmulas de cálculo, e os sinais esperados de acordo com a literatura proposta, conforme se verifica no Quadro 1.

Tabela 1 – Setores Econômicos

Setor Econômico	Quantidade de empresas	Participação em (%)
Bens industriais	36	18.9%
Consumo cíclico	52	27.4%
Consumo não cíclico	14	7.4%
Materiais básicos	25	13.2%
Petróleo, gás e biocombustíveis	6	3.2%
Saúde	10	5.3%
Tecnologia da informação	4	2.1%
Telecomunicações	4	2.1%
Utilidade pública	39	20.4%
Total Geral	190	100.0%

Fonte: elaborada pelos autores.

A variável “tamanho” (TAM) é representada pelo valor de mercado do último dia de cotação, multiplicado pela quantidade de ações de cada ano. Tal variável pode ter uma relação negativa com o *book-to-market*, conforme Fama e French (1995, 2004); Dempsey (2010); Lauretti (2011). Para suavizar os dados da variável “tamanho” (TAM), foi utilizado o logaritmo natural do valor de mercado. A variável rentabilidade (RENT) é representada pelo EBIT, dividido pelo ativo total. Espera-se uma relação negativa da “rentabilidade” com o *book-to-market*, conforme Lakonishok, Shleifer e Vishny (1994), Fama e French (1995, 2004).

A terceira variável “endividamento” (ENDIV) refere-se à dívida total, dada pelo passivo circulante e passivo de longo prazo total, divididos pelo patrimônio líquido. Empresas mais endividadas tendem a apresentar maior retorno de suas ações. Espera-se uma relação negativa entre o endividamento e o *book-to-market*, conforme Cupertino e Coelho, (2006), Dempsey (2010), e Campos, Sarlo e Almeida (2010). Já a quarta variável “investimento em ativo fixo” (CAPEX) refere-se ao ativo fixo menos a depreciação do período, dividido pelo ativo total. Empresas com baixo *book-to-market* sinalizam maiores investimentos em ativos fixos (GRIF-FIN; LEMMON, 2002).

A quinta variável “capital de giro líquido” (CGL) é o ativo circulante menos o passivo circulante, dividido pelo ativo total. O CGL de uma empresa

pode afetar o valor da empresa, conseqüentemente, causará variações no *book-to-market*, de acordo com o risco adotado de cada empresa (ALMEIDA, 2010). Já a sexta variável “alavancagem financeira” (ALAV) é a soma do passivo oneroso de curto e longo prazos dividido pelo ativo total. Espera-se uma relação negativa entre a alavancagem financeira e o *book-to-market*, conforme Peterkort e Nielsen (2005), Dempsey (2010).

Exposto o levantamento das principais variáveis utilizadas na literatura, apresentam-se, no próximo tópico, os procedimentos quantitativos utilizados na pesquisa e os resultados obtidos na regressão com dados em painel.

3.4 Tratamento dos dados

Inicialmente, realizou-se a análise descritiva da amostra com o intuito de verificar a consistência dos dados coletados. Ainda, dadas a dimensão e característica da amostra (corte transversal e séries temporais), optou-se pela metodologia de análise de regressão com dados em painel. Nesta técnica, a mesma unidade é estudada ao longo do tempo (de 2010 a 2016). Para Fávero et al. (2009), a principal utilidade da regressão com dados em painel é permitir que sejam analisadas as diferenças que porventura ocorram entre amostras. Para esta pesquisa, a regressão com dados em painel consistiu entre os dois métodos principais de estimação: efeitos fixos e efeitos aleatórios.

Assim, a estimação por efeitos fixos prioriza as particularidades dos indivíduos, uma vez que permite que o intercepto varie com corte transversal. Todavia esta metodologia mantém constante os coeficientes angulares entre estes. Dessa forma, há a suposição de que ocorra uma correlação arbitrária entre o efeito não observado e as variáveis de controle. Essa modelagem pode ser expressa conforme:

$$\beta_0 + \beta_1 x_{1it} + \dots + \beta_k x_{kit} + u_{it}, t = 1, 2, \dots, T$$

Já o modelo de regressão com dados em painel para efeito aleatório supõe que não haja correlação entre a_i e x_{it} ao longo do tempo. O intercepto β_0 é uma variável aleatória, representada por um valor médio, comum para todos os indivíduos, ficando as diferenças individuais do intercepto de cada empresa em relação ao valor médio no termo de erro composto. De acordo com Gujarati (2006), o modelo de efeitos aleatórios é adequado quando se considera que o componente de erro individual a_i não é correlacionado com as variáveis de controle. Assim, a metodologia pode ser interpretada como:

$$\beta_0 + \beta_1 x_{1it} + \dots + \beta_k x_{kit} + v_{it}$$

em que: $v_{it} = a_i + u_{it}$; β_0 é o intercepto; β_k corresponde ao coeficiente angular da regressão. Para avaliar a diferença entre o modelo fixo e o aleatório, a fim de definir qual modelo é mais apropriado, aplicou-se

Quadro 1 – Variáveis de controle

Variáveis de controle	Nome	Fórmula	Sinal	Autor
TAM	Tamanho da empresa	LN (Valor de mercado)	(-)	Fama e French (1995, 2004); Dempsey (2010); Lauretti (2011).
RENT	Rentabilidade	(EBIT/Ativo total)	(-)	Lakonishok, Shleifer e Vishny (1994); Fama e French (1995, 2004).
ENDIV	Endividamento	(Dívida total/Patrimônio líquido)	(-)	Cupertino e Coelho, (2006); Dempsey (2010); Campos, Sarlo e Almeida (2010).
CAPEX	Investimento em ativo fixo	(Ativo fixo - depreciação/Ativo total)	(-)	Griffin e Lemmon (2002).
CGL	Capital de giro líquido	(Ativo circulante - passivo circulante/Ativo total)	(+/-)	Almeida (2010).
ALAV	Alavancagem financeira	(Passivo oneroso/ Ativo Total)	(-)	Peterkort e Nielsen (2005); Dempsey (2010).

Fonte: elaborado pelos autores.

o teste de Hausman. Dessa forma, pode-se verificar se existe correlação entre os fatores não observados (erro) e as variáveis de controle. As hipóteses testadas foram:

H_0 : Resíduos não correlacionados com as variáveis explicativas (efeito aleatório);

H_1 : Resíduos correlacionados com as variáveis explicativas (efeito fixo).

Por fim, dada a possibilidade de existência de heterocedasticidade dos resíduos, mesmo que seja minimizada mediante a metodologia empregada, optou-se por utilizar o modelo com erros padrão robustos pela correção de White (1980). Como não há um método *Stepwise* para regressão com dados em painel, optou-se por testar “manualmente” a exclusão e/ou inserção de variáveis de controle. Já a possível existência de multicolinearidade entre as variáveis de controle foi analisada por meio da correlação entre as variáveis. Todos os testes econométricos, foram efetuados no software STATA.

4. Análise dos resultados

A análise descritiva das variáveis dependente de controle é apresentada na Tabela 2.

Observa-se que a média do *book-to-market* é positiva, com grande amplitude entre o máximo e o mínimo. Esse resultado demonstra que, em média, empresas com o valor contábil próximo do valor de mercado tem maior peso no cálculo do *book-to-market*, diferenciando-se do resultado obtido na pesquisa de Brailsford, Gaunt e O'Brien (2012), que evidenciou um *book-to-market* negativo (-0.22) com um desvio-padrão de (2.96) nas empresas australianas, no período de 1982 a 2006. Dessa forma, conforme Figari et al. (2016),

a presença de empresas com valor contábil próximo do valor de mercado pode alertar para sinal de dificuldades financeiras. O mínimo de (0.0131) foi obtido da empresa AES Elpa, evidenciando o afastamento de empresas que têm menor valor contábil em relação ao valor de mercado. A empresa, em seus resultados contábeis, demonstrou resultado negativo no capital em investimento ativo fixo de -7.275. O máximo de 22.89 pode ser relacionado com pesquisas semanais de Rosenberg, Reid e Lansstein (1985), Fama e French (1992, 1995, 2006, 2008, 2012), Lakonishok, Shleifer e Vishny (1994), Chen e Zhang (1998), Piotroski (2000), Daniel e Titman (2006), em que se espera que empresas com alto valor contábil em relação ao valor de mercado tenham, em média, maior retorno de suas ações.

Em média, o valor de mercado das empresas brasileiras apresentou um desvio-padrão de 1.857, demonstrando que empresas brasileiras assumem maiores riscos para alavancar seus negócios. Resultado inverso foi obtido por Dempsey (2010), que apontou um desvio-padrão de 0.425 para empresas australianas. Além disso, a média da variável valor de mercado das empresas australianas foi de 18.734, ou seja, empresas australianas, em média, têm maior valor de mercado do que as

empresas brasileiras e um menor risco (desvio-padrão). Tal resultado pode ser relacionado com os achados de Holthausen e Watts (2001), que relacionam seus resultados ao conservadorismo contábil. Entre suas investigações estão: contratos, litígios, regulação, tributação e outros arranjos institucionais, que tendem a ser diferentes para cada país. No Brasil, por exemplo, pode ser relacionado à pesquisa de Campos, Sarlo e Almeida (2010), que evidenciaram que empresas que possuem maior volume de provisão de imposto de renda e contribuição social, tendem, em média, a ter o valor do patrimônio da empresa subavaliados em relação aos seus valores de mercado.

A análise descritiva evidenciou que empresas com *book-to-market* próximo de 1, tendem, em média, a ter baixa rentabilidade representada pelo EBIT, ou seja, empresas com valor contábil próximo do valor de mercado tendem a apresentar, em média, uma menor rentabilidade. Em análise, a base de dados em média empresas com alto endividamento demonstraram um *book-to-market* abaixo de 1, ou seja, empresas com maior endividamento tende em média ter um valor de mercado maior do que empresas com baixo endividamento.

Na análise descritiva em média, as empresas apresentaram investi-

Tabela 2 – Análise Descritiva

Variáveis	Média	Desvio-padrão	Mín.	Max.
BM	1.152	1.462	0.0131	22.89
VM	14.33	1.857	8.590	19.76
RENT	0.0855	0.0824	0.000290	1.443
ENDIV	2.695	9.179	0.0132	249.6
CAPEX	0.0190	0.214	-7.275	0.841
CGL	0.154	0.196	-0.778	1.341
ALAV	0.294	0.174	4.00e-05	2.382

Nota: BM é a variável dependente *book-to-market*; VM é a variável de controle valor de mercado; RENT é a variável de controle rentabilidade; ENDIV é a variável de controle endividamento; CAPEX é a variável de controle investimento em ativo fixo; CGL é a variável de controle capital de giro líquido; ALAV é a variável de controle alavancagem financeira.

Fonte: elaborada pelos autores.

mento em ativo fixo de 0.0190, abaixo do resultado evidenciado por Figari et al. (2016), que, em estudo em empresas brasileiras, em média, o investimento observado em ativo fixo foi de 0,0396. Griffin e Lemmon (2002) evidenciaram, em média, um investimento em ativo fixo de 0.073 para empresas americanas, no período de 1965 a 1996. Empresas com o investimento em ativo fixo negativo, em média, apresentaram uma baixa proporção de endividamento. Empresas que evidenciaram capital de giro negativo, em média, apresentaram um *book-to-market* abaixo de 1. De acordo com, Peterkort e Nielsen (2005), à medida que a alavancagem diminui o *book-to-market* tende a aumentar. Entretanto, na análise descritiva não se pode evidenciar homogeneidade dos resultados entre a variável alavancagem e o *book-to-market*.

A seguir, a matriz de correlação é exibida na Tabela 3. Nota-se

que as correlações entre a variável dependente *book-to-market* e as variáveis de controle não são fortes, entre -0.7 e 0.7, o que acaba por mitigar possíveis problemas de multicolinearidade, que poderiam enviesar os resultados dos dados em regressão com painel. Os resultados também indicam correlação negativa entre a variável dependente *book-to-market* e as variáveis de controle.

Após apresentar a matriz de correlação e a análise descritiva dos dados, apresenta-se a Tabela 4 com os dados em painel para efeito fixo e aleatório, sendo que o *p-value* da estatística F é menor que 0,05 para ambos os modelos, ou seja, o modelo como um todo é significativo. Os testes evidenciaram, ainda, um coeficiente de determinação R² para o efeito fixo de 12,8%, o R² para efeito aleatório 12,6%. Também é importante destacar que o teste de Hausman apontou o uso do método de es-

timação por efeito fixo, dado que *p-value* (Prob>chi2 = 0.0000) é menor do que 0,05, portanto, rejeita-se a hipótese nula do teste, ou seja, os resíduos são correlacionados com as variáveis explicativas. Dessa forma, descarta-se o resultado evidenciado para efeito aleatório na Tabela 4.

Analisando os resultados evidenciados pelo efeito fixo, pode-se observar que a variável rentabilidade (RENT) não é, estatisticamente, significativa para explicar o *book-to-market*. Tal resultado diferencia-se dos achados de Lakonishok, Shleifer e Vishny (1994), Fama e French (1995, 2004), onde os autores evidenciaram uma relação negativa entre a RENT e o *book-to-market*. A variável capital de giro (CGL) não apresentou significância estatística de alavancagem. Resultado semelhante foi evidenciado por Figari et al. (2016). Esse resultado contraria o proposto por Almeida (2010), em

Tabela 3 – Correlação entre as variáveis

	BM	VM	RENT	ENDIV	CAPEX	CGL	ALAV
BM	1.000						
VM	-0.382	1.000					
RENT	-0.117	0.128	1.000				
ENDIV	-0.0481	-0.103	-0.0105	1.000			
CAPEX	-0.0965	0.113	0.103	0.00340	1.000		
CGL	-0.0492	-0.0924	0.0135	-0.116	-0.0242	1.000	
ALAV	-0.0129	0.0935	-0.0657	0.235	0.134	-0.281	1.000

Nota: BM é a variável dependente *book-to-market*; VM é a variável de controle valor de mercado; RENT é a variável de controle rentabilidade; ENDIV é a variável de controle endividamento; CAPEX é a variável de controle investimento em ativo fixo; CGL é a variável de controle capital de giro líquido; ALAV é a variável de controle alavancagem financeira.

Fonte: elaborada pelos autores.

Tabela 4 – Dados em painel efeito fixo e aleatório

Variáveis	Efeito Fixo			Efeito Aleatório		
	Coef.	Erro Padrão	p-valor	Coef.	Erro Padrão	p-valor
VM	-1.446	0.052	0.000	-0.684	0.035	0.000
RENT	0.472	0.452	0.296	-0.111	0.486	0.818
ENDIV	-0.018	0.003	0.000	-0.014	0.003	0.000
CAPEX	0.338	0.476	0.478	-0.599	0.527	0.255
CGL	-0.441	0.314	0.161	-1.363	0.288	0.000
ALAV	0.016	0.265	0.950	0.534	0.267	0.045
CONS	22.11	0.754	0.000	11.11	0.523	0.000

Nota: VM é a variável de controle valor de mercado; RENT é a variável de controle rentabilidade; ENDIV é a variável de controle endividamento; CAPEX é a variável de controle investimento em ativo fixo; CGL é a variável de controle capital de giro líquido; ALAV é a variável de controle alavancagem financeira; CONS.

Fonte: Elaborada pelos autores.

que as variações do capital de giro podem influenciar o valor de mercado da empresa e, conseqüentemente, no seu *book-to-market*. A “alavancagem financeira” (ALAV) não apresentou significância estatística para explicar a variável dependente *book-to-market*. Tal resultado contraria os resultados evidenciados por Peterkort e Nielsen (2005), Dempsey (2010), que identificaram uma relação negativa entre a alavancagem financeira e o *book-to-market*.

Na Tabela 4, evidenciou-se que as variáveis “valor de mercado” (VM) e “endividamento” (ENDIV) são, estatisticamente, significativas para explicar a variável *book-to-market*. Uma vez que não há um método *Stepwise* para regressão com dados em painel, foi efetuada, manualmente, a inclusão e exclusão das variáveis com intuito de resgatar alguma variável que pudesse ser incluída no modelo final. Dessa forma, resgatou-se a variável “investimento em ativo fixo” (CAPEX), e assim foi estruturado um novo modelo para regressão com dados em painel para efeito fixo. O coeficiente de determinação retornou um R² para efeito fixo de 13,2%, o R² para efeito robusto do teste de White 13,2%. Para corrigir a possível heterocedasticidade dos dados, foi aplicada a correção de White (1980), ou modelo de Regressão Robusta, conforme exposto na Tabela 5.

O modelo corrigido pela regressão robusta demonstra que os coeficientes angulares (betas) con-

tinuam iguais, havendo apenas correção do erro padrão. Assim, a variável “tamanho” (TAM) foi significativa a um nível de 0.05. O coeficiente -1.455 contribuiu para explicar o *book-to-market*. Essas variáveis estão relacionadas negativamente, ou seja, quanto maior for o *book-to-market*, menor tende a ser o tamanho e vice-versa. Esse resultado se assemelha aos resultados evidenciados por Fama e French (1995, 2004), Dempsey (2010), Lauretti (2011).

A segunda variável, que apresentou significância estatística em um nível de 0.05, foi o “endividamento” (-0.018). O resultado demonstra que o endividamento está relacionado negativamente com o *book-to-market*, ou seja, quanto maior for o endividamento, menor tende a ser o *book-to-market* e vice-versa. Tal resultado, está em consonância com as pesquisas de Cupertino e Coelho, (2006), Dempsey (2010), Campos, Sarlo e Almeida (2010), em que o *book-to-market* é, negativamente, relacionado com o endividamento da empresa.

A terceira variável significativa do modelo é o “investimento em ativo” (CAPEX), que, após ser inclusa no modelo reduzido, com variáveis que explicam o *book-to-market*, apresentou significância estatística em um nível de 0.05. A variável CAPEX apresentou uma relação positiva (0.252) com o *book-to-market*, ou seja, quanto maior for o investimento, maior será o *book-to-market*. Esse resul-

tado contraria o resultado de Figari et al. (2016), em que o CAPEX não apresentou significância estatística para explicar o *book-to-market*. Além disso, tal resultado é diferente do evidenciado na pesquisa de Griffin e Lemmon (2002), que evidenciou um resultado negativo entre o CAPEX e o *book-to-market*.

Diante do exposto na Tabela 5, pode-se responder à Hipótese 2: Variáveis contábeis explicam o coeficiente *book-to-market*. Entre as variáveis selecionadas na literatura deste presente trabalho e dentro dos métodos adotados, somente as variáveis “valor de mercado” (VM), “endividamento” (ENDIV) e “investimento em ativo fixo” (CAPEX) apresentam significância estatística para explicar o afastamento do *book-to-market* por meio da regressão linear com dados em painel.

5. Conclusão

O presente estudo teve como objetivo analisar a relação entre as variáveis contábeis e o poder de explicação que elas podem ter sobre o coeficiente *book-to-market*, por meio da regressão linear, com dados em painel de empresas brasileiras, no período de 2010 a 2016.

Dentre os resultados encontrados, destaca-se que, em média, as empresas brasileiras apresentam um valor contábil próximo ao valor de mercado. Dessa forma, empresas com esse perfil podem apresentar

Tabela 5 – Regressão Robusta

Variáveis	Efeito Fixo			Regressão Robusta		
	Coef.	Erro Padrão	p-valor	Coef.	Erro Padrão	p-valor
VM	-1.455	0.047	0.000	-1.455	0.234	0.000
ENDIV	-0.018	0.003	0.033	-0.018	0.010	0.046
CAPEX	0.252	0.118	0.000	0.252	0.049	0.000
CONS	22.12	0.679	0.000	22.12	3.365	0.000

Nota: VM é a variável de controle valor de mercado; ENDIV é a variável de controle endividamento; CAPEX é a variável de controle investimento em ativo fixo; CONS.

Fonte: elaborada pelos autores.

“A variável “tamanho das empresas”, comparada com a de outros países, constatou que as empresas brasileiras apresentam maiores desvios-padrão, indicando que incorrem maiores riscos para se alavancar.”

sinais de dificuldades financeiras. Assim, espera-se que empresas com alto valor contábil em relação ao valor de mercado, obtenham maiores retornos em suas ações.

A variável “tamanho das empresas”, comparada com a de outros países, constatou que as empresas brasileiras apresentam maiores desvios-padrão, indicando que incorrem maiores riscos para se alavancar. Tal fato foi relacionado ao conservadorismo contábil, como: contratos, litígios, regulação, tributação e outros arranjos institucionais, que tendem a ser diferentes para cada país e pode influenciar nos resultados contábil e de mercado. Além disso, a particularidade de cada setor pode mudar de empresa para empresa, fazendo com que não tenham desempenhos parecidos.

Nesse contexto, assim como apresentado nas literaturas seminais de Rosenberg, Reid e Lantschein (1985), Fama e French (1992, 1995), esta pesquisa constatou uma relação negativa entre o tamanho da empresa o valor de mercado e o *book-to-market*, evidenciando que

o *book-to-market* e o tamanho da empresa podem ser usados como medida de risco.

Em relação ao endividamento e ao investimento em ativo fixo, a presente pesquisa constatou serem variáveis explicativas para as variações do *book-to-market* em nível de 0.05. Denota-se uma relação negativa entre o endividamento e o *book-to-market*, em que empresas menos endividadas tendem, em média, a apresentar maior *book-to-market* e vice-versa; e o investimento em ativo fixo, que a apresentou uma relação positiva com o *book-to-market*, ou seja, à medida que a empresa investe aumenta seu CAPEX, espera-se, em média, que o *book-to-market* aumente. Para o modelo proposto e as variáveis selecionadas, estas apresentaram significância estatística para explicar as variações do *book-to-market*.

Diante das análises realizadas e dos resultados evidenciados, volta-se à hipótese 1: Há uma relação significativa, positiva, entre as variáveis contábeis e o coeficiente *book-to-market*. Mediante os resultados obtidos, pode-se rejeitar a hipótese

formulada, já que, pelos dados, somente o CAPEX apresentou significância positiva das variáveis selecionadas para o presente trabalho. As variáveis TAM e ALAV apresentaram significância negativa e as variáveis RENT, CGL e ALAV não puderam explicar, estatisticamente, as possíveis variações do *book-to-market*, neste trabalho.

Ressalta-se que a presente pesquisa apresenta limitações metodológicas importantes, entre elas: (i) o período e a amostra selecionados; (ii) os filtros que foram realizados; (iii) a metodologia adotada para o cálculo das variáveis; e (iv) a metodologia estatística empregada. Entretanto, dada a complexidade e a importância do tema, tais limitações poderiam motivar futuros trabalhos de pesquisa, sobretudo, considerar períodos mais longos, adotar outras metodologias econométricas, observar defasagem temporal entre as variáveis, e propor outras variáveis contábeis. Desse modo, as pesquisas avançariam na temática das decisões das Finanças Corporativas para o mercado de capitais brasileiro.

6. Referências

ALMEIDA, J. R. *Gestão do capital de giro, acesso a financiamentos e valor da empresa*. 2010. 53 f. Dissertação (Mestrado em Administração) -Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV), São Paulo, 2010.

ALMEIDA, J. R.; EID JUNIOR., W. Estimando o retorno das ações com decomposição do índice book-to-market: evidências na Bovespa. *Revista Brasileira de Finanças*, Rio de Janeiro, v.8, n. 4, p. 417- 441, jul. 2010.

ASSAF NETO, A. *Valuation: métricas de valor e avaliação de empresa*. São Paulo: Atlas, 2014.

BRAILSFORD, T.; GAUNT, C.; O'BRIEN, M. A. Size and book-to-market factors in Australia. *Australian Journal of Management*, v. 37, n. 2, p. 261-281, 2012.

CAMPBELL, J. Y.; HILSCHER, J.; SZILAGYI, J. In search of distress risk. *The Journal of Finance*, v. 63, n. 6, p. 2899-2939, 2008.

CAMPOS, G. M.; SARLO NETO, A.; ALMEIDA, J. E. F. A influência da tributação no grau de conservadorismo das empresas. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, v. 5, n. 2, jul./dez. 2010.

CHEN, N.; ZHANG, F. Risk and return of value stocks. *The Journal of Business*, v. 71, n. 4, p. 501-535, 1998.

CUPERTINO, C. M.; COELHO, R. A. Alavancagem, liquidez, tamanho, risco, imobilizado e intangíveis: um estudo de algumas condicionantes do *book-to-market* em empresas brasileiras. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, VI, *Anais...* São Paulo, 2006.

DANIEL, K.; TITMAN, S. Market reactions to tangible and intangible information. *The Journal of Finance*, v. 61, n. 4, p. 1605-1643, 2006.

DEMPSEY, M. The book-to-market equity ratio as a proxy for risk: evidence from Australian markets. *Australian Journal of Management*, v. 35, n.1, p. 7-21, 2010.

FAMA, E. F.; FRENCH, K. R. The cross-section of expected stock returns. *Journal of Finance*, v. 47, n. 2, p. 427-465, 1992.

_____. Average returns, B/M, and share issues. *The Journal of Finance*, v. 63, n. 6, p. 2971-2995, 2008.

_____. *Profitability, growth, and average returns*. [CRSP Working Paper]. 2004.

_____. Profitability, investment, and average returns. *Journal of Financial Economics*, v. 82, n. 3, p. 491-518, 2006.

_____. Size and book-to-market factors in earnings and returns. *Journal of Finance*, Nova Jersey, v. 50, n. 1, p. 131-156, mar. 1995.

_____. Size, value, and momentum in international stock returns. *Journal of financial economics*, v. 105, n. 3, p. 457-472, 2012.

_____. Value versus growth: the international evidence. *The Journal of Finance*, v. 53, n. 6, p. 1975-1999, 1998.

FÁVERO, L. P. et al. *Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões*. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2009.

FIGARI, A. K. P. et al. Relação entre gastos com pesquisa e índice *book-to-market* no Brasil. *Brazilian Journal of Quantitative Methods Applied do Accounting*, v. 4, n. 2, p. 67-83, jul/dez, 2016.

GILIO, L. Análise da capacidade explicativa de informações contábeis para o índice *market-to-book* de empresas listadas no Ibovespa. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, X, *Anais...*São Paulo, 2010.

GONZAGA, R. P.; COSTA, F. M. A relação entre o conservadorismo contábil e os conflitos entre acionistas controladores e minoritários sobre as políticas de dividendos nas empresas brasileiras listadas na Bovespa. *Revista de Contabilidade e Finanças*, v. 20, n. 50, p. 95-109, mai/ago, 2009.

GRIFFIN, J. M.; LEMMON, M. L. Book-to-market equity, distress risk, and stock returns. *Journal of Finance*, v. 57, n. 5, p. 2317-2336, out, 2002.

GUJARATI, D. N. *Econometria básica*. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

HO, K.Y.; AN, J.; ZHOU, L. The book-to-market anomaly in the Chinese stock markets. *Journal of East Economic Integration*, v. 19, n. 3, p. 223-241, sept, 2015.

HOLTHAUSEN, R. W.; WATTS, R. L. The relevance of the value-relevance literature for financial accounting standard setting. *Journal of Accounting and Economics*, v. 31, p. 3-75, 2001.

JENSEN, G. R.; JOHNSON, R. R.; MERCER, J. M. New evidence on size and price-to-book effects in stock returns. *Financial Analysts Journal*, v. 53, n. 6, p. 34-42, 1997.

L'HER, J. F.; MASMOUD, T.; SURET, J. M. Evidence to support the four-factor pricing model from the Canadian stock market. *Journal of International Financial Markets*, v. 14, n. 4, p. 313-328, 2004.

LAKONISHOK, J.; SHLEIFER, A.; VISHNY, R. W. Contrarian investment, extrapolation, and risk. *Journal of Finance*, v.49, n.5, p. 1541-1578, dez, 1994.

LAURETTI, C. M. *A relação entre intangibilidade, desempenho financeiro e desempenho de mercado*. 2011. 144 f. Tese (Doutorado em Administração) -Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011.

LAURETTI, C. M.; MATIAS FILHO, J.; BASSO, L. F. C. A valoração de recursos que geram vantagens competitivas sustentáveis. *Revista Brasileira de Estratégia*, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 11-21, jan./abr., 2011

LEE, S. C.; LIN, C. T.; YU, M. T. Book-to-market equity, asset correlations and the basel capital requirement. *Journal of Business Finance & Accounting*, v. 40, n. 7-8, p. 991-1008, oct., 2013.

LOPES, A. B. *A Informação contábil e o mercado de capitais*. São Paulo: Thomson, 2002.

NOVY-MARK, R. The other side of value: the gross profitability premium. *Journal of Financial Economics*, v. 108, n.1, p. 1-28, 2013.

PENMAN, S. H. 1991, An evaluation of accounting rate of return, *Journal of Accounting, Auditing, and Finance*, v. 6, p. 233-255, 1991.

PETERKORT, R. F.; NIELSON, J. F. Is the book-to-market ratio a measure of risk? *Journal of Financial Research*, v. 28, p. 487-502, 2005.

PIOTROSKI, J. D. Value investing: The use of historical financial statement information to separate winners from losers. *Journal of Accounting Research*, p. 1-41, 2000.

ROSENBERG, B.; REID, K.; LANSTEIN, R. Persuasive evidence of market inefficiency. *The Journal of Portfolio Management*, v. 11, n. 3, p. 9-16, 1985.

SERRA, R. G.; MARTELANC, R. Hierarchical determinants of Brazilian Stock returns during the 2008 financial crisis. *Emerging Markets Finance and Trade*, v. 50, n. 5, p. 51-67, 2014.

SERRA, R. G.; SAITO, A. T. Determinantes do P/B, setor regulado e estratégias de investimento. *Revista de Administração FACES Journal*, v. 15, n. 1, p. 82 - 96, 2015.

SILVA, A. R. P.; PAULA, E.; SILVA, J. D. G. Conservadorismo contábil nas companhias brasileiras após a adoção das IFRS sob o arranjo dos setores da economia. In: Congresso Nacional de Administração e Ciências Contábeis, V, *Anais...* Rio de Janeiro, 2014.

VARGAS, G.; BRITO, R. D. The cross-section of expected in Brazil. *Revista Brasileira de Finanças*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, jun., 2016.

WHITE, H. A heteroskedasticity-consistent covariance matrix estimator and a direct test for heteroskedasticity. *Econometrica*, v. 48, n. 4, p; 817–838, 1980.



A transparência na contabilidade pública e a importância do controle social: um estudo de caso no Observatório Social de Santo Antônio de Jesus

Para a efetivação do controle social, a sociedade conta com o apoio dos Observatórios Sociais do Brasil, presentes em 16 estados. Nesse contexto, com ênfase no Observatório Social de Santo Antônio de Jesus (OS-SAJ), esta pesquisa objetiva demonstrar o controle social, exercido pelo OS-SAJ, para a melhoria da gestão pública. Para isso, a pesquisa se propõe a caracterizar a contabilidade pública como ciência social, apresentar o caso do Observatório Social de Santo Antônio de Jesus como mecanismo de controle social e reconhecer os benefícios do controle social para o aperfeiçoamento da gestão pública. A pesquisa utiliza o método de estudo de caso, sendo a tipologia, quanto aos objetivos, descritiva e exploratória, com natureza qualitativa da abordagem e natureza teórico-empírica da exposição do objeto. O estudo conta com levantamento de dados por meio de pesquisa bibliográfica, documental e eletrônica acerca do universo e amostra da pesquisa. Os dados pesquisados possibilitaram reconhecer a importância da contabilidade pública e da transparência na divulgação de informações das contas públicas; descrever a atuação do Observatório Social de Santo Antônio de Jesus, no exercício do controle social e identificar os benefícios do controle social para melhoria da gestão pública. A pesquisa identificou que a atuação do OS-SAJ gera benefícios para a gestão pública municipal e contribui para o exercício da cidadania e melhor aplicação dos recursos públicos em prol da sociedade. No entanto, ainda é necessário que haja uma maior participação da sociedade para concretização do controle social.

Recebido em 5/10/2018. Distribuído em 8/10/2018. Pedido de revisão em 11/12/2018. Re-submetido pelo autor em 19/12/2018. Aprovado em 8/1/2019, na terceira rodada, por dois membros do Conselho Editorial. Publicado na edição março-abril de 2019. Organização responsável pelo periódico: Conselho Federal de Contabilidade.

Maria Fernanda Cunha Silva

É graduada em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb), Campus I, Salvador, Bahia (2018). É técnica em Administração pelo Centro Territorial de Educação Profissional do Sertão Produtivo – Caetitê, Bahia (2013).

E-mail: mfernandacs@hotmail.com

Orientadora: Prof. Dr.^a Livia da Silva Modesto Rodrigues

Possui pós-doutorado pela Universidade Portucalense Universidade Salvador em Estudos Interdisciplinares sobre Políticas Públicas Promotoras de Igualdades (2018). É doutora em Geociências pela Universidade Federal da Bahia (2016). É membro da Academia de Ciências Contábeis da Bahia (2015) e mestra em Contabilidade pelo Centro de Pós-Graduação e Pesquisa Visconde de Cairu - (2004). É especialista em Auditoria Fundação Visconde de Cairu (1998), especialista em Impactos e Recuperação de Áreas Degradadas pela Universidade Salvador (2014). É graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Salvador (1993) e em Administração de Empresas pela Faculdade Batista Brasileira (2007). É professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia e da Universidade do Estado da Bahia (Uneb).

E-mail: liviasilvamodesto@gmail.com

Coorientador: Prof. Dr. Crispiniano Carneiro de Oliveira

É graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Católica do Salvador (1975), e graduado em Ciências Contábeis pela Fundação Visconde de Cairu (1980). É mestre em Administração (1993) e doutor em Educação (2011) pela Universidade Federal da Bahia. É professor adjunto da Universidade do Estado da Bahia (Uneb). É auditor fiscal aposentado da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia.

E-mail: crisoli@svn.com.br

1. Introdução

A real conjuntura social e política do Brasil, com a abundante incidência de escândalos de corrupção, principalmente de desvio de recursos públicos, torna cada vez mais iminente o controle dos gastos públicos. Nesse cenário, as instituições de controle estatal, elencados por Lima (2015): o Poder Legislativo; os Tribunais de Contas; as Controladorias; a Polícia; o Ministério Público e o Poder Judiciário, têm o papel fundamental de fiscalizar os gastos públicos, nas dimensões de controle contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial.

Entretanto, para uma maior eficiência do controle das contas públicas, é essencial a participação da sociedade. Assim, com o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC n.º 101/2000) e, posteriormente, com a Lei da Transparência (LC n.º 131/2009) e a Lei de Acesso à Informação (Lei n.º 12.527/2011), que instituem o dever de as instituições públicas dar transparência aos seus atos, principalmente, quanto ao recebimento e destinação de recursos públicos. Propiciou à população o acesso às informações essenciais para sua atuação na fiscalização dos gastos públicos. Nesse contexto, a transparência na contabilidade pública é um fator imprescindível para realização do controle social.

Haja vista a necessidade de uma atuação social no controle das contas públicas, surgiram os observatórios sociais com o papel de auxiliar a sociedade na fiscalização dos gastos públicos. Dessa maneira, surge a curiosidade de compreender como essas organizações atuam para a concretização do controle social.

Por conseguinte, apresenta-se como objetivo geral demonstrar o controle social, exercido pelo Observatório Social de Santo Antônio de Jesus para a melhoria da gestão

pública, tendo como objetivos específicos: a) caracterizar a contabilidade pública como ciência social; b) apresentar o caso do Observatório Social de Santo Antônio de Jesus como mecanismo de controle social; c) reconhecer os benefícios do controle social para o aperfeiçoamento da gestão pública.

No que tange à justificativa da presente pesquisa, pela ótica científica, esta investigação sustenta-se pela ânsia de desenvolver um estudo que produza contribuições para a área científica e estimule o desenvolvimento de novas contribuições acerca dessa temática. Pelo contexto social, tendo em vista que os Observatórios Sociais do Brasil têm o papel fundamental de auxiliar a sociedade na fiscalização dos gastos públicos e, por outro lado, considerando que uma boa parcela da população desconhece a existência e o trabalho realizado por essas organizações, este estudo manifesta-se pela necessidade de confirmar o indispensável papel do controle social.

No âmbito pessoal, a investigação científica se legitima em face da evolução e relevância do controle social, nos dias atuais, que despertou o interesse da pesquisadora pela referida temática, pela vontade de compreender como a sociedade, por meio do controle social, pode contribuir para o aperfeiçoamento da gestão pública.

Nessa situação, para alcançar os objetivos estabelecidos, foi desenvolvido um estudo, sendo a tipologia descritiva e exploratória, com ênfase na natureza de abordagem qualitativa e na exposição teórico-empírica do objeto em estudo. As fontes utilizadas foram a bibliográfica, documental e eletrônica, tendo como universo da pesquisa os Observatórios Sociais do Brasil e como amostra o Observatório Social de Santo Antônio de Jesus, no qual foi realizada uma análise documental,

sendo os dados obtidos, organizados para a concepção da análise e interpretação.

2. Contabilidade Pública, Transparência e Controle Social

2.1 Contabilidade Pública

A Contabilidade, como uma ciência social aplicada, tem um amplo campo de atuação, com o principal objetivo de colher, registrar, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações patrimoniais, financeiras e econômicas de qualquer ente, sendo pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, como União, município, autarquia (IUDÍCIBUS, 2010).

Com ênfase na contabilidade aplicada ao setor público, Andrade (2017, p. 6) afirma:

[...] na contabilidade aplicada ao serviço público há a utilização de seu patrimônio, em razão dos objetivos sociais pretendidos, independentemente da geração de recursos ou resultados financeiros ou econômicos e, sim, intrinsecamente da geração de recursos ou resultados sociais que beneficiem toda a população ou grande parte dela.

Nesse sentido, a contabilidade no setor público é uma ferramenta extremamente importante, que demonstra a aplicação dos recursos públicos e gera informações para tomada de decisões do Poder Público, possibilitando a ele um controle do seu patrimônio. Contudo, é interessante destacar o papel da nova contabilidade pública. Diante da convergência das normas de contabilidade pública às normas internacionais, houve a atualização de



diversas normas brasileiras de contabilidade aplicada ao setor público.

Nessa situação, é interessante acentuar a importante contribuição da NBC TSP - Estrutura Conceitual, a qual dispõe sobre o papel da nova contabilidade pública, que se constitui na prestação de contas, responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão nas instituições públicas. É relevante o papel da contabilidade no setor público, na disponibilização de informações sobre a gestão dos recursos públicos, de forma clara e com fácil acesso, as quais são apresentadas por meio dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral (RCPGs).

Assim, a população tem um importante respaldo para realizar o controle dos gastos públicos, tendo em vista que, para concretizar o seu papel de fornecer informações úteis aos seus usuários, para subsidiar o processo decisório, a prestação de contas e a responsabilização (*accountability*), a contabilidade pública se utiliza de uma importante ferramenta: a transparência. Nesse sentido, a própria contabilidade pública dispõe de três mecanismos, os quais contribuem para uma melhor evidenciação dos gastos públicos, que são: a Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC); a classificação funcional-programática da despesa; e as notas explicativas.

Acerca da Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC), Andrade (2017, p. 411) ressalta que “é um demonstrativo que visa contribuir para a transparência da gestão pública, facilitando o gerenciamento e o controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público”. Sendo assim, a DFC é um demonstrativo fundamental para a apresentação, de forma clara, dos gastos públicos. Evidenciando as entradas e saídas de recursos financeiros de determinado ente ou entidade pública, a DFC, elaborada pelo método direto, proporciona ao cidadão uma fácil compreensão da destinação dos recursos financeiros.

No que tange à classificação funcional-programática da despesa, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) apresenta a classificação funcional subdividida em “função” e “subfunção”, e a programática demonstra o detalhamento em programas e ações, sendo estes desdobrados em atividades, projetos e operações especiais. Diante dessa temática, Kohama (2014, p. 109) relata que essa classificação da despesa surgiu “em vista da necessidade de estabelecer um esquema de classificação que forneça informações mais amplas sobre as programações de planejamento e orçamento [...]”.

Nesse contexto, a classificação funcional-programática contribui para a transparência das contas públicas, proporcionando uma melhor evidenciação dos gastos públicos com os programas de governo estabelecidos nos instrumentos de planejamento orçamentário.

No que se refere às notas explicativas, Andrade (2017, p. 420) afirma que estas constituem “um demonstrativo essencial para a compreensão das peças contábeis e dos critérios operacionais utilizados na gestão pública”. Assim, as notas explicativas podem ser consideradas um elemento que contribui para a transparência das contas públicas e para uma melhor compreensão dos demonstrativos contábeis.

2.2 Transparência

Com sua ascensão, a partir da publicação da Lei Complementar n.º 131/2009, a transparência recebe respaldo legal e garantias, tornando-se assim um relevante instrumento que assegura à população o acesso às contas públicas. Nesse contexto, nota-se o valoroso papel da transparência em possibilitar a participação da sociedade na gestão dos gastos públicos, desde o planejamento orçamentário até a fase da execução orçamentária.

“Com o papel fundamental de realizar o monitoramento dos gastos públicos, os OSBs somam um total de 134 observatórios, presentes em 16 estados do país, incluídos nestes os 6 observatórios sociais atuantes no Estado da Bahia, que são os seguintes: Barreiras, Jequié, Porto Seguro, Ilhéus, Lauro de Freitas e Santo Antônio de Jesus.”

Por consequência, com embaçamento na Lei de Acesso à Informação (Lei n.º 12.527/2011), é estabelecido o direito fundamental da sociedade ter acesso às informações da administração pública, assim cabe destacar o disposto nesta legislação, em seu Art. 8º e § 1º:

Art. 8º É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.

§ 1º Na divulgação das informações a que se refere o caput, deverão constar, no mínimo: I - registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público; II - registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros; III - registros das despesas; IV - informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados; V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; e VI - respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.

Dessa forma, a administração pública está obrigada a dar publicidade aos seus atos, mesmo que tais informações não sejam requisitadas. Os órgãos e entidades públicas deverão disponibilizá-las em local de fácil acesso, de forma clara e compreensível, para que, assim, a sociedade possa realizar a fiscalização dos gastos públicos.

Diante disso, com base na gestão pública transparente, que estabelece o dever de a administração pública prestar informações dos seus atos, surgem os conceitos de transparência ativa e transparência passiva. No que tange à transparência ativa, Sakai (2015, p.

18) afirma que “é a obrigação do órgão público publicar dados mínimos, sem requerimentos, como: repasses de recursos financeiros; registros das despesas; licitações e contratos, facilitando o controle social”. Por outro lado, a transparência passiva “é a disponibilização de informações públicas em atendimento a demandas específicas de uma pessoa física ou jurídica.” (BRASIL, 2018).

Assim, diante das definições de transparência ativa e passiva, percebe-se que a administração deverá disponibilizar informações acerca da gestão dos recursos, seja de maneira proativa ou para atender às demandas da sociedade. Ademais, é primordial destacar que a simples disponibilização de informações não é suficiente para realização do controle das contas públicas. De acordo com Figueiredo e Santos (2013, p. 5):

A compreensão do que está sendo exposto é fundamental para qualificar uma informação como transparente. O público alvo necessita assimilar o que está sendo apresentado. Cabe aos órgãos apresentarem de forma clara e de fácil entendimento, minimizando, assim, as possíveis dúvidas a respeito da comunicação dada.

Dessa forma, a compreensão das informações é fundamental para que a sociedade possa, efetivamente, realizar o controle social. E, ainda de acordo com Figueiredo e Santos (2013, p. 2), “uma sociedade participativa consciente da atuação dos seus representados desempenha, de forma mais satisfatória, o exercício da democracia quando tem o livre arbítrio de opinar e fiscalizar os gastos públicos”. Assim, de forma independente e com acesso à informações claras e compreensíveis torna-se mais fácil a concretização do controle dos gastos públicos.

2.3 Controle Social

De acordo com Lima (2015, p. 263), “além de arrecadar e gastar recursos públicos, uma das principais preocupações das finanças públicas é com o controle. Quando não há controle, a corrupção, os desvios de finalidade, o favorecimento aos amigos e a perseguição aos inimigos tendem a prosperar”. Portanto, o controle é indispensável para o combate aos desvios de recursos e à má conduta dos agentes públicos. Dessa forma, é evidente a necessidade de fiscalizar a aplicação dos recursos públicos, vislumbrando o controle das finanças públicas.

Diante disso, aponta-se, conforme disposto no Art. n.º 70 da Constituição Federal (CF) de 1988, que a fiscalização das contas públicas deve ser realizada em cinco perspectivas, a saber: Contábil; Financeira; Orçamentária; Operacional e a Patrimonial. Por conseguinte, é relevante destacar que o controle das contas públicas pode apresentar-se mediante: o controle interno, o controle externo e, também, o controle social.

Para Piscitelli e Timbó (2014, p. 353), “o controle interno é exercido no âmbito de cada Poder e o controle externo é o exercido pelo Poder Legislativo – em todas as esferas – em relação aos demais poderes”. E a respeito do controle social, como o próprio nome evidencia, é o controle realizado pela sociedade, sendo este respaldado pela CF de 1988, em seu Art. n.º 5, inciso LXXIII e Art. n.º 74, § 2º, os quais dispõem, respectivamente, que: o cidadão poderá propor ação popular que vise anular ato lesivo ao patrimônio público e à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural; e que o cidadão, partido político, associação ou sindicato poderá denunciar irregularidades aos órgãos auxiliares de controle externo.

Além do mais, nesse mesmo sentido, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em seu Art. n.º 49, rati-

fica a realização do controle social, dispondo que “as contas apresentadas pelo chefe do poder Executivo ficarão disponíveis, durante todo o exercício, no respectivo poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade”.

Nessa conjuntura, para a consumação do controle social, é primordial que os entes e entidades públicas, em observância ao princípio administrativo da publicidade, divulguem as informações inerentes às finanças e aos atos da administração pública. Sendo estabelecido pela Constituição Federal, em seu Art. 5º, inciso XXXIII, que “todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”.

Além do mais, ainda acerca da divulgação dos atos e fatos da administração pública, a lei de acesso à informação dispõe, em seu Art. 5º, que “é dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão”. Dessa forma, percebe-se que a publicidade é necessária para dar transparência aos atos públicos, sendo um fator chave que permite ao cidadão ter acesso às contas públicas e assim poder realizar o controle social.

3. Observatórios Sociais

3.1 Observatórios Sociais do Brasil

Perante o contexto atual, percebe-se a importância da gestão transparente para subsidiar a sociedade na realização do controle dos gastos públicos. Dessa forma, é pri-

mordial destacar as entidades paraestatais que incentivam o controle social no Brasil. Denominadas Observatórios Sociais do Brasil (OSB), essas organizações podem ser definidas como:

[...] um espaço democrático e apartidário que reúne o maior número de entidades representativas da sociedade civil. Atuando em favor da transparência e da qualidade na aplicação dos recursos públicos, por meio do monitoramento das licitações municipais e de ações de educação fiscal, visando contribuir para a eficiência da gestão pública. (OBSERVATÓRIO SOCIAL DO BRASIL, 2016, p. 10).

Com o papel fundamental de realizar o monitoramento dos gastos públicos, os OSBs somam um total de 134 observatórios, presentes em 16 estados do país, incluídos nestes os 6 observatórios sociais atuantes no Estado da Bahia, que são os seguintes: Barreiras, Jequié, Porto Seguro, Ilhéus, Lauro de Freitas e Santo Antônio de Jesus. (OBSERVATÓRIO SOCIAL DO BRASIL, 2018)

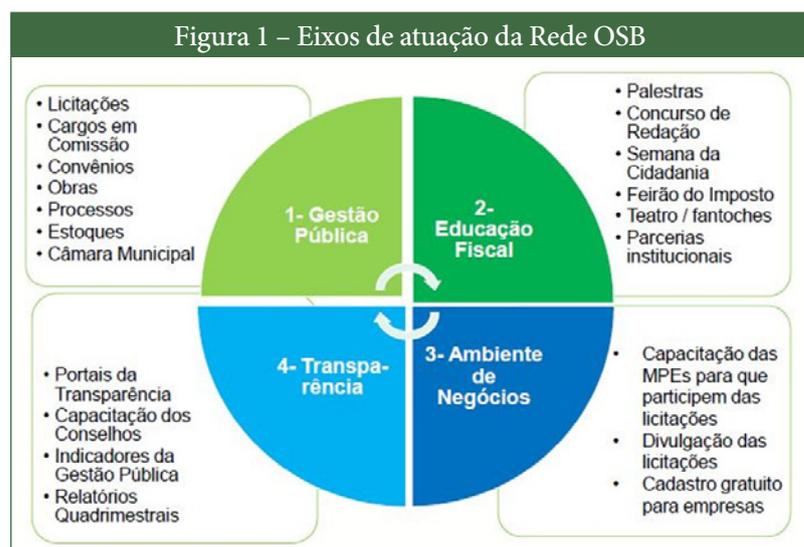
Sendo instituições não governamentais, sem fins lucrativos, os OSBs funcionam com uma rede padroni-

zada, formada por voluntários, com o propósito principal de contribuir para a eficiência da gestão pública. E, no que concerne à sua atuação, evidencia-se que a rede OSB executa suas funções sobre o prisma de quatro eixos: (Figura 1).

Diante dos eixos apresentados, constata-se o relevante papel dos OSB que visam contribuir para o aprimoramento da gestão pública, qualificar os cidadãos para o exercício do controle social, contribuir para o desenvolvimento local, por meio da realização de capacitações de micros e pequenas empresas, para que estas participem dos processos licitatórios, além de apreciar os atos da administração pública disponibilizados pelos órgãos e entidades públicas.

Acerca da caracterização do perfil dos observatórios sociais do Brasil, também é interessante explanar um pouco sobre a sua carta de identidade que dispõe que os OSB devem:

1. Garantir, em qualquer nível organizacional, a associação de pessoas idôneas, sem vinculação partidária ou subordinação a órgão observado.
2. Fundamentar o alicerce institucional a partir da mais ampla di-



Fonte: Observatório Social do Brasil (2016, p. 13)

“Acerca da contabilidade aplicada ao setor público, constata-se o seu valor na disponibilização de informações sobre a gestão dos recursos públicos, que subsidiem a população na fiscalização dos gastos públicos.”

versidade representativa da sociedade civil organizada.

3. Estimular o trabalho voluntário no controle social e pela cidadania fiscal.
4. Respeitar as diretrizes estabelecidas pelo Observatório Social do Brasil, fundamentado na padronização dos trabalhos.
5. Primar pela sustentabilidade ética, sem vínculo com recursos de órgão fiscalizado ou de fonte inidônea.
6. Garantir a adequação dos Estatutos Sociais ao do Observatório Social do Brasil.
7. Submeter-se ao Conselho de Ética instituído pelo Observatório Social do Brasil.
8. Primar pela qualidade da aplicação dos recursos públicos e estimular a cidadania fiscal, focado no interesse social.
9. Divulgar, pública e periodicamente, os relatórios de atividades e prestação de contas, aprovadas pela diretoria.
10. Manter uma postura imparcial e impessoal, focada na avaliação construtiva de processos e resultados.

(OBSERVATÓRIO SOCIAL DO BRASIL, 2016, p. 33)

A partir da carta de identidade dos Observatórios Sociais do Bra-

sil, observam-se características primordiais da estrutura da entidade, sendo esta organizada de forma padronizada, constituída por pessoas éticas, sem vínculos partidários. No que tange ao controle social e à cidadania fiscal, o OSB busca incentivar o trabalho voluntário, sempre em busca do aperfeiçoamento da gestão dos recursos públicos. Além de contribuir para a transparência dos gastos públicos, por meio da divulgação de licitações, relatórios de atividades e prestação de contas dos entes públicos, tendo sua atuação sustentada de forma imparcial e impessoal, com o intuito de contribuir para a efetivação do controle dos gastos públicos.

3.2 Observatório Social de Santo Antônio de Jesus

Como parte da rede OSB, o Observatório Social de Santo Antônio de Jesus (OS-SAJ), reconhecido como o primeiro observatório da região Nordeste, foi instituído em 23 de novembro de 2011, sob a forma de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, dispoindo, em estatuto social, seu objeto e finalidades.

Para desenvolver as atividades, o OS-SAJ, conta com a parceria de entidades locais, de colaboradores e apoiadores presentes no Estado

da Bahia. Além disso, a instituição segue as metodologias estabelecidas pela rede OSB, observando os programas e subprogramas dos Observatórios Sociais do Brasil. E quanto a sua composição, o OS-SAJ dispõe da seguinte: um presidente, quatro diretores, três conselheiros fiscais com três suplentes, um voluntário jurídico, 1 secretário executivo e um vice.

Com base na relação de programas e subprogramas apresentada em seu endereço eletrônico, o OS-SAJ enfatiza que estes visam “[...] contribuir para a mudança cultural no país, fomentando a educação para a cidadania fiscal, como forma de estimular novos hábitos e costumes no cidadão de todas as idades” (Observatório Social de Santo Antônio de Jesus, 2018). Consequentemente, diante dessa concepção, é possível inferir que o OS-SAJ desenvolve atividades que proporcionam diversos benefícios para a população, contribuindo para a formação do cidadão e para mudanças nos paradigmas sociais.

Considerando que todos os projetos e ações desenvolvidos pelo OS-SAJ são divulgados para a população, por meio do seu sítio eletrônico e redes sociais, as suas respectivas descrições e análises serão

evidenciadas na apresentação, na análise e na interpretação dos resultados, sendo a pesquisa executada com base na metodologia disposta a seguir.

4. Metodologia

Em relação aos procedimentos metodológicos para a realização da pesquisa, foi utilizado o método de estudo. Quanto à evidenciação da tipologia quanto aos objetivos, a pesquisa se apresenta como descritiva e exploratória, sendo o estudo uma pesquisa descritiva, pois o seu propósito é expor a atuação do OS-SAJ. E no que tange à tipologia exploratória, a pesquisa desenvolve-se almejando ampliar o estudo sobre o referido assunto, gerando conhecimento e incentivando novas pesquisas nessa área de estudo.

Acerca da natureza da abordagem, a pesquisa se caracteriza como qualitativa. Nessa perspectiva, no desenvolvimento do estudo, há o levantamento de dados qualitativos, referentes à atuação do OS-SAJ. Em relação à exposição do objeto, a referida pesquisa caracteriza-se como teórico-empírica, sendo assim, possível desenvolver um estudo que, além de fundamentar-se no referencial teórico preexistente, apresenta fa-

tos verídicos que refletem a atuação da organização em estudo. As fontes utilizadas foram a bibliográfica, a documental e a eletrônica. Quanto ao universo do referido estudo, apresentam-se os Observatórios Sociais do Brasil; e como amostra, o Observatório Social de Santo Antônio de Jesus, a qual foi definida pelo fato de ser reconhecido como o primeiro observatório do Nordeste e por ser o observatório com maior atuação no Estado da Bahia.

Diante disso, a pesquisadora realizou o tratamento dos dados, obedecendo aos métodos e à abordagem referentes ao estudo, além de levar em consideração o referencial teórico da pesquisa, com a finalidade de obter conclusões que contribuam para o alcance do objetivo do estudo.

5. Apresentação, Análise e Interpretação dos Resultados

Tendo como objetivo principal contribuir para o aprimoramento da gestão pública, o OS-SAJ tem como área de atuação o Município de Santo Antônio de Jesus. Nessa situação, este observatório realiza o controle social por meio das seguintes ações e projetos dispostos a seguir:

1. Visitas de Monitoramento à câmara municipal, postos de saúde, as escolas da rede municipal, sendo estas realizadas conforme demandas e denúncias recebidas pela instituição. Segundo o documento apresentado pelo observatório, a partir dessas visitas, realizadas no ano de 2015, foi possível constatar diversas irregularidades na aplicação de recursos públicos. Salientando que os dados obtidos são oriundos dos documentos apresentados pelo Observatório Social de Santo Antônio de Jesus, não constam registros de visitas em outros anos. Desse modo, destacam-se no Quadro 1, os locais visitados, os objetivos pretendidos e as respectivas irregularidades encontradas.

A partir dos dados apresentados, percebe-se a atuação do observatório na fiscalização da execução dos gastos públicos. Nessa situação, diante das irregularidades encontradas, nos referidos locais destacados no Quadro 1, o observatório constata a má gestão dos recursos públicos, tendo em vista que o não cumprimento da carga horária de trabalho dos médicos e enfermeiros e o gasto irregular na reforma do centro cultural acarretam prejuízos ao patrimônio público. Além do mais, a conservação inadequada de vacinas, o armazenamento e o pre-

Quadro 1 – Visitas de Monitoramento

Locais visitados	Objetivos pretendidos	Irregularidades
Câmara Municipal de Vereadores	Verificar: a presença dos servidores efetivos e comissionados nos postos de trabalho.	–
Postos de saúde do município	Averiguar: a presença dos médicos e enfermeiros, a estrutura e funcionamento das Unidades de Saúde do município.	Médicos e dentistas trabalhando menos de 40 horas semanais; Conservação inadequada das vacinas; Estrutura física imprópria.
Instalações do Centro Cultural do município	Apurar: a regularidade da obra realizada nas instalações.	Não atendia aos padrões de: Acessibilidade; Segurança; Estatuto das cidades.
Escolas da rede municipal	Verificar: a estrutura física das escolas, condições do transporte dos alunos e como a merenda escolar é distribuída, armazenada e oferecida.	Estrutura física precária; Carteiras e quadros em péssimas condições de uso; Transporte escolar em veículos inadequados; Distribuição de alguns alimentos com data de validade muito próxima da data que foram entregues e em grande quantidade; Armazenamento e preparo de merenda escolar de forma inadequada.

Fonte: Silva (2018) a partir de Observatório Social de Santo Antônio de Jesus (2017).

paro de merenda escolar de forma inadequada não só gera danos à administração, mas também coloca em risco a vida da população. Assim, enquanto há desperdício de recursos públicos em algumas atividades, em outras faltam recursos para que os serviços sejam prestados à população de forma digna, como é o observado na infraestrutura precária de postos de saúde, escolas e nos transportes de estudantes da rede municipal.

Diante das irregularidades encontradas, o OS-SAJ realizou reuniões com as autoridades responsáveis, em busca de esclarecimentos sobre esses fatos e com o intuito de buscar a responsabilização dos agentes competentes. Assim, observa-se a importância da *accountability* no âmbito do setor público, para que os gestores dos recursos públicos não só prestem contas, mas também sejam responsabilizados por seus atos, enquanto administradores do patrimônio público.

2. Participações em Conselhos Municipais, indispensáveis para o OS-SAJ conhecer as demandas e situação do município; e a realização de reuniões mensais abertas para visitantes, que contribui para divulgação dos trabalhos desenvolvidos pelo observatório e para atrair voluntários.

Contudo, diante dos dados analisados, não foi possível obter o número de participações do OS-SAJ nas reuniões de conselhos municipais.

3. Concurso de redação e de projetos: o observatório estimula os estudantes a criarem projetos e redações sobre a temática do controle social. Dessa forma, o OS-SAJ colabora na formação de cidadãos à medida que incentiva e demonstra a importância do exercício da cidadania, sendo que a periodicidade de realização do concurso de redação e de projetos é anual.

4. Projeto "De Olho na Câmara": divulga as ações realizadas pelos vereadores do município, de forma clara e didática, para a população local obter informações sobre o desempenho das atividades legislativas no município. O projeto "De Olho na Câmara" evidencia informações acerca da produtividade dos vereadores. O OS-SAJ elabora um *ranking* para demonstrar dados sobre a produtividade e os gastos referentes a cada vereador da Câmara Municipal de Santo Antônio de Jesus, destacando: total de faltas e presenças dos vereadores; gastos com diárias; e índice de produtividade.

Além do mais, evidencia as despesas relevantes da câmara, como gastos com combustíveis; com pessoal efetivo e comissionado; e gastos com diárias, contribuindo, assim, para a transparência dos gastos da Câmara Municipal de vereadores de Santo Antônio de Jesus.

5. Painel de Monitoramento dos Gastos com Folha de Pessoal dos Municípios da Bahia: proporciona aos cidadãos o acompanhamento da evolução das despesas com pessoal dos municípios baianos e disponibiliza informações detalhadas acerca da remuneração de pessoal efetivo, comissionado e dos agentes políticos dos 417 municípios baianos. A partir da visualização da interface

inicial do painel, o cidadão verifica que são disponibilizados três guias para consulta de dados, sendo estas: painel geral de informações sobre a folha de pessoal dos municípios do Estado da Bahia; *Ranking* das maiores remunerações de prefeitos e vereadores por mês; e comparação entre as folhas de pessoal dos municípios da Bahia.

Com base na guia que apresenta o painel geral de informações sobre a folha de pessoal dos municípios do Estado da Bahia, é possível que o cidadão tenha acesso a informações referentes a: entidades do município pesquisado; competência (mês e ano); tipos de servidores, sendo estes, agentes políticos, cargos comissionados, cargos efetivos, servidores temporários ou trabalhadores temporários; os cargos ocupados e; os nomes dos servidores.

Ainda sobre o painel de monitoramento da folha de pessoal dos municípios baianos, é relevante destacar o *ranking* das maiores remunerações de prefeitos e vereadores por mês. Por meio dessa ferramenta, o painel apresenta uma listagem, em ordem decrescente, das maiores remunerações dos prefeitos e dos vereadores dos municípios baianos de uma determinada competência selecionada durante a pesquisa.

A comparação entre as folhas de pessoal dos municípios da Bahia constituiu-se em outra ferramenta de divulgação dos gastos de pessoal dos municípios baianos, que possibilita a comparação dos gastos com pessoal realizados por diferentes municípios do Estado da Bahia.

6. Acompanhamento de Licitações: o OS-SAJ faz a divulgação dos avisos de licitação, o que se constitui em uma importante ferramenta de incentivo à participação de micros e pequenas empresas nos processos licitatórios e de incentivo ao controle social. Ademais, o acompanhamento de lici-



tações proporciona a realização de um controle prévio dos gastos públicos municipais.

Por se tratar de um tema complexo a ser analisado, o acompanhamento de licitações demanda que o cidadão tenha um conhecimento prévio e detalhado sobre esse assunto. Para isso, o Observatório Social de Santo Antônio de Jesus, com a parceira da rede OSB, disponibiliza em seu endereço eletrônico cursos e materiais sobre licitação, com o intuito de contribuir para a capacitação dos seus voluntários e da população acerca do referido assunto, para realização do controle social.

Nessa situação, o OS-SAJ disponibiliza informações essenciais sobre licitação para o cidadão que, mesmo não tendo nenhum conhecimento prévio sobre o tema, consiga compreender o assunto, sendo essas informações divulgadas por meio de textos, cursos e documentos com perguntas e respostas sobre licitações, em formato eletrônico, disponíveis no *site* do referido observatório social. Ressalta-se que a capacitação sobre licitações não se restringe aos voluntários e demais cidadãos, mas também às micros e pequenas empresas, para que estas possam participar dos processos licitatórios municipais.

De acordo com informações do OS-SAJ, a realização do acompanhamento das licitações enfrenta dificuldades. Pelo pequeno número de voluntários, a organização não consegue acompanhar muitas licitações. Ademais, nos documentos analisados, não há indicação do quantitativo do total de licitações que foram acompanhadas pelo OS-SAJ. Todavia, mesmo enfrentando dificuldades, o observatório busca divulgar os avisos de licitação, para que a população tenha conhecimento dos atos da administração pública municipal e assim possa realizar o controle social.

6. Conclusão

A presente pesquisa explanou a atuação do Observatório Social de Santo Antônio de Jesus como mecanismo de controle social, perante a relevância da transparência e qualidade na aplicação dos recursos públicos. Nesse contexto, verificou-se que há uma interligação entre a contabilidade pública, a transparência e o controle social, para que o OS-SAJ possa desenvolver suas atividades. Acerca da contabilidade aplicada ao setor público, constata-se o seu valor na disponibilização de informações sobre a gestão dos recursos públicos, que subsidiem a população na fiscalização dos gastos públicos.

Nesse âmbito, insere-se o importante papel da transparência, que garante à população o acesso às informações sobre os gastos públicos. Nessa perspectiva, a contabilidade pública dispõe de mecanismos próprios que contribuem para uma melhor transparência das informações dos gastos públicos. São eles: a DFC, a classificação funcional-programática da despesa e as notas explicativas. Dessa sorte, a disponibilização de informações transparentes e com amplo acesso contribuiu para que o cidadão conheça e compreenda a destinação dos recursos públicos e, assim, possa realizar o controle social.

A respeito dos Observatórios Sociais, constatou-se como a rede de observatórios é constituída e quais seus objetivos: suas atividades são desenvolvidas de forma padronizada e sobre a perspectiva de quatro eixos: Gestão pública; Educação fiscal; Ambiente de negócios; e Transparência. Além disso, diante dos resultados da pesquisa, certificou-se que a atuação do Observatório Social de Santo Antônio de Jesus alcança os quatro eixos de atuação da rede OSB, no entanto, ele não consegue de-

envolver todos os subprogramas propostos pela rede de observatórios devido ao pequeno número de voluntários.

Além disso, verificou-se que a atuação do observatório proporciona benefícios para o controle social no município. No entanto, mesmo com o desenvolvimento de ações que visam incentivar o cidadão, o número de voluntários do OS-SAJ é pequeno, o que acaba limitando a realização das ações de controle social. Assim, para que o observatório proporcione ainda mais benefícios para o município, é primordial que a população tenha interesse, afinal, o principal interessado pelo controle social deve ser o próprio cidadão, pois os recursos públicos devem ser aplicados de forma eficiente e eficaz, para proporcionar benefícios para a sociedade.

De modo expressivo, observou-se que os objetivos propostos na pesquisa foram alcançados, demonstram o controle social, exercido pelo OS-SAJ. Destaca-se também a importância da contabilidade pública como uma ciência social que detém um importante papel na evidência das informações sobre os gastos públicos, reconhecendo os benefícios do controle social para o aperfeiçoamento da gestão pública municipal.

Durante a realização da pesquisa houve a limitação quanto à coleta de dados, tendo em vista que não houve tempo hábil para aplicação de instrumentos de coleta de dados. Sendo assim, ela limitou-se à análise dos dados do OS-SAJ apresentados nas fontes eletrônicas e documentais. Como recomendações para trabalhos futuros, sugere-se a realização de uma pesquisa com ênfase nos aspectos quantitativos, que evidencie a economia de recursos públicos, no Município de Santo Antônio de Jesus, gerada a partir da realização do controle social.

7. Referências

ANDRADE, Nilton de Aquino. Contabilidade das instituições públicas. In: _____. *Contabilidade Pública na Gestão Municipal*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 6022* – informação e documentação – artigo em publicação periódica científica impressa – apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.

_____. *NBR 6023* – informação e documentação – referências – apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

_____. *NBR 6024* – informação e documentação – numeração progressiva das seções de um documento – apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2012.

_____. *NBR 6028* – informação e documentação – resumo – apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.

_____. *NBR 10520* – informação e documentação – citação - apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

BRASIL. *Constituição Federal de 1988*.

_____. *Portal acesso à informação*. Disponível em: <<http://www.acesoainformacao.gov.br/perguntas-frequentes/aspectos-gerais-da-lei#9>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

_____. *Lei Complementar nº 101*, de 04 de maio de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 04 mar. 2018.

_____. *Lei nº 12.527*, de 18 de novembro de 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 25 mar. 2018.

_____. *NBC TSP Estrutura Conceitual*. Disponível em: <<http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSPEC.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2018.

FIGUEIREDO, Vanuza da Silva. SANTOS, Waldir Jorge Ladeira dos. *Transparência e controle social na administração pública*. Disponível em: <<http://www.fclar.unesp.br/Home/Departamentos/AdministracaoPublica/RevistaTemasdeAdministracaoPublica/vanuza-da-silva-figueiredo.pdf>>. Acesso em: 04 mar. 2018.

FREITAS, Ernani César de. PRODANOV, Cleber Cristiano. Pesquisa científica. In: _____. *Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico*. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. (41 - 118) Disponível em: <<http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>> Acesso em: 02 set. 2017.

KOHAMA, Heilio. Despesa Pública. In: _____. *Contabilidade pública teoria e prática*. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2014. (p. 98 - 138).

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Et al. Noções Preliminares. In: _____. *Contabilidade Introdutória*. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010. (p. 1 - 15).

LIMA, Edilberto Carlos Pontes. Controle dos gastos públicos. In: _____. *Curso de finanças públicas: uma abordagem contemporânea*. São Paulo: Atlas, 2015. (p. 263 – 287).

OBSERVATÓRIO SOCIAL DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS. *Estatuto social*. Disponível em: <<http://santoantoniojesus.osbrasil.org.br/wp-content/uploads/sites/84/2017/10/Estatuto-OS-SAJ-1.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2018.

_____. *Nossa história*. Disponível em: <<http://santoantoniojesus.osbrasil.org.br/wp-content/uploads/sites/84/2017/10/Apresenta%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2018.

_____. *Painel de monitoramento da folha de pessoal dos municípios da Bahia*. Disponível em: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMjRmNmE4N2QtN2EzNy00MGU2LTgwYjYtN2MxY2Q4NjRiOTRjIiwidCI6IjA4NTRiODRmLWY2YjgtNGMyNS05MTU5LWVjMDEzYjE5MDEyYjY9>>. Acesso em: 29 abr. 2018.

_____. *Perguntas e respostas sobre licitações*. Disponível em: <<http://santoantoniodejesus.osbrasil.org.br/wp-content/uploads/sites/84/2017/10/Perguntas-e-Respostas-sobre-Licita%C3%A7%C3%B5es.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2018.

_____. *Prestação de Contas 2º quadrimestre de 2016*. Disponível em: <<http://santoantoniodejesus.osbrasil.org.br/wp-content/uploads/sites/84/2017/10/presta%C3%A7%C3%A3odecontas.2quadrimestre2016.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2018.

_____. *Prestação de Contas 3º quadrimestre de 2016*. Disponível em: <<http://santoantoniodejesus.osbrasil.org.br/wp-content/uploads/sites/84/2017/10/presta%C3%A7%C3%A3odecontas.3quadrimestre2016.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2018.

_____. *Prestação de Contas 1º quadrimestre de 2017*. Disponível em: <<http://santoantoniodejesus.osbrasil.org.br/wp-content/uploads/sites/84/2017/10/Presta%C3%A7%C3%A3o-de-Contas-1quadrimestre-2017.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

_____. *Prestação de Contas 2º quadrimestre de 2017*. Disponível em: <<http://santoantoniodejesus.osbrasil.org.br/wp-content/uploads/sites/84/2017/10/Presta%C3%A7%C3%A3o-de-Contas-2-quadrimestre-2017.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

_____. *Projeto “De olho na Câmara”*. Disponível em: <http://santoantoniodejesus.osbrasil.org.br/wp-content/uploads/sites/84/2017/10/de_olho_na_camara.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2018.

_____. *Projeto “De olho na Câmara”*. Disponível em: <<http://santoantoniodejesus.osbrasil.org.br/wp-content/uploads/sites/84/2018/03/De-Olho-na-C%C3%A2mara-02.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

_____. *Programas e Subprogramas do Observatório Social*. Disponível em: <<http://santoantoniodejesus.osbrasil.org.br/wp-content/uploads/sites/84/2017/10/OS-5-PROGRAMAS-do-Observatorio.jpg>>. Acesso em: 03 mar. 2018.

OBSERVATÓRIO SOCIAL DO BRASIL. *O que é um observatório social*. Disponível em: <<http://osbrasil.org.br/o-que-e-um-observatorio-social-os/>>. Acesso em: 28 fev. 2018.

_____. *Observatórios pelo Brasil*. Disponível em: <<http://osbrasil.org.br/observatorios-pelo-brasil/>>. Acesso em: 12 out. 2017.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio. TIMBÓ, Maria Zulene Farias. Controle Interno. In: _____. *Contabilidade Pública: Uma Abordagem da Administração Financeira Pública*. 13. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Atlas, 2014. (p. 353 – 361).

SAKAI, Juliana. *Transparência Brasil*. Disponível em: <http://osbrasil.org.br/wp-content/uploads/2015/09/ObservatorioSocial_ago2015.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2018.

TESOURO NACIONAL. *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público*. 7 ed. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/456785/MCASP+7%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o+Vers%C3%A3o+Final.pdf/6e874ad8-44d7-490c-8967-b0acd3923f6d>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

Certificado



Características das certificações profissionais (obrigatórias e voluntárias) das áreas Contábil e de Finanças

O artigo apresenta as características das principais certificações obrigatórias e não obrigatórias com maior relevância internacional para profissionais das áreas Contábil e de Finanças. Os órgãos certificadores possuem, no mínimo, dez anos de existência e mais de 50 mil membros. Além disso, são líderes em seus campos de atuação. Destaca-se que a obrigatoriedade, tanto no Brasil como nos Estados Unidos surgiu devido à importância da Contabilidade, em que órgãos reguladores optaram pela habilitação mediante certificações obrigatórias, enfrentando um aumento expressivo na demanda imediatamente após casos de irregularidades nas empresas. As certificações não obrigatórias, criadas normalmente por associações ou organizações de profissionais de mercado, vêm aumentando em termos de quantidade. Dentre os requisitos para obtenção das certificações, destaca-se a necessidade de diploma de graduação ou experiência profissional mínima equivalente. Os benefícios apontados recaem no aumento em compensações salariais ao longo da carreira, com diferença expressiva quando comparados aos pares sem certificação.

José Alonso Borba

É professor do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina.
E-mail: j.alonso@ufsc.br

José Guilherme Soares

É bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Santa Catarina.
E-mail: j.guilherme.soares@hotmail.com

Denize Demarche Minatti Ferreira

É professora do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina.
E-mail: denize.minatti@ufsc.br

Lucas Martins Dias Maragno

Doutorando em Contabilidade pela Universidade Federal de Santa Catarina.
E-mail: lucas.maragno@ufsc.br

Resubmetido pelo autor em 7/1/2019. Aprovado em 21/1/2019, na terceira rodada, por dois membros do Conselho Editorial. Publicado na edição março-abril de 2019. Organização responsável pelo periódico: Conselho Federal de Contabilidade.

1. Introdução

As certificações profissionais são distinguidas em obrigatórias e não obrigatórias (voluntárias). Droval et al. (2009) afirmam que as obrigatórias são impostas por dispositivos legais ou normativos, provenientes de autoridades regularmente constituídas e com incumbência de normatizar e fiscalizar o exercício das atividades e profissões. Já as certificações voluntárias são aquelas obtidas espontaneamente e conferem ao profissional uma espécie de atestado público, reconhecendo suas competências e habilidades.

O contexto histórico das certificações profissionais nas áreas de Contabilidade e Finanças no Brasil é recente, com intensificação desta discussão ao final da década 1990. Em contrapartida, nos Estados Unidos, a obrigatoriedade de uma certificação remete a períodos anteriores à década de 1970, com a criação de certificações não obrigatórias após esse período.

Mano (2011) aponta crescimento de certificações ao longo do tempo nos Estados Unidos. O *Certified Public Accountant* (CPA), obrigatório para contadores públicos nos Estados Unidos, era a única certificação para o contador até 1972, quando foi lançado o programa de *Certified Management Accountant* (CMA), não obrigatório, mas com ênfase em habilidades gerenciais.

Em 1985, o programa para *Certified Internal Auditor* (CIA) foi criado sem obrigatoriedade, voltado para auditores contratados internamente nas organizações, com foco em controles internos. Em 1988, foi a vez do programa para *Certified Fraud Examiner* (CFE), assegurando competências necessárias aos profissionais na identificação de fraudes, também sem obrigatoriedade. Half (2016) aponta que diretores de grandes companhias estão encontrando dificuldades para contratar e reter profissionais especializados em Contabilidade, descritos como os que possuem habilidade em Finanças e conhecimentos específicos de ferramentas e técnicas contábeis.

Tatikonda (2004) afirma que as empresas entendem que o conhecimento adquirido por meio de certificações não obrigatórias como CMA e CIA possuem valor para as organizações, exemplificando a variedade de setores empregando profissionais certificados, incluindo indústrias, hospitais e Terceiro Setor, com salários compatíveis ou melhores em relação a certificações obrigatórias. O autor aponta que a evolução das certificações nos Estados Unidos é relacionada com o crescimento dos negócios, que fomentou a demanda por uma forma de medir qualificações profissionais. A evolução das certificações CMA e CIA também foi necessária devido à demanda da indústria e à evolução tecnológica. Esses exames mudaram com o intuito de testar a capacidade de profissionais das áreas de Finanças e Auditoria, que, atualmente, abordam Contabilidade Avançada, de Custos, Impostos, Auditoria Interna e Sistemas de Informação Contábil.

No âmbito profissional contábil brasileiro, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) é a autarquia responsável por orientar, normatizar e fiscalizar o exercício da profissão. Bugarim (2014) apon-

ta que, a partir de 2004, o Exame de Suficiência deixou de ser obrigatório, suspenso por força de liminar judicial. A obrigatoriedade do exame foi instituída novamente em 2010, por meio da Lei n.º 12.249/2010, após um processo de discussão entre os 27 Conselhos Regionais de Contabilidade (CRC), juntamente do CFC.

Considerando que, por um lado, existe a exigência legal por força da profissão e, por outro, as características profissionais desejadas ou exigidas pelo mercado de trabalho, este artigo tem por objetivo identificar os aspectos, objetivos, aplicabilidades e benefícios das certificações profissionais obrigatórias e facultativas relevantes para o profissional da contabilidade e de finanças. Diante do exposto, a questão de pesquisa que norteia este trabalho é: **Quais são as características referentes aos pré-requisitos, conteúdo programático e objetivos das principais certificações para profissionais da contabilidade e de finanças?**

Kounrouzan (2012) afirma que o contador é conhecido como “centro” de empresas de auditoria e *outsourcing* contábil. O cargo é o mais demandado pelos recrutadores de recursos humanos. Um estudo realizado pelo *ManPowerGroup*, apontou que os profissionais da contabilidade estão entre as 10 profissões em que faltam mais profissionais qualificados, ou seja, existe uma demanda não atendida pelos profissionais que se formam, podendo ser atendida por meio do exame de certificação obrigatória com comprovada qualidade.

2. Referencial Bibliográfico

2.1 Certificações Profissionais

Segundo Rupp e Leighton (2016), certificações profissionais têm conhecimentos específicos de cargos iniciais da indústria em geral, com objetivo de comprovar, com altos



“A influência das certificações proveem oportunidades para o estudante demonstrar competências em áreas específicas, além de oportunidades adicionais de trabalho, educação e *networking*.”

padrões, que o profissional possui competência e domínio das atividades. Genericamente, são títulos obtidos em processo voluntário, que buscam credencial específica. Pode variar desde a exigência de competência mínima até especializações que demonstram proficiência e aptidão para atuarem em altos cargos, por intermédio de testes que incluem teorias e princípios dos respectivos assuntos exigidos, ética e padrões profissionais, além de aplicações do conteúdo em cenários comuns.

Coe e Delaney (2008) afirmam que a certificação auxilia o indivíduo a se destacar no mercado e sinaliza habilidades exigidas que agregam valor em cargo específico. Levando em consideração que certificações, em sua maioria, necessitam de diploma de graduação em Contabilidade, ou área relacionada, isto leva educadores a considerarem os conteúdos destas certificações quando estruturam e planejam suas aulas. A formação dos educadores nas faculdades também é indicada como fator influenciador na propagação e incentivo para certificações, com 97% dos educadores apresentando certificação ativa do CPA, seguidos por 64% apresentando CMA e, 29% com a certificação CIA.

A influência das certificações proveem oportunidades para o estu-

dante demonstrar competências em áreas específicas, além de oportunidades adicionais de trabalho, educação e *networking*. A quantidade de certificações disponíveis, por sua vez, também é dificuldade para os educadores, tendo em vista a complexidade em incorporar aos currículos o conteúdo de certificações tão diversas. Esse expressivo número de certificações, contudo, possibilita aos educadores fornecerem oportunidades aos estudantes, em relação à conexão com a prática de mercado, por meio de contatos com as associações profissionais relacionadas a estas certificações (COE; DELANEY, 2008).

Brody, Li e Zhou (2016) afirmam que a certificação CPA é a mais reconhecida, seguidas por CIA, CFE e CMA. Para divulgar outros programas de certificação com maior eficácia, será necessário que as organizações responsáveis pela aplicação dessas certificações construam uma mensagem focada nos benefícios mais perceptíveis aos estudantes ao adquirir certificações, como uma vantagem salarial, por exemplo.

Boyd, Boyd e Berry (2009) advertem que o número de certificações disponíveis parece inacabável, ao passo que novas certificações são criadas regularmente, cobrindo aspectos de Contabilidade, Finanças, Tecnologia da Informação

e outras áreas. A demanda por contadores que são capazes de atuar internacionalmente aumentou nos últimos anos, com empresas necessitando profissionais que possam validar sua capacidade de representar a empresa e executar boas práticas, indicando que a obtenção de um diploma de graduação pode não ser o suficiente, sendo a obtenção de uma certificação uma forma de atestar proficiência.

2.1.1 Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade Brasileiro

No Brasil, um dos marcos para o avanço da profissão foi a criação do CFC pela promulgação do Decreto-Lei n.º 9295 em 27 de maio de 1946. O CFC atua de diferentes formas para a concepção de um profissional de qualidade, implementando programas de fiscalização preventiva, de educação continuada e exames de certificação, entre os quais o Exame de Suficiência, é pré-requisito para registro profissional (CFC, 2017).

O Exame de Suficiência como ferramenta de avaliação começou em 1999, instituído por meio da Resolução CFC n.º 853 como garantia à sociedade brasileira de profissionais com conhecimentos imperativos no exercício da profissão. Buga-



rim (2014) explicita que o Exame de Suficiência foi instituído para que todos os formandos no curso de bacharelado em Ciências Contábeis e no curso de técnico em contabilidade necessitassem submeter-se para comprovar nível médio de conhecimento para exercício da profissão.

Briotti (2014) afirma que o Exame de Suficiência, a princípio, foi combatido e criticado, deixando de ser obrigatório a partir de 2004 e logo após suspenso por liminar judicial devido à falta de lei, amparado apenas pela Resolução do CFC. Porém, segundo o próprio CFC, houve equívoco por parte do Ministério do Trabalho e Emprego, no processo de avaliação do projeto de lei que instituiu a prova, o que resultou no veto integral do Presidente da República à implantação, amparada por lei, do Exame de Suficiência. A volta do Exame de Suficiência se deu pela Lei n.º 12.249 em 2010.

2.1.2 Certified Public Accountant (CPA)

De acordo com Lombard (2016), nos Estados Unidos, uma das licenças obrigatórias mais valorizadas é o CPA, que habilita o profissional a emitir opiniões qualificadas, auditar e atestar a exatidão de demonstrações contábeis de companhias públicas. Dessa forma, o propósito da certificação é assegurar que padrões da profissão, independentemente do setor em que está sendo aplicado, estão sendo executados. Com o avanço da Lei Sarbanes-Oxley, de 2002, que implementou maior regulação e exatidão das demonstrações financeiras, a demanda por profissionais com essa certificação aumentou.

Segundo o *Salary Guide* (2017), obter essa certificação permite avanço na carreira, além de maior estabilidade no emprego. Os benefícios para os que possuem CPA incluem, salário de 10% a 15% maior em relação aos pares sem certificação, que se traduz em cargos mais relevantes, além de uma variedade de escolha

de funções exercidas na carreira.

Lombard (2016) afirma que cada jurisdição dos Estados Unidos possui autonomia para definir critérios quanto à educação, sendo uma exigência comum o diploma de bacharelado em Ciências Contábeis e mais 150 horas de créditos. De forma semelhante à educação, o quesito de experiência prévia comprovada também varia para cada estado, sendo comum o requisito de ao menos um ano de trabalho e atestado na área de Contabilidade.

O exame de certificação é feito de forma eletrônica, sendo um teste uniforme contendo quatro sessões principais: Auditoria, Ambiente e Conceito de Negócios, Contabilidade Financeira, e Demonstrações e Regulação. Cada sessão é feita separadamente, devendo obter uma taxa de acerto de 75% individualmente em cada uma destas.

2.1.3 Certified Management Accountant (CMA)

O *Institute of Management Accountants* (IMA), responsável pela criação do CMA, possui cerca de 90 mil membros, em 140 países, e indica que profissionais certificados ganham em média um salário 25% superior em relação aqueles que não possuem certificação.¹

Smith (2017) afirma que a certificação CMA habilita os profissionais para adicionar valor agregado às organizações, seja mediante a estruturação e implantação de melhorias em processos operacionais, construindo melhores plataformas de comunicação ou ajudando a alta gerência a definir objetivos estratégicos. As competências desenvolvidas, como planejamento financeiro e análise de demonstrações contábeis, componentes fundamentais de conhecimentos adquiridos para pro-

fissionais certificados com CMA, são ótimos pontos de partida para aqueles que desejam trabalhar em áreas estratégicas.

Weaver e Whitney (2015) apontam a expansão do CMA nos últimos anos, inclusive para fora dos Estados Unidos, que representam cerca de 27% do total de profissionais com certificação ativa. Com uma evolução do número absoluto de candidatos aprovados anualmente de aproximadamente 25% desde 2009, são vários os fatores discutidos que fazem desta certificação um sucesso. A expansão geográfica, analisando de uma perspectiva individual, contribui em uma maior facilidade para realocação ou asseguração de determinados cargos em outros países, tendo em vista que a certificação atesta que o indivíduo adquiriu habilidades, sendo capaz de falar a “língua dos negócios”, independentemente da língua oficial do país.

2.1.4 Certified Internal Auditor (CIA)

O *Institute of Internal Auditors* (IIA), estabelecido em 1941, sofreu expansão para mais de 170 países, tendo atualmente 180 mil membros. O programa de certificação para CIA, criado em 1973 certificou, até 2014, aproximadamente, 129 mil profissionais. Nota-se que os profissionais certificados ganham 43% a mais que os pares da área sem certificação.²

Roth (2003) observa que os profissionais de auditoria interna que mais agregam valor às empresas são os com experiência profissional média de 10 anos, incluindo liderança em seus respectivos departamentos, sendo estes com 75% ou mais de profissionais certificados. Ainda, possuem

¹ Informação disponível no relatório de 2017 do IMA em <<https://www.imanet.org/about-ima/governance/ima-annual-reports/2017-year-in-review?ssopc=1>>.

² Informação disponível em <<http://www.iiabrasil.org.br>>.

“A associação responsável pela certificação CIA indica que, entre os principais benefícios na obtenção dela, destacam-se o aumento da credibilidade do profissional na área, potencial de aumento de remuneração em até 40%, e a comprovação e demonstração de elevadas competências em auditoria, demonstrando comprometimento com a profissão.”

habilidades em análise de dados, uso de programas de auditoria para resolver problemas em relação aos negócios da empresas em situações que nenhum outro profissional possui a combinação de conhecimentos necessária para realizar tal diagnóstico.

A associação responsável pela certificação CIA indica que, entre os principais benefícios na obtenção dela, destacam-se o aumento da credibilidade do profissional na área, potencial de aumento de remuneração em até 40%, e a comprovação e demonstração de elevadas competências em auditoria, demonstrando comprometimento com a profissão.

2.1.5 *Certified Fraud Examiner (CFE)*

A *Association of Certified Fraud Examiners (ACFE)*, fundada em 1988 com missão de reduzir fraudes e evitar crimes de colarinho branco, emitiu em seu relatório anual de 2017/2018 que possui 85 mil membros associados, em mais de 150 países. A associação é responsável pelo CFE, reconhecida como certificação de alto padrão na área de fraudes, cujos profissionais possuem salário superior em média 31% em relação aos profissionais não certificados.³

3 Informação disponível em <<https://www.acfe.com/compguide-2017.aspx>> e em <<https://www.acfe.com/who-we-are.aspx>>.

Ramaswamy (2007) afirma que, devido à disseminação de fraudes no ambiente de negócios, e tendo em vista a necessidade de habilidades para descobrir objetos alvo de fraude, existe importância no treinamento de contadores na área de perícia, que devem ser incentivados pelas universidades. A ACFE encoraja universidades a oferecerem cursos estruturados em seu conteúdo programático, vídeos e materiais de apoio. Existem diferentes maneiras de prover estes cursos, com focos em fraudes de identidade, de vendedores e consumidores, em relatórios financeiros, além dos processos para se conseguir evidências.

Boyd, Boyd e Berry (2009) afirmam que o profissional com a certificação CFE torna-se especialista na detecção e prevenção de fraudes. Entre suas responsabilidades, inclui-se a resolução de casos envolvendo fraudes, obtenção de evidências e testemunhos, documentados por intermédio de relatórios, testemunho em cortes oficiais. A certificação permite uma escolha de variadas carreiras: impostos, planejamento financeiro, suporte em litígios, cargos públicos, indústrias, práticas médicas, avaliação de negócios e perícia e fraude.

Smith (2012) afirma que exame de fraude é o processo de identifi-

cação e determinação da ocorrência que inclui a coleta e análise de evidências, entrevistas com pessoas da organização, relatório de observações e atestado de conclusões. Quanto à necessidade do exame de fraude, pode existir por dois motivos: (i) requerimentos legais, normalmente exigidos por determinadas agências reguladoras, a fim de assegurar as informações financeiras apresentadas pela empresa e (ii) responsabilidade solidária, por meio de ação preventiva, com o intuito de evitar condenações criminais e civis, multas e danos à reputação da empresa, detectando previamente condutas impróprias de empregados ou diretores da companhia.

2.1.6 *Chartered Financial Analyst (CFA)*

O CFA é uma certificação administrada pelo CFA *Institute*, fundado em 1947, que possui 150 mil membros em mais de 150 países, cujo objetivo é indicar que o profissional possui conhecimentos e competências em relação à análise e mercado financeiro, adicionando prestígio e aumento de sua empregabilidade e remuneração.⁴

4 Informação disponível no relatório de 2017 em <https://www.cfainstitute.org/-/media/documents/corporate-record/annual_report_2017.ashx>.

Taylor (2016) aponta três razões para a obtenção desta certificação, incluindo a indicação para potenciais investidores que o profissional possui; os requerimentos mínimos necessários em relação ao conhecimento; e a competência da área, fato que acrescenta um prestígio e possibilidade de aumentar o seu nível de empregabilidade, e conseqüentemente, sua remuneração. A criação da certificação deu-se em razão da necessidade da profissionalização de analistas financeiros. Portanto, seu conteúdo foi adaptado para aplicação de um corpo técnico de conhecimentos, com capacidade de teste, formalizando um código de ética capaz de identificar especialistas com visões para realizar serviços ao público-alvo.

Taylor (2016) também indica que a certificação é benéfica ao mercado, tendo em vista o reconhecimento desses profissionais, aliado a uma forte base educacional, treinamentos profissionais e comprometimento com as práticas da profissão, acaba por impulsionar o mercado a manter integridade e competência, visto que os indivíduos envolvidos na formação deste mercado já demonstraram tais competências.

3. Metodologia

A presente pesquisa é caracterizada como descritiva, sendo seu objetivo definido por Gil (2008) como descrever as características de determinadas populações ou fenômenos, mediante técnicas padronizadas de coletas de dados e observação sistemática. Quanto aos procedimentos técnicos, classifica-se como pesquisa bibliográfica, que segundo Gil (2008), é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

Para o desenvolvimento do presente estudo, foram realizadas buscas na base de dados do Portal do

Centro de Apoio Profissionalizante Educacional e Social (Capes) e no Google Acadêmico em uma busca por artigos relacionados ao tema.

Os descritores utilizados no processo de busca foram: *Accounting Certifications*, CPA, CMA, CIA, CFE, CFA e Exame de Suficiência. Artigos considerados como relevantes para efetiva utilização na pesquisa deveriam apresentar adesão em: (i) contextualizar historicamente certificações; (ii) apresentar especificações referente aos exames de certificações contábeis; (iii) analisar benefícios em certificações profissionais. Os documentos e sítios eletrônicos fundamentam e servem de base de dados para a conceituação das discussões e análises, sendo selecionadas as certificações apresentadas no Quadro 1.

A trajetória metodológica iniciou-se pela busca das certificações de média de 50 mil membros as-

sociados a organização do exame, existentes pelo menos por 10 anos, consideradas líderes no campo de Contabilidade. O período de coleta de informações ocorreu entre 1/4/2017 e 1/6/2017.

O fluxograma apresenta as etapas do processo de coleta e análise das informações (Figura 1).

A população da pesquisa limita-se a seis certificações: Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade, *Certified Public Accountant* (CPA), *Certified Management Accountant* (CMA), *Certified Internal Auditor* (CIA), *Certified Fraud Examiner* (CFE) e *Chartered Financial Analyst* (CFA).

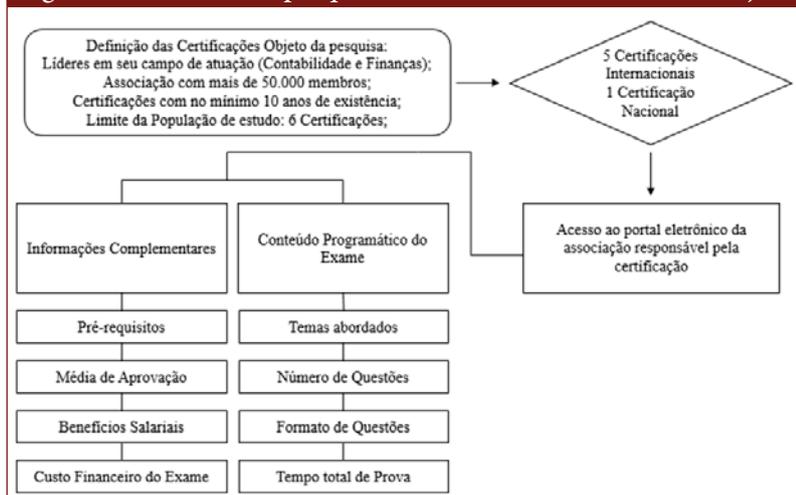
Para a análise de dados, optou-se pela análise de conteúdo, que, segundo Bardin (2011), é o conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens.

Quadro 1 – Certificações objetos de estudo da pesquisa

Certificação Portal Eletrônico Exame de Suficiência (CFC)	http://cfc.org.br
Certified Public Accountant (CPA)	http://www.aicpa.org
Certified Management Accountant (CMA)	https://www.imanet.org
Certified Internal Auditor (CIA)	http://www.iiabrazil.org.br
Certified Fraud Examiner (CFE)	http://www.acfe.com/
Chartered Financial Analyst (CFA)	https://www.cfainstitute.org

Fonte: autores (2018)

Figura 1 – Processo de pesquisa das características das certificações



Fonte: autores (2018)

“O CFC, no uso de suas atribuições legais, por intermédio do Edital de Exame de Suficiência n.º 1/2017 define as particularidades do exame. Com duração máxima de 4 horas, o exame é constituído de 50 questões objetivas (múltipla escolha), compostas por 4 opções, valendo 1 ponto cada uma.”

4. Resultados

4.1 Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade

Essa certificação é obrigatória para profissionais que visam à obtenção de registro na categoria de contador no Brasil.

Os principais aspectos do conteúdo programático e formato do exame, além de informações complementares quanto aos benefícios observados na obtenção da certificação, estão apresentados no Quadro 2.

O CFC, no uso de suas atribuições legais, por intermédio do Edital de Exame de Suficiência n.º 1/2017 define as particularidades do exame. Com duração máxima de 4 horas, o exame é constituído de 50 questões objetivas (múltipla escolha), compostas por 4 opções, valendo 1 ponto cada uma. A taxa de inscrição é de R\$110,00. Para obter a certificação, o candidato deve acertar no mínimo 50% da prova, ou seja, 25 questões, sendo o conteúdo constituído por grandes áreas da Contabilidade, além de noções de Direito e Legislação Aplicada, Matemática Financeira, Estatística e Ética Profissional.

4.2 Certified Public Accountant (CPA)

A obtenção da certificação destina-se aos profissionais que desejam

ser consultores reconhecidos e com credibilidade que auxiliem pessoas, empresas e outras organizações a planejar e alcançar objetivos financeiros adequados. A certificação é administrada e padronizada pelo Instituto Americano dos Contadores Públicos Certificados (AICPA).

Krippel, Moody e Mitchel (2016) identificaram o valor para obter o CPA, considerando custos de tempo e dinheiro para adquirir e manter essa certificação, frente à remuneração total obtida ao longo da carreira. Um profissional que obtém a certificação aos 22 anos de idade, trabalhando, posteriormente, em empresas pequenas (volume de vendas abaixo de US\$50 milhões), ganhará US\$220.242 a mais em relação a profissionais sem a certificação, se ambos trabalharem

até os 65 anos. Em termos de custos, um profissional de 22 anos de idade gastará aproximadamente US\$14.751 para preparação adequada ao exame, incluindo ainda um custo de manutenção desta certificação ao longo da vida de US\$76.042.

O estudo afirma que cada hora de estudo e preparação para o exame, que chegam a somar 400 horas, e retornam um adicional de US\$324 ao longo da carreira. Ainda que a motivação de um profissional não seja, exclusivamente, uma maior remuneração, o tempo despendido para obter a certificação também aumenta a qualidade de vida, tendo em vista que um profissional sem a certificação precisará trabalhar 2,7 anos adicionais para igualar os rendimentos ao longo da carreira, ou

Quadro 2 – Exame de suficiência (CFC)

Objetivo	Atendimento de um nível mínimo de conhecimento necessário ao desempenho e habilitação das atribuições deferidas ao contabilista
Pré-requisitos	Graduação em Contabilidade
Detalhes do exame	Tópicos abordados de Contabilidade, Direito, Matemática, Estatística e Ética
	Obter nota mínima de 50%
	4 Horas de tempo total de prova
	Exclusivamente questões de múltipla-escolha
	Média de aprovação de 35,87% ¹
	Custo total de inscrição de R\$110
Benefícios	Apenas os profissionais certificados podem se registrar como um profissional contábil, e consequentemente, obter a permissão para exercer a função de contador

Nota: ¹média de aprovação de 2011 a 2017.

Fonte: autores (2018)

seja, cada hora de preparação e estudo para o exame reduz em 13,5 horas o tempo necessário para ganhar estes rendimentos.

Os principais aspectos do conteúdo programático e formato do exame, além de informações complementares quanto aos benefícios observadas na obtenção da certificação, estão apresentados no Quadro 3.

O custo total do exame varia normalmente - um valor próximo de US\$1.180, sendo o formato da certificação adaptado para a realização do exame no computador, com nota de aprovação de 75, em uma escala de 0 a 99, como o conteúdo constituído de 4 principais áreas: Auditoria e Declarações (80 questões), referentes aos procedimentos de auditoria de entidades em geral; avaliação e procedimentos formais na realização e emissão de parecer de auditoria; ambiente de negócios e seus conceitos (69 questões), abordando as responsabilidades perante a legislação do profissional certificado, incluindo a aferição de impostos e relatórios financeiros, Contabilidade Financeira (74 questões), analisando os procedimentos do *Financial Accounting Standards Board (Fasb)* e demais instituições reguladoras; e Regulamentação (84 questões), abordando os procedimentos na aferição de impostos federais, ética e responsabilidade do profissional contábil, e legislação aplicada as empresas.

4.3 Certified Management Accountant (CMA)

A associação responsável por essa certificação é o ICMA, sendo exclusivamente criada para avaliar, desenvolver e administrar o exame. Entre os requisitos, destacam-se a exigência de diploma de graduação em qualquer curso superior de universidades reconhecidas pela instituição, ou certificação de proficiência em áreas relacionadas à Administração ou à Contabilidade, sendo mais comumente aceito certificações como o CPA ou

equivalentes. Há, também, a exigência de experiência profissional relacionada à Contabilidade Gerencial ou Administração Financeira de, no mínimo, 2 anos ininterruptos, em que abordam tarefas, como Preparação de Análise Financeira, Auditoria (interna e externa), Orçamento e Preparação de Demonstrações Contábeis, Projeções de Fluxo de Caixa, Avaliação de Risco e Análise de Custos.

A certificação possui dois tipos de custos de inscrição: o primeiro referente à associação de US\$188 para estudantes; e, a taxa do exame, de US\$311 para cada módulo.

Os principais aspectos do conteúdo programático e formato do exame, além de informações com-

plementares quanto aos benefícios observadas na obtenção da certificação, estão descritos no Quadro 4.

O exame divide-se em duas partes, avaliando conhecimentos de planejamento, controles, relatórios financeiros e planejamento em seu primeiro módulo; e análise de decisões financeiras em seu segundo módulo, ambos contendo de 8 a 10 perguntas discursivas de simulação de casos e 100 de múltipla escolha, com nota mínima de aprovação de 360 em uma escala de 0 a 500.

4.4 Certified Internal Auditor (CIA)

O CIA é exclusivamente para a profissão de auditor interno, sendo a única globalmente acei-

Quadro 3 – Certified Public Accountant (CPA)

Objetivo	Prover habilitação para contadores públicos protegerem o interesse público
Pré-requisitos	Definidos por cada estado ou jurisdição Graduação em Contabilidade Experiência prévia profissional de no mínimo um ano na maioria das jurisdições No mínimo 150 horas de educação extracurricular
Detalhes do exame	Tópicos abordados de Auditoria, Negócios, Contabilidade Financeira e Legislação Obter nota mínima de 75 ¹ em todos os quatro tópicos 4 horas de tempo total de prova Até 3 formatos de questões – Múltipla escolha, comunicação escrita e simulação de tarefas práticas Média de aprovação de 45,78% Custo total de inscrição entre US\$30 e US\$200 Custo de cada módulo (exames) US\$200 ² Custo de registro dos módulos (total) US\$180 ² Custo total de US\$1.180 ²
Benefícios	Salário em média de 10 a 15% superior aos profissionais sem certificação Apenas os profissionais certificados podem realizar auditorias obrigatórias em companhias públicas listadas em bolsas de valores dos Estados Unidos

Nota: ¹ Esta não é uma pontuação por cento e não pode ser interpretada como uma porcentagem.

² Valor aproximado, pode variar dependendo do estado.

Fonte: autores (2018)

Quadro 4 – Certified Management Accountant (CMA)

Objetivo	Habilitar profissionais para manifestar competências de gerenciamento financeiro e contabilidade demandado por organizações dinâmicas.
Pré-requisitos	Diploma de graduação Experiência prévia profissional de no mínimo dois anos em contabilidade gerencial ou financeira
Detalhes do exame	Tópicos abordados de Análise Financeira, Tomada de decisão, Planejamento e Controles Internos Obter nota mínima de 50% em questões de múltipla-escolha 9 Horas de tempo total de prova 2 formatos de questões Média de aprovação de 50% Custo total de inscrição de US\$810,00
Benefícios	De acordo com os dados publicados no portal da IMA, salário em média 28% superior aos profissionais sem certificação Profissionais certificados ocupam cargos de liderança em empresas, como vice-presidência e presidência de finanças, tesoureiros, <i>controller</i> , auditores internos e analista de orçamento

Fonte: autores (2018)

ta como comprovação de proficiência, cujos tópicos abordados incluem controles e riscos internos, ferramentas e técnicas para conduzir uma auditoria, riscos de fraudes, governança, estrutura organizacional de empresas, processos de negócios e finanças.

Entre as exigências para estar apto a realizar o exame, destaca-se o diploma de graduação sem restrição de curso, somado a uma experiência prévia de trabalho comprovada por no mínimo dois anos em auditoria interna, prevenção de fraudes, controles internos ou áreas equivalentes. Caso o candidato não possua diploma de graduação, é necessária uma experiência prévia de, no mínimo, sete anos de experiência de trabalho nas áreas citadas.

Os principais aspectos do conteúdo programático e formato do exame, além de informações complementares quanto aos benefícios observadas na obtenção da certificação estão apresentados no Quadro 5.

A prova divide-se em 3 módulos, exclusivamente em formato de ao menos 100 questões de múltipla escolha, cuja nota do candidato deverá ser de, no mínimo, 600 pontos, em uma escala que varia de 250 a 750 pontos. O custo total do exame para estudantes é de US\$ 550, incluindo o pagamento da inscrição e taxa de cada módulo separadamente.

4.5 Certified Fraud Examiner (CFE)

Entre as exigências mínimas para estar apto a realizar esse exame de certificação, destacam-se o diploma de graduação sem especificação de curso, aliado a uma experiência comprovada em fraudes ou áreas equivalentes de no mínimo dois anos, ou oito anos de experiência de trabalho comprovada nesta área, em caso de o candidato não possuir graduação. O exame possui uma taxa de inscrição de US\$300,00.

Os principais aspectos do conteúdo programático e formato do exame, além de informações complementares quanto aos benefícios observadas na obtenção da certificação estão descritos no Quadro 6.

O exame contém 4 módulos, cada um com 125 questões de múltipla escolha e afirmações de verdadeiro/falso, com um tempo máximo por módulo de 2,6 horas, contemplando um total de 500 questões. O exame aborda temas como Prevenção de Fraudes, transações financeiras complexas e auditoria, investigação e direito (legislação criminal e civil), sendo necessário um acerto mínimo de 75% das questões em cada módulo.

4.6 Chartered Financial Analyst (CFA)

Destinada para gestores de investimentos, incluindo fundos e

gestão de recursos de pessoas físicas e jurídicas, além de profissionais envolvidos em processos de decisão de investimentos, a certificação CFA contempla os aspectos variados e tópicos de Administração, Estatística, Economia e Contabilidade.

O exame consiste na realização de provas em três módulos, que exigem tempo mínimo de três anos de formação, abordando temas como ferramentas de investimento, avaliação de ativos, gestão de investimentos e análise de demonstrações financeiras, com pesos diferentes aplicados aos diferentes tópicos exigidos e tem taxa de inscrição de US\$450, além de US\$650 adicionais para cada módulo do exame.

Os principais aspectos do conteúdo programático e formato do exame, além de informações complementares quanto aos benefícios

Quadro 5 – Certified Internal Auditor (CIA)

Objetivo	Certificar profissionais para exercer a profissão de auditor interno, com capacidade de analisar e fornecer soluções para os problemas e riscos da auditoria
Pré-requisitos	Diploma de graduação ou 7 anos de experiência de trabalho comprovada em área equivalente a Auditoria Interna Experiência comprovada de trabalho de no mínimo 2 anos em auditoria interna ou área equivalente
Detalhes do exame	Tópicos abordados de Auditoria Interna Básica, Práticas de Auditoria Interna e conhecimento de elementos de Auditoria Interna Obter nota mínima de 70% para aprovação 6 Horas e 30 minutos de tempo total de prova Questões exclusivamente de múltipla escolha Média de aprovação de 40% Custo total de inscrição US\$550,00
Benefícios	Salário em média 40% superior aos profissionais pares da mesma área sem certificação Única certificação aceita globalmente para designação de auditores internos

Fonte: autores (2018)

Quadro 6 – Certified Fraud Examiner (CFE)

Objetivo	Fornecer uma credencial que denota comprovada habilidade na prevenção e detecção de fraudes
Pré-requisitos	Diploma de graduação ou 8 anos de experiência de trabalho comprovada em área equivalente à de fraudes Experiência comprovada de trabalho de no mínimo 2 anos em fraudes ou área equivalente
Detalhes do exame	Tópicos abordados de Prevenção de Fraudes, Transações Financeiras, Perícia e Legislação Obter nota mínima de 75% para aprovação 2 Formatos de questões Custo total de inscrição de US\$300,00
Benefícios	Salário em média 23% superior aos profissionais de pares da mesma área sem certificação Certificação aceita globalmente de comprovação em práticas de excelência na prevenção de fraudes Reconhecida como credencial para contratação e promoção em organizações líderes em seus setores

Fonte: autores (2018)

observadas na obtenção da certificação estão dispostos no Quadro 7.

O exame de certificação é dividido em três módulos: Módulo I, com conteúdo focado no conhecimento e compreensão de ferramentas de investimento (Fundos de Investimento, Derivativos, Ações, Títulos Públicos, Títulos de renda fixa), composto por 240 questões de múltipla escolha, com tempo máximo de 6 horas.

O Módulo II está estruturado para aplicação e análise de diversos tipos de classes de investimentos, por meio de 20 questões de estudos de caso, onde cada caso terá 6 questões de múltipla-escolha, com tempo máximo de 6 horas e; o Módulo III reunindo estes conteúdos para aplicação de avaliação e planejamento de portfólios de investimento, mediante questões discursivas, que podem variar de 8 as 12 questões, além de 10 questões de estudos de caso, conforme aplicado no módulo II.

A média de aprovação para os Módulos I, II e III é, respectivamente, de 43%, 46% e 54% dos candidatos inscritos no exame. A nota mínima para aprovação na certificação varia anualmente, de acordo com uma série de critérios avaliados pelo comitê do *CFA Institute*.

4.7 Análise Comparativa das Certificações

Para promover os programas de certificações alternativas, as organizações profissionais costumam construir suas mensagens indicando as vantagens salariais e outros aspectos relevantes.

Ainda que os resultados parecem apontar que a certificação CMA esteja perdendo espaço em termos de reconhecimento entre os alunos, a qualificação CPA é amplamente reconhecida, tanto no campo financeiro e contábil quanto na contabilidade pública ou não pública e Terceiro Setor. Por outro lado, o CMA só é útil para aqueles que trabalham e permanecem no mundo corporativo. É

também, mais barato, consome menos tempo de estudo e permite que se realize o exame antes de se formar, embora requer que se conclua com dois anos de experiência para obter a certificação. Em média, profissionais com a certificação CMA ganham uma remuneração total em média 28% mais elevada em relação aos profissionais não certificados, indicando que, ao longo da carreira, isso pode significar um ganho a mais para esses profissionais de US\$ 500.000.

Obter múltiplas certificações também pode propiciar benefícios salariais ainda maiores, quando comparado a obtenção de uma única certificação, conforme demonstra a Tabela 1.

A certificação obrigatória do CFC em comparação com o CPA apresenta diferenças significativas em relação aos critérios de elegibilidade, destacando-se: custo financeiro, formato, taxas de aprovação e pré-requisitos (Tabela 2).

Quadro 7 – *Chartered Financial Analyst (CFA)*

Objetivo	Fornecer conhecimentos profundos sobre investimentos, para elevar os padrões da indústria de gestão de investimentos e fortalecer as empresas do setor
Pré-requisitos	Diploma de graduação ou 4 anos de experiência de trabalho comprovada na área de investimentos
Detalhes do exame	Tópicos abordados de Instrumentos de Investimentos, Avaliação de Ativos e Gestão de Investimentos Exame dividido em três módulos subsequentes Nota mínima variável conforme os exames Questões de múltipla escolha, estudos de caso e discursivas Média de aprovação para os módulos I, II e III de 43%, 46% e 54% respectivamente Custo total de inscrição de US\$2.400
Benefícios	Certificação aceita globalmente de comprovação em análise de investimentos Reconhecida como credencial para contratação e promoção em organizações líderes em seus setores

Fonte: autores (2018)

Tabela 1 – Remuneração média anual (valores em US\$) nos Estados Unidos (2015)

Idade	Sem certificação	CMA	CPA	CMA e CPA
19 a 29	57.500,00	74.800,00	67.104,00	85.840,00
30 a 39	75.000,00	108.000,00	114.050,00	115.025,00
40 a 49	107.000,00	129.000,00	113.000,00	122.500,00
50 a 59	114.000,00	142.036,00	166.500,00	150.000,00
Acima de 59	115.500,00	140.000,00	135.000,00	122.500,00

Fonte: adaptado de IMA.

Tabela 2 – Certificações obrigatórias

Critérios de Elegibilidade	Exame CFC	Exame CPA
Nota mínima	50% de acertos	75 acertos ¹
Diploma de graduação	Sim	Sim
Graduação específica	Contabilidade	-
Experiência prévia de trabalho	-	1 ano
Área da experiência prévia	-	Qualquer Indústria
Equivalência a diploma de graduação	Não	Não
Custo total de inscrição	R\$110	US\$30 - US\$200
Quantidade de módulos	1	4
Custo de cada módulo (exames)	-	US\$200 ²
Custo de registro dos módulos (total)	-	US\$180 ²
Custo total	R\$110	US\$1.180 ²
Média de aprovação	38,15%	45,78%

Nota: ¹ esta não é uma pontuação por cento e não pode ser interpretada como uma porcentagem.

² valor aproximado, pode variar dependendo do estado.

Fonte: autores (2018)

Por sua vez, as certificações não obrigatórias oferecem alternativas a candidatos que não possuam diploma de graduação, seja ele específico, ou não, com equivalências para esse requisito a outras certificações, além de experiência profissional relevante como comprovação equivalente.

Os custos do exame são consideravelmente elevados quando comparados às certificações obrigatórias, fato que pode refletir como consequência em benefícios salariais elevados após obtenção da certificação. A Tabela 3 aponta os principais critérios de elegibilidade das certificações não obrigatórias.

Observa-se que as notas mínimas exigidas nos exames de certificações obrigatórias estão em níveis semelhantes, com o CFE demonstrando a nota mínima mais elevada, de 75% de acertos.

Quanto aos requisitos de formação acadêmica, todas as certificações não obrigatórias estudadas exigem diploma de graduação. Ainda assim, não é necessário possuir graduação em um curso ou área específica. A necessidade do diploma de graduação também pode ser compensada por experiências equivalentes, incluindo a obtenção de outra certificação, caso apresentado no CMA, ou experiência

prévia de trabalho em área correlata do objetivo da certificação, como no CFE, sendo equivalente ao diploma de graduação uma atuação de dez anos na área de prevenção de fraudes.

Entre as associações profissionais responsáveis por essas certificações não obrigatórias que divulgam em seu portal o histórico de média de aprovação, a certificação CIA apresentou o menor índice observado, com 40% dos candidatos aprovados em seu exame. Embora todas as certificações não obrigatórias possuam diferentes benefícios apontados pelas associações profissionais, principalmente quanto ao aumento de salário, o reconhecimento do profissional e possibilidade de crescimento de carreira é unânime entre os benefícios apontados pelas associações responsáveis das certificações estudadas nesta pesquisa.

5. Considerações Finais

As certificações obrigatórias, tanto no Brasil como nos Estados Unidos, surgiram de uma demanda pela profissionalização do setor, que exigia maior confiança dos agentes de negócios na contratação e asseguuração de serviços de excelência.

Devido à importância da Contabilidade em um contexto geral, órgãos reguladores optaram pela constituição de uma habilitação na profissão, por intermédio das certificações obrigatórias, que enfrentaram um aumento expressivo na demanda imediatamente após grandes casos de irregularidades na contabilidade de companhias. Nos Estados Unidos, cada estado tem poder para construir requisitos próprios, embora o conteúdo programático seja o mesmo aplicado nacionalmente. No Brasil, o conteúdo, a forma e os requisitos são idênticos em alcance nacional.

Cabe destacar algumas diferenças significativas entre as certificações, especificamente comparando o Exame de Suficiência do CFC (Brasil) e o CPA (Estados Unidos). Diferenças em relação, principalmente, ao conteúdo das provas e o valor cobrado. O grau de dificuldade da prova do CPA, ao mesmo tempo que é extremamente elevado em relação ao exame do CFC, faz com que o profissional se prepare para a certificação e possua um diferencial. Ao contrário do Exame de Suficiência do CFC, o qual muitos profissionais, ainda nas fases finais do curso de graduação conseguem obter êxito. Entretanto o que isso significa? A nota mínima de-

Tabela 3 – Certificações não obrigatórias

Critérios de Elegibilidade	CMA	CIA	CFE	CFA
Nota Mínima	72%	70%	75%	Flutuante
Diploma de Graduação	Sim	Sim	Sim	Sim
Graduação Específica	Não	Não	Não	Não
Experiência prévia de trabalho	2 anos	2 anos	2 anos	Não
Área da Experiência Prévia	Contabilidade Gerencial ou Financeira	Auditoria Interna	Contabilidade e Auditoria, Criminologia, Investigação de Fraudes ou Recuperação de Crédito e Direito	-
Equivalência a Diploma de Graduação	Certificações CFA, CIA ou CFE	7 anos de experiência comprovada em Auditoria Interna	10 anos de experiência comprovada em áreas relacionadas a prevenção de Fraudes	4 anos de experiência de trabalho, em qualquer área.
Custo Total de Inscrição ¹ (US\$)	810	550	300	2.400 ²
Quantidade de Módulos	2	3	4	3
Média de Aprovação	50%	40%	Não informado	43% a 54%

Nota: ¹ incluindo os valores dos módulos.

² valor aproximado, pode variar dependendo do estado.

Fonte: autores (2018)

finida pelo Exame do CFC em 50% é a mais adequada? A certificação do CFC realmente separa o joio do trigo?

Conforme indicado por Mano (2011), as certificações não obrigatórias, impulsionadas e criadas normalmente por associações ou organizações de profissionais de mercado, vêm aumentando expressivamente em termos de quantidade. Especificamente em determinados temas, como Contabilidade Gerencial, Auditoria Interna, Exame de Fraudes e Gestão de Investimentos, as certificações líderes CMA, CIA, CFE e CFA, respectivamente, já possuem dezenas de milhares de membros ao redor do mundo, com seu desenvolvimento aprimorado de acordo com as habilidades e

competências necessárias em cargos estratégicos de companhias advindas de diferentes setores, apresentando atratividade a futuros candidatos principalmente com uma comunicação voltada ao reconhecimento do profissional (cargos elevados na hierarquia das empresas) e, conseqüentemente, benefícios salariais em relação aos pares sem certificação.

Ambos os tipos de certificações são peças importantes no desenvolvimento da área de Contabilidade e Finanças, com papéis bem definidos no escopo da sociedade, seja para uma asseguarção de informação com segurança razoável nas certificações obrigatórias, ou no aprimoramento e identificação de profissionais com

habilidades e competências específicas, que normalmente exercem cargos que envolvem frequentemente tomadas de decisão, contribuindo para um dinamismo estratégico em um âmbito empresarial.

É importante ressaltar que os resultados e conclusões obtidos neste estudo limitam-se ao grupo de certificações analisado. Sugere-se, para futuros trabalhos, a ampliação desta pesquisa para outras certificações. Propõe-se, ainda, que sejam realizados estudos analisando as diferenças percentuais do conteúdo de Contabilidade exigido nas certificações, além da comparação entre as certificações obrigatórias para o profissional da contabilidade em diferentes países.

6. Referências

AMERICAN INSTITUTE OF CPAS. *Career*. Disponível em: <<http://www.aicpa.org/Career/areerPaths/Pages/default.aspx>> Acesso em: 4 abr. 2017.

ASSOCIATION OF CERTIFIED FRAUD EXAMINERS. *Membership & Certification*. Disponível em: <<http://www.acfe.com/become-cfe-qualifications.aspx>> Acesso em 6 abr. 2017.

BARDIN, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.

BOYD, D. T.; BOYD, S. C.; BERRY, P. A primer for accounting certification: complete analysis of the process with listing of sources. *American Journal of Business Education*, v. 2, n. 7, 2009.

BROIETTI, C. Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade: observação das publicações relacionadas ao tema, 2014, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 2014. Disponível em: <http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso_internacional/anais/5CCF/39_13.pdf> Acesso em: 7 abr. 2017.

BRODY, R. G.; LI, S.; ZHOU, L. Beyond the CPA: Student Awareness of Accounting Certifications. *The Accounting Educators' Journal*, 2016.

BUGARIM, M. C. C. *O exercício profissional e a educação contábil: o caso do Conselho Federal de Contabilidade do Brasil*. 2015. 237 f. Tese (Doutorado) - Curso de Contabilidade, Universidade de Aveiro, Aveiro.

CFA INSTITUTE (Org.) *CFA Program*, 2017. Disponível em: <<https://www.cfainstitute.org/programs/cfaprogram/Pages/index.aspx>> Acesso em 3 abr. 2017.

COE, M.; DELANEY, J. The impact of certifications on accounting education. *Strategic Finance*, p. 47-51, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. *Exame de Suficiência*. Disponível em: <<http://cfc.org.br/desenvolvimento-profissional-e-institucional/exames/exame-de-qualificacao-tecnica/>> Acesso em: 11 abr. 2017.

DROVAL, C. ET AL. *Gestão de Pessoas: Categoria Acadêmica*. São Paulo: Qualitymark, 2009.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HALF, R. Benchmarking: the accounting & finance function. *Financial Executives Research Foundation, Inc.* Disponível em: <https://www.roberthalf.com/sites/default/files/Media_Root/images/rh-pdfs/accounting_finance_benchmarking_report_2016.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2017.

INSTITUTE OF MANAGEMENT ACCOUNTANTS. *CMA Certification*, 2017. Disponível em: <<https://www.imanet.org/cma-certification>> Acesso em: 8 abr. 2017.

KOUNROUZAN, M. C. A. Qualidade do Ensino nos Cursos de Ciências Contábeis e a formação do contador para atender ao mercado de trabalho. In: Seminário UFPE de Ciências Contábeis, 2011, Recife. *Anais...* Recife.

KRIPEL, G. L.; MOODY, J.; MITCHELL, S. CPA Credential Delivers High Value: Analysis Shows That Passing the CPA Exam Leads to Rewards in Small, Medium, and Large Companies. *Journal of Accountancy*, v. 221, n. 5, p. 32, 2016.

LOMBARD, B. Becoming a Certified Public Accountant: It is the only way to go. 2016. 25 f. Tese (Doutorado) - Curso de *Accounting And Finance*, *Bridgewater State University*, Bridgewater, 2016. Disponível em: <http://vc.bridgew.edu/honors_proj/179/> Acesso em: 11 abr. 2017.

MACHADO, D. Q.; BUGARIM, M. C. C.; RODRIGUES, L. L.; PINHO, J. C. C. Análise Histórica dos Resultados do Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade. *RC&C. Revista de Contabilidade e Controladoria*, v. 6, p. 121-136, 2014.

MANO, R. M. *The Proliferation of Certifications*, 2011.

COE, M.; DELANEY, J. The impact of certifications on accounting education. *Strategic Finance*, v. 90, n. 1, 47, 2008.

RAMASWAMY, V. New frontiers: training forensic accountants within the accounting program. *Journal of College Teaching & Learning (TLC)*, v. 4, n. 9, 2011.

HALF, R. Benchmarking: the accounting & finance function. *Financial Executives Research Foundation, Inc.* Disponível em: <https://www.roberthalf.com/sites/default/files/Media_Root/images/rh-pdfs/accounting_finance_benchmarking_report_2016.pdf> Acesso em: 3 abr. 2017.

ROTH, J. How do internal auditors add value. *The Internal Auditor*, v. 60, n. 1, 33-37, 2003.

RUPP, A. A.; LEIGHTON, J. P. (Ed.) *The Wiley Handbook of Cognition and Assessment: Frameworks, Methodologies, and Applications*. Malden: John Wiley & Sons, 2016.

SALARY GUIDE. Robert Half 2017 Salary Guide. Disponível em: <https://nonprofitcpas.com/resource_bank/183/2017-robert-half-salary-guide-accounting-finance.pdf> Acesso em: 20 mai. 2017.

SMITH, E. P. The basics of business valuation, fraud and forensic accounting, and dispute resolution services. *The CPA Journal*, v. 82, n. 6, p. 6, 2012.

SMITH, S. S. CMAs, Financial Literacy, and Business Strategy. *Strategic Finance*, abr. 2017. Disponível em: <<http://sfmagazine.com/post-entry/april-2017-cmas-financial-literacy-and-business-strategy>> Acesso em: 16 mai. 2017.

TATIKONDA, L. U. Naked truths about accounting curricula: Here is a rallying cry for revamping undergraduate accounting curricula to prepare students to be certified management accountants and not only certified public accountants. *Management Accounting Quarterly*, n. 5, v. 4, 2004.

TAYLOR, J. Does the CFA designation add value to companies, managed funds, the market and the charterholders themselves? 2016. 37 f. Tese (Doutorado) - Curso de Finance, Texas Christian University, Fort Worth, 2016. Disponível em: Acesso em: 09 abr. 2017.

THE INSTITUTE OF INTERNAL AUDITORS. *Certified Internal Auditor*. Disponível em: <<https://na.theiia.org/certification/CIA-Certification>> Acesso em: 2 abr. 2017.

WEAVER, S. ; WHITNEY, D. The global growth of the CMA: IMA's highly respected certification is becoming more in demand by professionals around the world. *Strategic Finance*. 2015. Disponível em: <<http://sfmagazine.com/post-entry/may-2015-the-global-growth-of-the-cma/>> Acesso em: 16 maio 2017.



CPC
27

Evidenciações relativas ao CPC 27 das empresas componentes do índice Ibovespa e sua relação com os resultados das empresas

Este artigo tem como objetivo identificar qual o comportamento dos resultados obtidos por empresas com diferentes níveis de evidenciação. A amostra do estudo é composta pelas empresas que compuseram a carteira do Ibovespa, de setembro a dezembro de 2017, e os dados são anuais referentes a 2016. Para avaliar a adequabilidade ao CPC 27, foi utilizado um *check list* com 17 quesitos divididos em 4 grandes blocos: classe de ativos, conciliação do valor contábil no início e no final do período demonstrado, outras divulgações gerais e outras divulgações quanto à seleção do método de depreciação. Em seguida, foram estimados testes de média buscando determinar se existe diferença de evidenciação do ativo imobilizado quando consideradas as variáveis rentabilidade do ativo total, o tamanho da empresa, o endividamento total, o próprio valor do ativo imobilizado e o nível de governança corporativa. Os resultados apontaram que as firmas não estão atendendo completamente aos quesitos exigidos pelo CPC 27 e que a média de endividamento total, tamanho da empresa e tamanho do ativo imobilizado estão relacionados com o nível de evidenciação do ativo imobilizado.

Joice Garcia de Oliveira

É bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) e cursa mestrado em Controladoria e Contabilidade na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
E-mail: joicegarciacco@gmail.com

Rafael Morais de Souza

É doutor em Engenharia Elétrica com ênfase em Métodos de Apoio à Decisão pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e professor adjunto do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
E-mail: rmsouza@face.ufmg.br

Recebido em 30/10/2018. Distribuído em 31/10/2018. Pedido de revisão em 19/11/2018. Resubmetido pelo autor em 4/12/2018. Aprovado em 6/12/2018, na terceira rodada por dois membros do Conselho Editorial. Publicado na edição março-abril de 2019. Organização responsável pelo periódico: Conselho Federal de Contabilidade.

1. Introdução

A normatização contábil pode ser definida como “um esforço da classe contábil que visa restabelecer e regulamentar as regras contábeis usuais, de conformidade com padrões previamente analisados, discutidos e aprovados, tornando-as de cumprimento obrigatório no país” (MADEIRA; ASSIS; SILVA, 2004, p. 117). Até 2007, os países adotavam normas contábeis distintas, o que dificultava a comparabilidade das demonstrações financeiras de empresas ou filiais de países diferentes.

Diante disso, em busca de melhorar a qualidade das informações contidas nas demonstrações financeiras, manifestou-se a necessidade de convergência das normas contábeis. O processo de convergência surge para que investidores, gestores e analistas financeiros de todo o mundo possam ter à disposição dados homogêneos e transparentes para comparar números e resultados de empresas (CUNHA et al., 2011).

Para facilitar a análise das demonstrações emitidas por países componentes da União Europeia, estabeleceu-se, a partir do Regulamento n.º 1.606/2002, a adoção das Normas Contábeis Internacionais chamadas de *Internacional Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2005 para as demonstrações contábeis consolidadas (EUROPEAN UNION PARLIAMENT, 2002). A partir disso, o IASB passou a buscar a convergência global das normas contábeis (OLIVEIRA; LEMES, 2011).

No Brasil, o órgão responsável pela convergência das normas de contabilidade aos padrões internacionais é o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que criou o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) por meio da Resolução CFC n.º 1.055/2005 (CONSELHO FE-

DERAL DE CONTABILIDADE [CFC], 2008). O CPC é um comitê formado por entidades ligadas ao mercado de capitais que tem como objetivo a uniformização de regras contábeis e, tal como o IASB, não possui poder para emitir normas com força de lei, mas tem importante papel como condutor da elaboração e divulgação das normas contábeis brasileiras (OLIVEIRA; LEMES, 2011).

Até junho de 2017, o CPC já havia publicado 48 pronunciamentos que trazem orientações de diversos temas da contabilidade (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS [CPC], 2017). Entre os pronunciamentos encontra-se o CPC 27 – Ativo Imobilizado, emitido em 2009. O CPC 27 realça como deve ser o tratamento dos bens registrados no ativo imobilizado das empresas, exceto quando outro pronunciamento exija ou permita tratamento diferente do nele tratado (VIVIANI et al., 2014).

Segundo o CPC 27 (2009), o Ativo Imobilizado é caracterizado por bens corpóreos que representam a capacidade de gerar benefícios econômicos para a entidade que o controla durante a sua vida útil econômica. A Fipecafi subentende que, no grupo de contas do Ativo Imobilizado, devem ser incluídos todos os ativos tangíveis ou corpóreos de permanência duradoura, destinados ao funcionamento normal da sociedade e de seu empreendimento, assim como os direitos exercidos com essa finalidade (MARTINS et al., 2013). Já a Lei n.º 6.404/1976, Art. 179, inciso IV, indica que as contas a serem classificadas

no Ativo Imobilizado são os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle de bens.

Sobre o reconhecimento do Ativo Imobilizado, o CPC 27 (2009) estabelece que a entidade deve reconhecê-lo em seu balanço se: (i) for provável que benefícios econômicos associados ao item fluirão para a entidade; e (ii) o custo do item puder ser mensurado confiavelmente. Além disso, o CPC 27 (2009) determina normas que as firmas devem atender para que a evidenciação desse tipo de ativo seja feita de maneira adequada. Caso os quesitos determinados por esse pronunciamento não sejam atendidos, a informação divulgada referente ao Ativo Imobilizado não conterà todas as exigências necessárias para que a sua divulgação seja completa ao usuário da informação.

Evidências de estudos anteriores como os de Viviani et al. (2014), Kaveski, Carpes e Klann (2015), Marques et al. (2016) e Silva, Silva e Laurencel (2016), mostraram que, apesar de o CPC 27 ser de atendimento obrigatório por parte das firmas, as companhias não estão atendendo de forma completa ao que é exigido por esse pronunciamento. Os estudos mostraram também que o grau de adequação das empresas às normas ditadas pode ter relação com indicadores das firmas, como tamanho do ativo imobilizado, porte da empresa, auditoria, segmento de mercado e rentabilidade. Dessa forma, esse campo de pesquisa ainda tem espaço para a realização de novos trabalhos que busquem averiguar se as empresas estão cumprindo as exigências do CPC 27 e a investigação de novos indicadores que influenciem o cumprimento dos quesitos solicitados por esse pronunciamento.



Nesse sentido, o presente estudo levanta o seguinte questionamento: **Quais indicadores de resultados, das empresas componentes do Índice Ibovespa, da B3 têm relação com a evidenciação de informações sobre o Ativo Imobilizado?** Assim, o objetivo geral deste estudo foi identificar os indicadores de resultados obtidos por empresas componentes do Índice Ibovespa da B3 que tem relação com a evidenciação de informações sobre o Ativo Imobilizado. Como objetivo adicional, o estudo irá averiguar em que proporção as empresas pertencentes ao Ibovespa da B3 estão adotando as normas dadas pelo CPC 27 referente ao Ativo Imobilizado.

A finalidade do estudo justificou-se devido à importância de analisar se as empresas brasileiras estão adotando as normas do CPC 27 adequadamente. Além disso, observou-se escassez de trabalhos que buscam relacionar o nível de evidenciação dos ativos imobilizados com outros fatores como rentabilidade, endividamento e nível de governança corporativa. Logo, esse tipo de estudo é importante para: (a) órgãos reguladores do mercado, como forma de auxílio na regulação da evidenciação; (b) acionistas minoritários, por trazer informações

da adequação dos administradores às normas; e (c) demais agentes do mercado que se utilizam das informações divulgadas pelas empresas, por conseguirem maior *disclosure* (SILVA; SILVA; LAURENCEL, 2016).

2. Revisão de Literatura

2.1. Evidenciação Contábil

Aquino e Santana (1992) definem evidenciação como a divulgação feita com clareza, como a publicação em que se compreende de imediato o que está sendo comunicado. A evidenciação, também chamada de *disclosure*, significa a “abertura” da empresa por meio da divulgação de informações, garantindo a transparência corporativa diante do público e dos usuários das informações contábeis (GOU-LART, 2009). Entretanto, em contabilidade, evidenciação não se limita a uma simples definição. Para Ludícibus (2015), a evidenciação é uma tarefa essencial da Contabilidade para com seus usuários e seus próprios objetivos.

A transparência, por meio da divulgação de informações contábeis, representa um dos principais requisitos da evidenciação, pois auxilia nas decisões de investidores e consumidores (REZENDE; CUSTÓDIO,

2012). Dessa forma, a evidenciação de informações é essencial para que os usuários externos tomem conhecimento da posição da organização e se certifiquem de que esta opera dentro das determinações admitidas pela legislação, buscando, assim, reduzir a possibilidade de irregularidades e fraudes (AVELINO; PINHEIRO; LAMOUNIER, 2012). Segundo Beuren (1998, p. 30), “se a contabilidade tem como uma de suas principais funções suprir de informações úteis aos gestores, cabe, a ela, gerar informações que deem o devido suporte ao processo de tomada de decisões em todos os seus estágios”.

Quanto ao tipo e à quantidade de divulgação, Ludícibus (2015) alega que estes são dependentes do grau de conhecimento do leitor dos relatórios contábeis. É preciso que o profissional da contabilidade conheça o perfil da pessoa que irá receber as informações por meio da evidenciação para discriminar a qualidade e a quantidade ideal de informação que lhe é necessária (BEUREN; KLANN, 2008).

Tratando-se do ponto de vista normativo, apresentam-se três níveis de divulgação: divulgação adequada, justa e completa. A primeira corresponde a uma quantidade mínima de evidenciação compati-

“Sobre o reconhecimento do Ativo Imobilizado, o CPC 27 (2009) estabelece que a entidade deve reconhecê-lo em seu balanço se: (i) for provável que benefícios econômicos associados ao item fluirão para a entidade; e (ii) o custo do item puder ser mensurado confiavelmente.”

vel com a legislação visando evitar que as demonstrações sejam enganadoras. A divulgação justa está associada à divulgação igualitária para todos os *stakeholders*. Por fim, a divulgação completa seria a evidenciação total das informações relevantes para os usuários (KAVESKI; CARPES; KLANN, 2015). Dessa forma, algumas empresas buscam divulgar informações além das obrigatórias por lei com o intuito de se diferenciar em relação às demais, visando, principalmente, maior transparência para captar recursos dos investidores passando uma boa impressão da empresa, além de manterem proximidade ao mercado, especialmente no caso de futuras emissões de títulos (LANZANA, 2004).

Na prática, são diversas as formas de evidenciação contábil, sendo as principais a apresentação das demonstrações contábeis, a informação entre parênteses, as notas explicativas, os quadros e demonstrativos suplementares, os comentários do auditor e o relatório da administração (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999). Entretanto, mais importante do que a forma de divulgação é a decisão sobre qual informação deve ser divulgada, sua tempestividade e a oportunidade que ela carrega (BUENO, 1999).

2.2. CPC 27: Ativo Imobilizado

Entre os 48 pronunciamentos emitidos e adotados no Brasil, encontra-se o CPC 27 – Ativo Imobilizado, que é a tradução da IAS 16 – *Fixed Assets*. Esse pronunciamento foi aprovado no final do mês de junho de 2009 e divulgado no mês subsequente.

Tal Pronunciamento tem como objetivo normatizar aspectos relacionados aos ativos imobilizados de forma que os usuários das demonstrações contábeis possam discernir a informação sobre o investimento da entidade em seus ativos imobilizados, bem como suas mutações (CPC 27, 2009).

O CPC 27 (2009, p. 3) define ativo imobilizado como o item tangível que:

- (a) é mantido para uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, para aluguel a outros, ou para fins administrativos; e
- (b) se espera utilizar por mais de um período.

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

O Pronunciamento expõe sobre o reconhecimento, mensuração, depreciação, baixa e a divulgação dos itens classificados como ativo imobilizado. Quanto à importância, os principais quesitos a serem considerados na contabilização do ativo imobilizado são o reconhecimento dos seus valores contábeis e os valores de depreciação e perdas por desvalorização a serem reconhecidas em relação a eles (CPC 27, 2009).

Mas existem pontos que o Pronunciamento não estabelece normas gerais, deixando aberto a adaptações de acordo com especificações de cada empresa. Por exemplo, o CPC 27 (2009) não prescreve a unidade de medida para o reconhecimento de um ativo imobilizado. Assim, é necessário que o contador responsável pela elaboração das demonstrações contábeis exerça julgamento ao aplicar os critérios de reconhecimento às circunstâncias específicas da entidade. Tratando-se de itens que sejam insignificantes de maneira individual, mas que tenham relevância de forma agrupada, o contador pode aplicar os critérios ao valor do conjunto dos itens.

Quanto à divulgação, o CPC 27 (2009) traz normas de como a empresa deve divulgar em suas demonstrações contábeis os ativos imobilizados para cada classe de ativos – por classe entende-se, por exemplo, terrenos, máquinas, móveis e utensílios –, para realizar conciliação do valor contábil no início e no final do período demonstrado, outras divulgações gerais e outras divulgações sobre depreciação.

Dessa forma, este estudo terá como foco a divulgação dos ativos imobilizados. Os itens que devem ser divulgados são tratados com mais profundidade no tópico de metodologia, em que é apresentada a Tabela 1 com o *check list* dos itens que são de divulgação obrigatória no Balanço Patrimonial ou em Notas Explicativas.

2.3. Estudos Anteriores

Estudos, como de Viviani et al. (2014), Kaveski, Carpes e Klann (2015), Marques et al. (2016) e Silva, Silva e Laurencel (2016), já indagaram a conformidade da evidenciação implantada pelas empresas com o Pronunciamento CPC 27 e buscaram levantar determinantes para esse nível de evidenciação.

Viviani et al. (2014) testou se 34 empresas do setor de bens industriais listadas na B3 estavam evidenciando suas informações de acordo com o CPC 27. Para isso, foram realizados a análise de conteúdo e, posteriormente, o cálculo de entropia proposto por Zeleny (1982). Os resultados apontaram que a evidenciação dos itens do ativo imobilizado não é realizada de forma homogênea pelas empresas, visto que alguns requisitos exigidos pelo CPC 27 foram informados de forma incompleta ou estão ausentes. Observou-se, ainda, que as informações evidenciadas referentes à conciliação do valor contábil apresentaram maior entropia, conseqüentemente, há maior heterogeneidade nesses itens repor-

tados, e que a evidenciação de outras informações sobre o ativo imobilizado foi menos destacada pelas empresas, por não se aplicar em alguns casos ou por serem ausentes nas notas explicativas.

O estudo de Kaveski, Carpes e Klann (2015) objetivou identificar os fatores que explicam o nível de divulgação relativo ao CPC 27 – Ativo Imobilizado por empresas listadas no segmento do Novo Mercado de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA, considerando como seus prováveis determinantes as variáveis tamanho, imobilizado total, endividamento e rentabilidade do imobilizado. A amostra foi composta de 106 empresas listadas no segmento do Novo Mercado de Governança Corporativa da B3. Foi realizada análise documental, utilizando-se de um *check list* de 17 pontos propostos pelo próximo CPC 27, e a técnica de análise dos fatores deu-se por meio de regressão linear múltipla. Nos resultados encontrados, verificou-se relação positiva entre o índice de evidenciação e o ativo imobilizado, enquanto que, para o endividamento, o tamanho da empresa e a rentabilidade, não se encontrou valor estatisticamente significativo.

O trabalho de Marques et al. (2016) objetivou analisar o nível de cumprimento do CPC 27. Para isso, foram observados dados do período de 2007-2014 de uma amostra com dois grupos de empresas participantes do mercado de capitais, resultando em 63 empresas selecionadas pelos níveis de *accruals* totais. Os resultados demonstraram que as empresas com menores níveis de acumulações totais apresentaram um nível de atendimento médio de 81%, enquanto aquelas com os maiores níveis de acumulações totais atenderam em média a

75%. Observou-se ainda que, ao longo dos anos, houve um crescimento no nível de atendimento, sendo que as empresas com maiores acumulações apresentaram uma evolução mais acentuada. O teste Kruskal-Wallis demonstrou que não existem diferenças estatisticamente significativas entre os grupos ao longo dos anos, exceto, no ano de 2012.

Por fim, Silva, Silva e Laurencel (2016) foram mais além, tendo como objetivo identificar os fatores que explicam o nível de divulgação relativo ao CPC 27. Utilizou-se das demonstrações financeiras divulgadas em 2012 pelas empresas listadas na B3 para analisar o nível de evidenciação das empresas conforme os requisitos exigidos pelo CPC 27. Os autores elaboraram um índice denominado de Índice de Não Divulgação (IND) para apurar o nível de cumprimento da divulgação. Como resultado, identificou-se que o quadro de evidenciação obrigatória do ativo imobilizado não é divulgado em 32,9%. Os testes de diferenças de média mostraram que *American Depositary Receipt* (ADR), Auditoria, Porte e Segmento de Mercado podem explicar o cumprimento das informações obrigatórias para ativo imobilizado.

2.4. Hipóteses de Pesquisa

Após revisão da literatura, foi possível elaborar as hipóteses de pesquisa, a serem testadas pela metodologia proposta por este estudo. As hipóteses de H1 a H4 foram levantadas a partir dos resultados do estudo de Kaveski, Carpes e Klann (2015). Além disso, foi acrescentada a hipótese H5, pois, ao contrário do trabalho de Kaveski, Carpes e Klann (2015), que abrangeu apenas empresas participantes do Novo Mercado da B3, o presente trabalho pretende analisar empresas de diferentes níveis de Governança Cor-

porativa, portanto, espera-se que a Governança tenha relação significativa com o nível de evidenciação. Logo, as hipóteses de pesquisa foram:

H1: empresas com nível mais elevado de evidenciação acerca dos ativos imobilizados tendem a apresentar rentabilidade elevada.

Empresas que geram lucros maiores têm maior motivação a fornecer mais informação, pois os gerentes acham que uma divulgação mais completa fornece garantia aos investidores de lucratividade e, assim, aumenta a remuneração da administração. Além disso, as empresas com boas notícias tendem a divulgar informações mais detalhadas e precisas do que as empresas com más notícias (WALLACE; NASER, 1995). No caso brasileiro, Zonatto et al. (2011) encontraram que a rentabilidade tem impacto ao nível de evidenciação da firma, logo, se a divulgação total da empresa está relacionada à sua rentabilidade, a divulgação do Ativo Imobilizado também tende a estar relacionada com esse indicador.

H2: firmas que têm maior evidenciação dos ativos imobilizados tendem a ser de porte mais elevado.

Wallace e Naser (1995) testaram a influência do tamanho da empresa sobre o nível de evidenciação de empresas de Hong Kong e encontraram que o porte da firma é relevante para a divulgação da informação contábil. Apesar desse trabalho ter analisado a evidenciação total das demonstrações, se o porte da empresa tem impacto sobre a divulgação das demonstrações contábeis como um todo, espera-se que companhias de maior porte também tenham maior evidenciação do Ativo Imobilizado.

H3: empresas com nível de evidenciação dos ativos imobilizados alto tendem a estarem mais endividadas.

As empresas com alto índice de endividamento estão sujeitas a fornecer mais informações aos usuá-



rios para satisfazer às necessidades especiais dos credores de longo prazo, visto que esses exigem informações que lhes assegurem que é menos provável que os acionistas e a administração diminuam as reivindicações decorrentes dos contratos (WALLACE et al. 1994).

H4: firmas que evidenciam mais quesitos acerca do ativo imobilizado tendem a apresentar maior investimento em ativos imobilizados.

Kaveski, Carpes e Klann (2015) testaram a influência do tamanho da conta ativo imobilizado sobre a evidenciação do ativo imobilizado conforme o CPC 27 e encontraram relação significativa e positiva entre eles. Essa relação existe pelo fato de empresas com valor mais elevado de ativo imobilizado terem mais conteúdo a ser divulgado, assim, optariam por maior evidenciação deles.

H5: empresas com grau elevado de evidenciação dos ativos imobilizados tendem a estar classificadas em algum dos níveis de governança corporativa.

O propósito das firmas que aderem a algum dos níveis de governan-

ça corporativa é aumentar sua credibilidade no mercado mobiliário, já que empresas que fazem parte dos mais altos níveis de governança corporativa tem maiores exigências em relação às informações contábeis, logo, essas companhias aumentariam seus níveis de transparência implicando em maior adesão ao CPC 27 e suas determinações (SILVA; SILVA; LAURENCEL, 2016).

3. Procedimentos Metodológicos

Quanto aos objetivos, esta pesquisa é classificada como descritiva, pois, como destacado por Andrade (2005), esse tipo de pesquisa preocupa-se apenas em observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los, sem interferência do pesquisador. Por sua vez, a estratégia empregada foi a pesquisa documental, visto que os dados analisados foram coletados basicamente nas Notas Explicativas e Balanço Patrimonial das empresas componentes da amostra. Quanto à abordagem, a pes-

quisa é de natureza quantitativa, pois o estudo utilizou de métodos quantitativos de estatística descritiva e testes de média.

A amostra do estudo foi composta pelas empresas que compõem a carteira do Índice Bovespa (Ibovespa), de setembro a dezembro de 2017, que contém 56 empresas, sendo coletados dados anuais referentes a 2016. A amostra é justificada por esse índice representar o indicador do desempenho médio das cotações dos ativos de maior negociabilidade e representatividade do mercado de ações brasileiro (B3, 2017). Foi necessária a exclusão de sete empresas que não apresentaram valor de ativo imobilizado no ano de 2016, resultando em 49 empresas analisadas.

Na primeira parte da análise de dados, foi realizada verificação documental por meio do Balanço Patrimonial e de Notas Explicativas que foram coletadas no *site* da B3. Para verificar se as empresas estão atendendo ao que é pedido no CPC 27, foi utilizado o *check list* mostrado na Tabela 1, que contém 17 quesitos acerca dos ativos imobilizados

Tabela 1 - *Check list* para verificação do nível de evidenciação conforme o CPC 27

Bloco 1 – Classe de ativos	1	Os critérios de mensuração utilizados para determinar o valor contábil bruto
	2	Os métodos de depreciação utilizados
	3	As vidas úteis ou as taxas de depreciação utilizadas
	4	O valor contábil bruto e a depreciação acumulada (mais as perdas por redução ao valor recuperáveis acumuladas) no início e no final do período
Bloco 2 – Conciliação do valor contábil no início e no final do período demonstrado	5	Adições
	6	Ativos mantidos para venda em ac/orde com PT CPC 31
	7	Aquisições por meio de combinações de negócios
	8	Aumento ou reduções decorrentes de reavaliações e perdas em acordo com CPC 01
	9	Provisão para perdas de ativos
	10	Reversão de perdas por redução ao valor recuperável de ativos
	11	Depreciações
	12	Variações Cambiais
	13	Outras Alterações
Bloco 3 – Outras divulgações gerais	14	A existência e os valores contábeis de ativos cuja titularidade é restrita, como os ativos imobilizados formalmente ou na essência oferecidos como garantia de obrigações e os adquiridos mediante operação de <i>leasing</i> conforme o Pronunciamento Técnico CPC 06
	15	O valor dos gastos reconhecidos no valor contábil de um item do ativo imobilizado durante a sua construção
Bloco 4 – Outras divulgações quanto à seleção do método de depreciação	16	A depreciação quer reconhecida no resultado, quer como parte do custo de outros ativos, durante o período
	17	A depreciação acumulada no final do período.

Fonte: adaptado de Kaveski, Carpes e Klann (2015, p. 39).

que as empresas devem divulgar em suas demonstrações contábeis.

Na avaliação do *check list*, foi atribuída nota 0 para cada quesito que a empresa não houver divulgado ou tiver divulgado parcialmente nas demonstrações contábeis e nota 1 para cada quesito divulgado de forma completa. Foi considerado, ainda, que nas vezes em que o item não tiver ocorrido, a empresa deve divulgar que determinado quesito não ocorreu naquele período. Nesses casos, a nota atribuída foi 1. A pontuação final da evidênciação de cada empresa foi a soma das notas dos 17 quesitos. Na segunda parte do trabalho, foram aplicados os métodos estatísticos. A coleta das variáveis foi realizada na base de dados do Economática®, exceto o nível de Governança Corporativa, que foi retirado do *site* da B3.

Em seguida, foram estimados os testes de média para comparar se o nível de evidênciação do ativo imobilizado, encontrado por meio da análise documental, é distinto de acordo com as variáveis destacadas na Tabela 2. Primeiramente, para a realização do teste de Médias, dividiram-se as empresas analisadas em dois grupos distintos. A divisão dos grupos estabele-

ce o grupo 1 representando firmas com baixa adesão aos quesitos do CPC 27 e o segundo grupo contém as empresas que tiveram taxa média a alta de adesão ao pronunciamento em questão. Além disso, buscou-se distribuir as firmas de forma a ter a menor dispersão possível em cada um dos grupos, resultando na seguinte forma:

Grupo 1: empresas que evidenciaram de 0 a 10 quesitos

Grupo 2: empresas que evidenciaram de 11 até os 17 quesitos possíveis.

Em seguida, procedeu-se ao teste de Assimetria-Curtose para testar a normalidade dos resíduos. Dessa forma, esse teste assume como hipótese nula (H_0) que os resíduos apresentam distribuição normal e como hipótese alternativa (H_1) que os resíduos não apresentam distribuição normal. Após a realização do teste de normalidade, há dois caminhos a serem seguidos. Em casos que houve normalidade dos resíduos, realizaram-se testes Paramétricos, enquanto que, para os casos em que os resíduos não apresentaram distribuição normal, aplicaram-se testes não Paramétricos. Para os testes Paramétricos, é necessário realizar ainda o teste de variâncias, que assume como hipótese

nula (H_0) que a variância dos dados é igual estatisticamente para, então, realizar o teste de Médias adequado à amostra, seja ele para variâncias iguais ou variâncias distintas. Por outro lado, para os testes não Paramétricos, utilizou-se o teste de *Mann-Whiney*.

Os testes de Médias têm como hipóteses:

H_0 = a média dos grupos é igual estatisticamente.

H_0 = a média dos grupos é diferente estatisticamente.

4. Análise e Discussão dos Resultados

4.1. Nível de Evidênciação do Ativo Imobilizado

Para fazer a avaliação da adequabilidade das empresas às normas do CPC 27, realizou-se análise documental por meio do *check list* mostrado na metodologia deste estudo. Os Gráficos 1 e 2 realçam a evidênciação dos quesitos totais relativos ao Ativo Imobilizado e de cada um deles separadamente pelas firmas que compõem o Índice Bovespa, respectivamente.

A quantidade de quesitos evidenciados encontra-se dentro do intervalo de 0 a 14 quesitos, como mostra-

Tabela 2 - Variáveis e *proxies* analisadas nos modelos de teste de média

Dados	Variáveis	Proxies
Variável Principal	Nível de Evidênciação (N_EVID)	Soma da pontuação de cada quesito apontado pelo CPC 27 onde atribui-se nota 0 para cada quesito que a empresa não divulgou ou divulgou parcialmente e nota 1 para cada quesito divulgado de forma completa, admitindo nota máxima total de 17 pontos.
Variáveis Testadas	Rentabilidade do Ativo Total (ROA)	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total Médio}^*}$
	Tamanho (TAM)	Logaritmo natural do Ativo Total
	Endividamento Total (END)	$\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}{\text{Ativo Total}}$
	Ativo Imobilizado	Ativo Imobilizado
	Governança Corporativa (GOV)	0 – A empresa não está classificada em um dos níveis de governança corporativa da B3. 1 – A empresa está classificada em um dos níveis de governança corporativa da B3.

*Ativo Total Médio =
$$\frac{\text{Ativo Total}_{\text{Ano analisado}} - \text{Ativo Total}_{\text{Ano anterior}}}{2}$$

Fonte: elaborada pelos autores com base em Kaveski, Carpes e Klann (2015).

do pelo Gráfico 1. Ou seja, nenhuma das 49 empresas analisadas evidenciou o valor máximo de 17 quesitos e, conseqüentemente, nenhuma firma apresentou evidenciação completa do Ativo Imobilizado conforme disposto no CPC 27. Percebe-se também que houve maior concentração de empresas que evidenciaram acima de 11 quesitos. Logo, o Grupo 1 – empresas que evidenciaram de 0 a 10 quesitos – foi composto por 18 empresas (36,7%) e, o Grupo 2 – empresas que evidenciaram de 11 a 17 quesitos – alcançou o valor de 31 empresas (63,3%). Quanto à maior frequência que foi evidenciada, destaca-se o total de 11 quesitos com 18,4% do número de firmas analisadas.

O Gráfico 2 exhibe a quantidade de quesitos evidenciados e a frequência que cada um dos quesitos foi observado. Verificou-se que houve um total de 519 aparições dos quesitos, sendo o quesito 4 – valor contábil bruto e a depreciação acumulada (mais as perdas por redução ao valor recuperáveis acumuladas) no início e no final do período – o que obteve maior número de achados com evidenciação feita por, aproximadamente, 96% das empresas da amostra. Por outro lado, o quesito 6 (ativos mantidos para venda em acordo com PT CPC 31) e o quesito 7 (aquisições por meio de combinações de negócios) foram os menos evidenciados pelas empresas do Ibovespa, resultando no percentual de 14,3% de aparições, cada.

Sobre a evidenciação das empresas isoladamente, as seis empresas que obtiveram 14 quesitos atendidos foram: Vale, Sabesp, Pão de Açúcar, Hypermarcas, Banco do Brasil e Ambev. Destaca-se, também, que duas empresas, apesar de apresentarem números referentes à ativo imobilizado, em seu Balanço Patrimonial, não evidenciaram nenhum dos quesitos tratados na pesquisa, sendo elas a Bradespar e a BR Malls Participações. Entre as empresas que atenderam ao

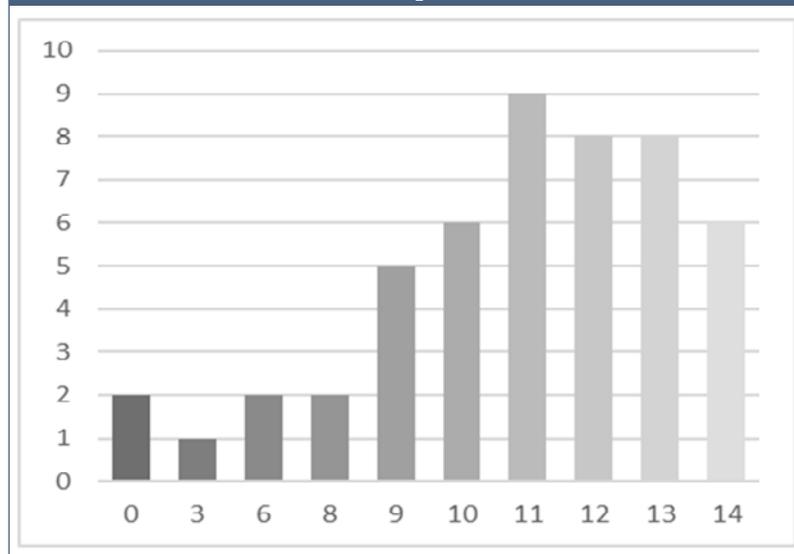
menos um dos requisitos, a Equatorial destacou-se de forma negativa, sendo a que menos evidenciou, resultando em três quesitos, apenas.

4.2. Estatística Descritiva

As Tabelas 3 e 4 contêm as medidas de estatística descritiva das vari-

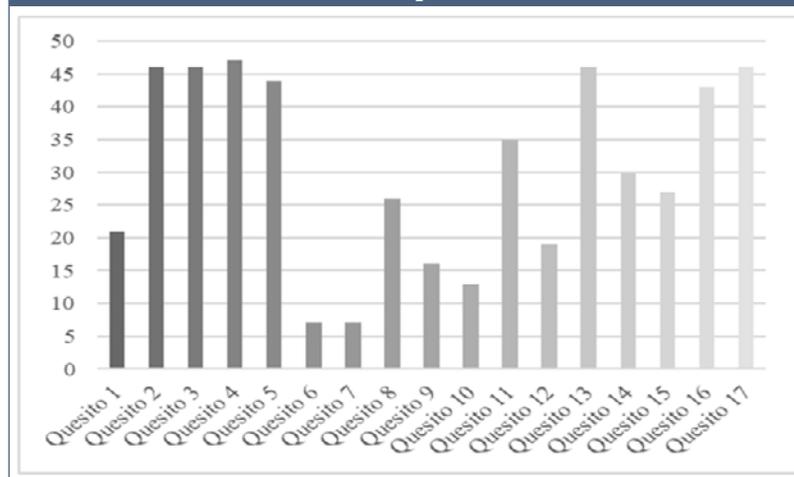
áveis utilizadas nos testes de média, sendo a primeira referente ao Grupo 1 (firmas com evidenciação de 0 a 10 quesitos) e a segunda do Grupo 2 (firmas com evidenciação a partir de 11 quesitos). Por se tratar de um estudo que se utiliza de testes de Média em busca de provar as hipóteses

Gráfico 1 – Evidenciação total de quesitos relativos ao Ativo Imobilizado evidenciados pelas empresas componentes do Índice Bovespa em 2016



Fonte: dados da pesquisa

Gráfico 2 – Evidenciação de cada um dos 17 quesitos relativos ao Ativo Imobilizado evidenciados pelas empresas componentes do Índice Bovespa em 2016



Fonte: dados da pesquisa

dispostas na introdução deste trabalho, é esperado que o Grupo 2, por se tratar das empresas que tem maior evidencição dos ativos imobilizados, quando comparado aos valores do Grupo 1, encontre valores mais elevados para as variáveis tratadas: rentabilidade, tamanho da empresa, tamanho do ativo imobilizado, endividamento e governança corporativa.

Realizando análise comparativa entre a estatística descritiva dos dois grupos, percebe-se que apenas o nível de governança corporativa não conseguiu cumprir o esperado, já que a média do Grupo 1 foi superior à do Grupo 2, visto que 94,4% das firmas componentes do Grupo 1 estão classificadas em algum dos níveis de governança corporativa propostos pela B3, enquanto que no Grupo 2 o percentual é menor (90,3%). Quanto ao desvio-padrão, ROA, tamanho da empresa e endividamento obtiveram valor maior para o Grupo 1, enquanto que ativo imobilizado e governança corporativa alcançaram maior valor para o Grupo 2, mostrando que o ROA, o tamanho da empresa e o endividamento do Grupo 1 têm valores mais dispersos que os do Grupo 2. Já para ativo imobilizado e governança corporativa, é o Grupo 2 que tem valores mais dispersos da média.

4.3. Teste de Médias

Como primeira etapa do teste de Médias, realizou-se o teste de Normalidade dos Resíduos. Para decisão de rejeição ou não rejeição da H_0 , consideraram-se 5% de significância. A Tabela 5 realça seus resultados. Observou-se que, as variáveis “endividamento total” e “ativo imobilizado” obtiveram distribuição normal e rentabilidade do ativo (ROA), tamanho da empresa e governança corporativa não apresentaram normalidade dos resíduos. Logo, para estas foram realizados testes não Paramétricos, enquanto que, para aquelas, procederam-se a testes paramétricos.

Os resultados dos passos seguintes da aplicação dos testes de Média Paramétricos para endividamento total e ativo imobilizado encontram-se

na Tabela 6, e os resultados dos testes não Paramétricos para ROA, tamanho da empresa e governança corporativa foram evidenciados na Tabela 7.

Tabela 3 – Estatística descritiva das variáveis para o Grupo 1 – empresas que evidenciaram 0 a 10 quesitos

Variável	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Rentabilidade do Ativo Total (ROA)	0,032	0,149	-0,482	0,181
Tamanho da Empresa	16,615	1,658	14,220	20,802
Endividamento	0,391	0,264	0,426	0,923
Ativo Imobilizado	10,419	3,536	2,197	15,614
Governança Corporativa	0,944	0,236	0	1

Fonte: elaborada pelos autores com dados retirados do STATA ®.

Tabela 4 – Estatística descritiva das variáveis para o Grupo 2 – empresas que evidenciaram 11 a 17 quesitos

Variável	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Rentabilidade do Ativo Total (ROA)	0,048	0,076	-0,115	0,270
Tamanho da Empresa	17,224	1,414	15,064	21,133
Endividamento	0,531	0,246	0,036	0,949
Ativo Imobilizado	13,462	4,092	3,761	19,867
Governança Corporativa	0,903	0,301	0	1

Fonte: elaborada pelos autores com dados retirados do STATA ®.

Tabela 5 - Resultados teste de normalidade dos resíduos

Variável e Grupo	Valor-p	Resultado do Teste
ROA – Grupo 1	0,0001	Rejeita-se H_0 : Não normal
ROA – Grupo 2	0,1040	Não rejeita-se H_0 : Normal
Tamanho – Grupo 1	0,0097	Rejeita-se H_0 : Não normal
Tamanho – Grupo 2	0,0433	Rejeita-se H_0 : Não normal
Endividamento total – Grupo 1	0,3664	Não rejeita-se H_0 : Normal
Endividamento total – Grupo 2	0,7955	Não rejeita-se H_0 : Normal
Ativo Imobilizado – Grupo 1	0,5397	Não rejeita-se H_0 : Normal
Ativo Imobilizado – Grupo 2	0,0583	Não rejeita-se H_0 : Normal
Governança Corporativa – Grupo 1	0,0000	Rejeita-se H_0 : Não normal
Governança Corporativa – Grupo 2	0,0000	Rejeita-se H_0 : Não normal

Fonte: dados da pesquisa.

Tabela 6 - Resultados testes de média paramétricos

Variável	Valor-p do Teste de variância	Resultado do Teste de variância	Tipo de Teste de Média	Valor-p Teste de média
Endividamento total	0,7152	Não rejeita-se H_0	Variâncias equivalentes	0,0668*
Ativo Imobilizado	0,5332	Não rejeita-se H_0	Variâncias equivalentes	0,0114**

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 7 - Resultados testes de média não-paramétricos (Teste de Mann-Whitney)

Variável	Valor-p
ROA	0,5203
Tamanho	0,0538*
Governança Corporativa	0,6151

Fonte: dados da pesquisa.

Conforme os resultados mostraram nas Tabelas 6 e 7 que o tamanho do ativo imobilizado foi significativo ao nível de 5%, e tamanho da empresa e endividamento total são significativos estatisticamente ao nível de 10% de significância.

Quanto ao tamanho da empresa, entende-se que a sua significância se deve ao fato de empresas de maior porte terem mais exigências, como controles de preços e maiores impostos corporativos, do que as de menor porte (WALLACE; NASER, 1995). A aceitação da hipótese 2 - firmas que têm maior evidência dos ativos imobilizados tendem a ser de porte mais elevado - é contraditória ao trabalho de Kaveski, Carpes e Klann (2015), pois este não encontrou resultado significativo para o tamanho da empresa, mas corrobora os achados de Hossain (2008) e Zonatto et al. (2011), que encontraram relação significativamente positiva entre o tamanho da empresa e a evidência total da empresa, que engloba a evidência referente ao Ativo Imobilizado.

Em relação ao endividamento da empresa, o trabalho de Zonatto et al. (2011), que trata da evidência agregada da firma, também encontrou relação entre endividamento da empresa e evidência. Por outro lado, Zaveski, Carpes e

Klann (2015) não obtiveram o mesmo resultado. Uma explicação possível para a aceitação da hipótese 3 - empresas com nível de evidência dos ativos imobilizados alto tendem a estarem mais endividadas - é relacionada ao fato já comprovado por Zonatto et al. (2011) que empresas com maior endividamento tendem a ter maior evidência, não necessariamente só do ativo imobilizado, visto que necessitam de maior detalhamento de informações para apresentarem aos ofertantes de crédito.

No tocante à significância do tamanho do ativo imobilizado, esse resultado pode ser explicado devido ao fato de empresas que apresentam maiores valores de ativo imobilizado terem mais informações a serem divulgadas. Dessa forma, a hipótese 4 deste estudo, que afirma que firmas que evidenciam mais quesitos acerca do ativo imobilizado tendem a apresentar maior investimento em ativos imobilizados, foi aceita. Esse resultado apoia o trabalho de Kaveski, Carpes e Klann (2015), que também encontrou relação positiva entre o nível de evidência do ativo imobilizado e o próprio valor do ativo imobilizado.

Por fim, a rentabilidade e o nível de governança corporativa não encontraram significância estatís-

tica, contrariando as hipóteses 1 e 5, que afirmam que empresas com maior evidência do ativo imobilizado tendem a ser mais rentáveis e ter nível mais elevado de governança corporativa. Quanto à rentabilidade, uma explicação para não ter encontrado relação com a evidência do ativo imobilizado pode ser referente à *proxie* escolhida para medir esse indicador, que foi a rentabilidade total da empresa. Sugere-se que, em novos trabalhos sobre o tema, a rentabilidade seja considerada em relação ao ativo imobilizado, apenas. Em relação ao nível de governança corporativa, a maior parte das firmas que compuseram a amostra faz parte de algum dos três níveis de governança corporativa da B3. Assim, o baixo número de empresas que não aderiram a algum dos níveis de governança corporativa pode ter implicado o modelo de não conseguir captar diferenças para esse fator.

5. Considerações Finais

O tema "evidência contábil" é importante por permitir aos diversos usuários maior proximidade dos dados internos de uma empresa. Uma das evidências mais

“No tocante à significância do tamanho do ativo imobilizado, esse resultado pode ser explicado devido ao fato de empresas que apresentam maiores valores de ativo imobilizado terem mais informações a serem divulgadas.”

importantes de uma empresa é a evidenciação do ativo imobilizado, visto que essa conta, em grande parte das empresas, representa um alto valor dos seus ativos já que abrange grande parte dos investimentos. Dessa forma, este estudo teve como objetivo identificar os indicadores dos resultados obtidos por empresas componentes do Índice Ibovespa da B3 que têm relação com a evidenciação de informações sobre o ativo imobilizado.

Os resultados apontaram que, nessa amostra, as empresas não estão seguindo os quesitos exigidos pelo CPC 27 de forma completa, visto que nenhuma das companhias analisadas evidenciou o total de 17 quesitos. As firmas que mais evidenciaram, divulgaram 82,35% das informações reivindicadas por esse pronunciamento. Dessa forma, concluiu-se que a maioria das empresas do Ibovespa fazem divulgação apenas parcial dos itens exigidos para a evidenciação do ativo imobilizado

e há a necessidade de melhoria na evidenciação dessas informações.

Além disso, os resultados indicaram que o valor do ativo imobilizado, o tamanho e o endividamento da empresa têm diferença significativa estatística entre as médias sobre o nível de evidenciação do ativo imobilizado, comprovando as hipóteses 2: firmas que têm maior evidenciação dos ativos imobilizados tendem a ser de porte mais elevado; 4: firmas que evidenciam mais quesitos acerca do ativo imobilizado tendem a apresentar maior investimento em ativos imobilizados e; 3: empresas com nível de evidenciação dos ativos imobilizados alto tendem a estarem mais endividadas. Já para a não significância das outras variáveis, há grande possibilidade de estar sujeita ao reduzido número de empresas componentes do índice Ibovespa e, além disso, ainda foram excluídas empresas por não apresentarem ativo imobilizado em 2016 ou dados suficientes para a análise.

Como limitação do estudo, destacam-se dois pontos principais. O primeiro deles é a aplicação de análise documental por meio de *check list*, visto que esse método depende da interpretação pessoal do pesquisador ao atendimento, ou não, de um quesito, podendo levar a erros de classificação do quesito. O segundo deles é o fato de ter reduzido número de observações componentes da amostra devido à pequena quantidade de empresas componentes do Índice Ibovespa (apenas 56) e ainda foram excluídas sete firmas por não apresentarem valores na conta ativo imobilizado ou dados suficientes para a análise, totalizando 49 empresas. Como sugestão para futuras pesquisas, recomenda-se a ampliação da amostra e do período analisado e a verificação de outras variáveis que podem afetar o nível de evidenciação do ativo imobilizado de uma empresa. Além disso, podem-se utilizar de métodos quantitativos mais robustos em busca de melhores resultados.

6. Referências

ANDRADE, M. M. *Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas*. 5ª edição. São Paulo: Editora Atlas SA, 2005.

AQUINO, W.; SANTANA, A. C. Evidenciação. *Caderno de Estudos-FIPECAFI*, v. 2, n. 5, 1992. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1413-92511992000200002>

AVELINO, B. C.; PINHEIRO, L. E. T.; LAMOUNIER, W. M. Evidenciação de ativos intangíveis: estudo empírico em companhias abertas. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 6, n. 14, p. 22-45, 2012. Doi: <https://doi.org/10.11606/rco.v6i14.45399>

B3. *Índice Bovespa (Ibovespa)*. 2017. Disponível em: http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/indices/indices-amplos/indice-bovespa-ibovespa.htm. Acesso em 02 nov 2017.

BEUREN, I. M. *Gerenciamento da informação: um recurso estratégico no processo de gestão empresarial*. 1998.

BEUREN, I. M.; KLANN, R. C. Análise dos reflexos das divergências entre IFRS e US GAAP na evidenciação contábil de empresas inglesas listadas na LSE. In: *8th Congresso USP Controladoria e Contabilidade*. 2008. p. 1-14. Doi: https://www.researchgate.net/profile/Roberto_Klann/publication/267849592_ANALISE_DOS_REFLEXOS_DAS_DIVERGENCIAS_ENTRE_IFRS_E_US_GAAP_NA_EVIDENCIACAO_CONTABIL_DE_EMPRESAS_INGLESAS_LISTADAS_NA_LSE/nks/5644825d08ae54697fb7b16e.pdf

BRASIL. Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as sociedades por ações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6404consol.htm. Acesso em 01 dez. 2018.

BUENO, A. F. Problemas de disclosure no Brasil: o caso das empresas com ações no exterior. *Caderno de Estudos*, n. 20, p. 01-13, 1999. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-92511999000100002>

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado. *Comitê de Pronunciamentos Contábeis–CPC*, Brasília, DF. 2009. Disponível em: http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/316_CPC_27_rev%2012.pdf

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamentos. *Comitê de Pronunciamentos Contábeis*. 2017. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos>

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. *Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade*, 3 ed, Brasília. 2008. Disponível em: http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Livro_Princípios-e-NBCs.pdf

CUNHA, P. R.; PAMPLONA, S.; BEUREN I. M.; KLANN, R. C. Compliance of the asset control software to the precepts of CPC 27 and ICPC 10. In *International Conference on Information Systems and Technology Management*. 2011.

EUROPEAN UNION PARLIAMENT. *Uniform rules for international accounting standards from 2005 onwards*. European Parliament Daily Notebook, European Union. 2002.

GOULART, A. M. C.; CARVALHO, N. Evidenciação contábil do risco de mercado por instituições financeiras no Brasil. *Revista Contabilidade, Gestão e Governança*, v. 7, n. 1, 2009. Doi: https://cgg-amg.unb.br/index.php/contabil/article/view/180/pdf_70

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BRENDA, M. F. *Teoria da contabilidade*. São Paulo: Atlas. 1999.

HOSSAIN, M. The extent of disclosure in annual reports of banking companies: The case of India. 2008. Doi: https://qspace.qu.edu.qa/bitstream/handle/10576/10429/ejsr_23_4_15.sequence=1&isAllowed=y

IUDÍCIBUS, S. *Teoria da Contabilidade*, 6. São Paulo: Atlas. 2015.

KAVESKI, I.; CARPES, A. M. S.; KLANN, R. C. Determinantes do Nível de Conformidade das Evidenciações Relativas ao CPC 27 em Empresas do Novo Mercado da BM&FBOVESPA. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, v. 14, n. 41, p. 33-45, 2015. Doi: <http://dx.doi.org/10.16930/2237-7662/rccc.v14n41p33-45>

LANZANA, A. P. Relação entre disclosure e governança corporativa das empresas brasileiras. 2004. *Dissertação de Mestrado em Administração*. Universidade de São Paulo. <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-11022005-094807/en.php>

MADEIRA, G. J.; ASSIS, J. L. F.; SILVA, K. B. A. Harmonização de normas contábeis: um estudo sobre as divergências entre normas contábeis internacionais e seus reflexos na contabilidade brasileira. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, v. 1, n. 1, p. 115-139, 2004. Doi: <https://doi.org/10.5007/%25x>

MARQUES, V. A.; CARVALHO, L. F.; AMARAL, H. F.; SILVA, N. C. M.; LOUZADA, L. C. (2016). Análise do nível de evidenciação da depreciação conforme o cpc 27 no período de 2007 a 2014. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, v. 6, n. 2, p. 50-71, 2016. Doi: <http://dx.doi.org/10.18028/2238-5320/rgfc.v6n2p50-71>

MARTINS, E.; GELBCKE, E. R.; SANTOS, A.; IUDÍCIBUS, S. *Manual de contabilidade Societária: aplicável a todas as sociedades*. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

OLIVEIRA, V. A.; LEMES, S. Nível de convergência dos princípios contábeis brasileiros e norte-americanos às normas do IASB: uma contribuição para a adoção das IFRS por empresas brasileiras. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 22, n. 56, p. 155-173, 2011. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1519-70772011000200003>

REZENDE, A. J.; CUSTÓDIO, R. S. Uma análise da evidenciação dos direitos federativos nas demonstrações contábeis dos clubes de futebol brasileiros. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, v. 6, n. 3, 2012. Doi: <https://doi.org/10.17524/repec.v6i3.235>

SILVA, J. S.; SILVA, A. H. C.; LAURENCEL, L. D. C. Nível de evidenciação obrigatória nas empresas de capital aberto: uma análise do CPC 27. *Pensar Contábil*, v. 18, n. 65, 2016. <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/pensarcontabil/article/viewFile/2665/2210>

VIVIANI, S.; BECK, F.; HALL, R. J.; KLANN, R. C. Evidenciação do ativo imobilizado nas empresas do setor de bens industriais da BM&FBovespa. *Enfoque: Reflexão Contábil*, v. 33, n. 3, 2014. Doi: <https://doi.org/10.4025/enfoque.v33i3.21429>

WALLACE, R. S. O.; NASER, K. Firm-specific determinants of the comprehensiveness of mandatory disclosure in the corporate annual reports of firms listed on the stock exchange of Hong Kong. *Journal of Accounting and Public policy*, v. 14, n. 4, p. 311-368, 1995. Doi: [https://doi.org/10.1016/0278-4254\(95\)00042-9](https://doi.org/10.1016/0278-4254(95)00042-9)

WALLACE, R. S. O.; NASER, K.; MORA, A. The relationship between the comprehensiveness of corporate annual reports and firm characteristics in Spain. *Accounting and business research*, v. 25, n. 97, p. 41-53, 1994. Doi: <https://doi.org/10.1080/0014788.1994.9729927>

ZONATTO, V. C. S.; SANTOS, A. C.; RODRIGUES JUNIOR, M. M.; BEZERRA, F. A. Fatores determinantes para a adoção de padrões internacionais de contabilidade no Brasil: uma investigação em empresas públicas e privadas do setor de energia elétrica. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 5, n. 12, p. 26-47, 2011. Doi: <https://doi.org/10.11606/rco.v5i12.34793>



CPC
27

Metodologias de ensino utilizadas no curso de graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal Fluminense (Instituto de Ciências Humanas e Sociais – Volta Redonda)

Estudo da utilização de metodologias ativas no curso de Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal Fluminense (Instituto de Ciências Humanas e Sociais – Volta Redonda)

O objetivo deste estudo é descrever as metodologias de ensino adotadas em sala de aula nas percepções dos discentes do curso de graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal Fluminense (Instituto de Ciências Humanas e Sociais – Volta Redonda). A pesquisa tem abordagem qualitativa caracterizada como exploratório-descritiva. A amostra foi composta por alunos matriculados do 4º ao 8º período do curso de graduação em Ciências Contábeis do ICHS – VR, com a participação espontânea de 49 alunos. Os resultados indicam que a aula expositiva e resolução de exercícios lideram o *ranking*, seguidas de estudo de caso e laboratório, como a metodologia de ensino predominante no ensino da Contabilidade. Ficou evidenciado que o uso de metodologias ativas é relevante no processo de aprendizagem, assim como algumas metodologias classificadas como tradicionais.

Recebido em 1/11/2018. Distribuído em 1/11/2018 e 10/12/2018. Pedido de revisão em 9/1/2019. Resubmetido pelo autor em 16/1/2019. Aprovado em 21/1/2019, na quinta rodada, por três membros do Conselho Editorial. Publicado na edição março-abril de 2019. Organização responsável pelo periódico: Conselho Federal de Contabilidade.

Sarah Rimoli Pires

É bacharela em Ciências Contábeis pela Universidade Federal Fluminense e especialista em Administração Pública.

E-mail: srimolip84@hotmail.com

Thaís da Silva Lemos

É bacharela em Ciências Contábeis pela Universidade Federal Fluminense e professora da rede pública de ensino.

E-mail: thais_lemos@hotmail.com

Julio Candido de Meirelles Junior

Doutor (UFRRJ). Mestre em Ciências Contábeis, Especialista em Docência do Ensino Superior, Especialista em Administração Escolar, Especialista em Auditoria e Contabilidade Financeira, Especialista em Engenharia de Produção, Especialista em Controladoria Financeira, Especialista em Planejamento, Implementação e Gestão da Educação a Distância e graduado em Ciências Contábeis. Professor da Universidade Federal Fluminense. Membro Efetivo Perpétuo da Academia Mineira de Ciências Contábeis. Pesquisador-Líder do Grupo de Pesquisa: Análise de Risco e Controladoria Estratégica (ARCONTE).

E-mail: profjcm@gmail.com

Alessandra dos Santos Simão

Mestre (UFF). Graduação em Administração (UFF) e Ciências Contábeis (UFF); Especialização em Gestão Pública (2014) e Especialização em Planejamento, Implementação e Gestão de EaD (UFF). Atualmente é bolsista - tutora (CEDERJ); Instrutora em Gestão no SENAC, e professora de Contabilidade Gerencial na Fundação Educacional Dom André Arcoverde (FAA). Atuando principalmente nos seguintes temas: Educação à distância, Metodologias de ensino, Estilos de Aprendizagem, Contabilidade Gerencial, Gestão de Custos, Finanças e Gestão de Empreendimentos.

E-mail: ale.ssim@hotmail.com

1. Introdução

O mercado de trabalho tem se tornado cada vez mais competitivo e exige mais conhecimento dos profissionais. Dessa forma, os docentes dos cursos superiores precisam rever as suas metodologias de ensino para atender a tal demanda. Se antes o método primordial de ensino focava na figura do professor como detentor do conhecimento, como uma figura ativa do processo ensino-aprendizagem, hoje despontam novas formas de ensinar e aprender nos cursos superiores, com a proposta de melhoria da qualificação do formando.

Como alternativa ao ensino tradicional – em que o professor é o agente ativo e o aluno o agente passivo –, emergem as metodologias ativas de ensino que colocam o discente no cerne das discussões acadêmicas, em que deve construir o seu conhecimento amparado pelo professor.

Entender a dinâmica das metodologias de ensino existentes e a eficiência de cada uma delas dentro do curso de Ciências Contábeis, acabando por valorizar ramificações específicas da Contabilidade, como menciona Ribeiro (2013), irá contribuir para a evolução da forma como o conhecimento é transmitido a fim de permitir, cada vez mais, uma melhora na formação do profissional da contabilidade.

Tendo isso em vista, este artigo tem como objetivo descrever as metodologias de ensino adotadas em sala de aula nas percepções dos dis-

centes do curso de graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal Fluminense (Instituto De Ciências Humanas e Sociais – Volta Redonda). O artigo está estruturado em cinco capítulos. A parte que segue contém a fundamentação teórica, seguida dos procedimentos metodológicos. Por fim, são apresentados e analisados os dados, as conclusões e as referências utilizadas na pesquisa.

2. Referencial Teórico

2.1 O Início da Metodologia Ativa em Contabilidade: estudos anteriores

A visão tecnicista da educação foi desafiada segundo Lima (2017), em um primeiro momento, na Idade Moderna, por pensadores renascentistas e iluministas, como Rousseau. À medida que a sociedade contemporânea foi se alterando e necessitando de pessoas capazes de tomadas de decisão, houve modificações nesse modelo, e Vygotsky (1989) deixa isso claro ao afirmar que o estudo da natureza humana era uma questão filosófica até a segunda metade do século XIX. Novamente, Lima (2017) remonta aos primórdios do uso de metodologias ativas (MA) na educação formal, no movimento escolanovista, e reforça o desenvolvimento de diversas MAs, que proporcionam maior engajamento dos alunos, além de favorecer a capacidade crítica e reflexiva.

Nos anos seguintes, já existem estudos sobre o assunto, bem como sua utilização por professores nas primeiras instituições no Brasil e, entre eles Marion (1992), que evidenciava a MA como um processo de interação aluno professor, encorajando o estudante a aprender de forma descontraída.

Nos anos subsequentes, Gomes (2006) enfatizava que na MA o professor deixa

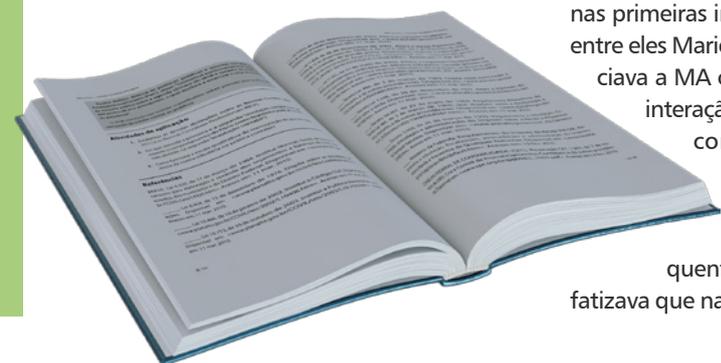
de ser um mero palestrante e interage com a turma. Neste mesmo viés, Barbosa e Moura (2013) evidenciavam que a MA estimula a construir o conhecimento em vez de receber do professor em um ambiente de aprendizagem contextualizado.

A academia tem se preocupado com o assunto e observa-se uma gama de estudos recentes, como os de Neves Junior e Rocha (2010) com a pesquisa metodologia de Ensino em Contabilidade: uma análise sob a Ótica dos Estilos de Aprendizagem. A seguir, o Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro publica a obra de Gomes (2013), métodos de ensino em cursos superiores de Ciências Contábeis; Cittadin et al. (2015) publica um estudo enfatizando o uso de metodologias ativas no ensino da Contabilidade de Custos; e Manuel et al. (2016) traz uma valiosa contribuição com a pesquisa intitulada “Metodologias de Ensino em Contabilidade: percepção de discentes brasileiros e angolanos”. Diesel (2017) contribui com os princípios das metodologias ativas de ensino: uma abordagem teórica.

Com uma busca simples nos periódicos Capes/Mec (2019), utilizando o termo de busca metodologia ativa, Ciências Contábeis e desempenho acadêmico, foram encontrados 125 artigos com o mesmo viés e preocupação com as metodologias de ensino, que proporcionam material para os professores refletirem sobre o tema e aprimorem os seus métodos de ensino/aprendizagem.

2.2 O Processo Ensino – Aprendizagem

Albuquerque (2010), Lima (2016) e Freitas (2016) têm discorrido acerca do processo de ensino e de aprendizagem, vendo estes como processos interligados e interdependentes, nos quais há a participação do professor – que deve elaborar um método e planejamento para propiciar a construção do conhecimento



do aluno e do próprio aluno como parte ativa dessa interação.

Mendes (2000) discorre sobre a impossibilidade de imaginar as atividades de “ensinar” e “aprender” em separado e que não existe uma teoria de ensino que não suponha uma teoria de aprendizagem. Assim, faz-se necessário existir uma relação aluno/professor que torne o processo de aprendizagem eficaz como diz Albuquerque (2010):

Estabelecendo uma concordância com os reais interesses educativos dos estudantes e assegurando a aplicabilidade de uma efetiva mistura são de habilidades e características (baseada nas necessidades e aptidões dos estudantes), os professores têm de ter a certeza que possuem um impacto eficaz na motivação dos seus alunos pautado por um bom relacionamento. (ALBUQUERQUE, 2010, p. 70).

Para Sá e Moura (2008), o processo de ensino e aprendizagem também é construído em conjunto, com envolvimento e compromisso entre professor e aluno, não sendo um processo unilateral – devendo o professor se empenhar no planejamento e na condução do conteúdo e o aluno dedicar-se à realização das atividades e à participação em sala.

Kubo e Batomé (2001) afirmam que o processo ensino - aprendizagem é um nome dado para um complexo sistema de interações comportamentais entre professores e alunos. Esses autores apontam que, embora se usem os termos “ensino” e “aprendizagem” como se fossem elementos distintos, raramente fica claro que essas palavras se referem a um processo e, não, a coisas estáticas ou fixas, não podendo, assim, ocorrer separadamente, de forma independente. Assim, segundo os autores, ensinar define-se por obter a aprendizagem do aluno e, não, pela intenção do professor. Sendo assim, ensinar é o nome da relação entre o que um professor faz e a aprendizagem do aluno, não havendo a possibilidade de que o ensino seja efetivo sem que haja a aprendizagem.

Santos (2015) afirma que mesmo que o processo ensino-aprendizagem esteja centrado no binômio professor/aluno, há de se considerar diversas variáveis que envolvem essa dinâmica, como o comportamento do docente, objetivos do curso e/ou disciplina, avaliação, conteúdos a serem trabalhados, de modo que “as estratégias adotadas devem estar contextualizadas para mobilizar as operações mentais desejáveis e adequadas aos diferentes

momentos” (SANTOS, 2015) e para se adequar à melhor metodologia para cada disciplina.

Portanto, o modelo tradicional de ensino, que enxerga o conhecimento como uma via de mão única, que vai do professor ao aluno, precisa ser repensado, aprimorado ou trocado por outro sistema que coloque na aprendizagem do aluno a conclusão exigida desse processo.

Mizukami (1986) já afirmava que “a ênfase desse processo é dada na sala de aula, onde os alunos são instruídos e ensinados pelo professor” (MIZUKAMI, 1986). A autora faz uma crítica ao modelo tradicional de ensino, que consistiria na aquisição de informações transmitidas de uma forma que propiciaria a formação de reações estereotipadas, aplicáveis quase que somente às situações idênticas às que foram adquiridas, e o aluno poderia apresentar com frequência uma compreensão apenas parcial.

Em concordância com esse pensamento Mitre et. al. (2008) defendem que, nesse modelo tradicional, o docente assume o papel de transmissor do conteúdo e o discente se limita a absorver o que lhe foi passado, cabendo apenas a repetição em uma atitude passiva e receptiva, como um mero expectador do seu próprio saber sem o desenvolvimento da crítica e reflexão.

“Entender a dinâmica das metodologias de ensino existentes e a eficiência de cada uma delas dentro do curso de Ciências Contábeis, acabando por valorizar ramificações específicas da Contabilidade, como menciona Ribeiro (2013), irá contribuir para a evolução da forma como o conhecimento é transmitido a fim de permitir, cada vez mais, uma melhora na formação do profissional da contabilidade.”

O docente precisa de constante atualização quanto à sua metodologia de ensino, para que aproxime a realidade acadêmica atual da que o mercado exige na formação de um profissional de qualidade, atenta Araújo (2014).

Sendo assim, é necessário que haja uma discussão quanto aos métodos de ensino que sejam realmente eficazes na construção do conhecimento e na formação do pensamento crítico pelo aprendiz.

2.3 Metodologias de Ensino

Metodologia vem do latim *methodus*, cujo significado enfatiza a via ou caminho para a realização de algo. Portanto, a metodologia acaba por incorrer em uma sistematização e comparação entre métodos lógicos ou científicos para verificar qual o mais apropriado para a construção do conhecimento. A sistematização é a ordenação de ações em cadeias que buscam intencionalmente determinadas finalidades, logo a metodologia aplicada ao ensino busca a ordenação articulada de diversos elementos para a realização dos objetivos educacionais preconizados por aqueles que buscam a formação em uma área do conhecimento (RANGEL, 2005).

Neves Junior e Rocha (2010) afirmam que a metodologia de ensino é toda estrutura diversa de abordagens e procedimentos didáticos que o professor utiliza para levar o aluno a produzir conhecimento, alcançando, assim, os objetivos do ensino.

Para Madureira et. al. (2011), os métodos de ensino são aqueles em que os professores organizam as atividades de ensino, com a finalidade de que os alunos possam atingir seus objetivos em relação a um conteúdo transmitido, tendo como objetivos, a fixação do conhecimento e o desenvolvimento da capacidade cognitiva de seus alunos.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB, 1996), Lei n.º

9394/1996, que formula os objetivos de cada etapa do ensino, o Ensino Fundamental visa principalmente o desenvolvimento da capacidade de aprender, a compreensão do ambiente natural e social e o fortalecimento dos vínculos de família; o Ensino Médio tem por objetivo a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos e a preparação básica para o trabalho e a cidadania, incluindo a formação ética. No entanto, o Ensino Superior se distingue do Ensino Fundamental e do Ensino Médio por ter uma ênfase mais ligada à formação especializada, pois, ainda de acordo com a LDB, o Ensino Superior objetiva estimular a criação cultural, formar diplomados, incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica e entre outros, a formação e a capacitação de profissionais.

Entre os métodos mais correntemente utilizados e deflagrados em todas as etapas e sistemas de ensino, mas especialmente difundido e mais amplamente utilizado no Ensino Superior do que nas outras etapas de ensino, está o método tradicional, em que o professor é o sujeito ativo e o aluno receptor do conhecimento, normalmente por meio de uma aula expositiva e teórica. Assim, o professor é considerado o detentor do conhecimento, devendo repassar as informações sobre o assunto aos alunos e estes, por sua vez, devem memorizar e repetir o que lhes foi ensinado (PINHO et.al. 2010; KRÜGER; ENSSLIN, 2013; BORGES; ALENCAR, 2014). Ou seja, nesse método, o ensino é centrado no professor e os alunos atuam apenas como espectadores, assimilando as informações obtidas de forma passiva.

Para Krüger e Ensslin (2013), a vantagem do método tradicional é o professor ter o controle sobre o que será ensinado, por ser o centro do aprendizado, mas possui como desvantagem o fato de os alunos assi-

milarem apenas o que é passado pelo professor não desenvolvendo, assim, seu pensamento crítico e, também, pelo fato de tornar difícil a explicação prática por meio de aulas expositivas.

Contrapondo-se a essa visão, temos as metodologias ativas de ensino em que a ênfase está nos educandos, transformando-os em agentes de seu próprio aprendizado, estimulando a reflexão e crítica e centrando o processo no aluno. Essa é a base da metodologia ativa, também chamada de construtivista. (DIESEL; BALDEZ; MARTINS, 2017).

Esse método é baseado nas teorias psicológicas de Jean Piaget e Lev Vygotsky, que tiveram parte de seus estudos focados no processo de construção do conhecimento. Para Piaget, o conhecimento ocorre quando há uma interação entre o aluno e o objeto de estudo, sendo o aluno levado a aprender a partir de pesquisas. Sendo assim, o aluno passa a ter um papel ativo no processo descentralizando o papel do professor (KRUGER; ENSSLIN, 2013; COGO, 2006).

Já Vygotsky (1989) aponta que o meio no qual o sujeito está inserido influencia o seu processo de aprendizagem. Para ele, as interações sociais são de extrema importância para a aprendizagem. Vygotsky criou o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), que representa a distância entre o nível atual de resolver problemas individualmente e o nível de desenvolvimento potencial, que é determinado por meio da resolução de situações/problemas sob a orientação de outras pessoas (que podem ser os professores ou pares mais capazes). Nesse sentido, não se deve esperar o conhecimento chegar até o aluno e, sim, levá-lo até ele com pistas e direcionamentos para que o próprio aluno resolva determinado problema (PINHO, 2010; KRUGER; ENSSLIN, 2013).



Outro autor de grande relevância no que diz respeito aos métodos educacionais é o educador Paulo Freire. Chiarella et al. (2015) afirmam que a teoria do autor se baseia na impossibilidade de separar os contextos de aprendizagem da história de vida na formação do sujeito, que ocorre por meio do diálogo entre alunos e professores. Para ele, alunos e professores são transformados no processo educativo e aprendem ao mesmo tempo que ensinam, e que a educação problematizadora busca estimular a consciência crítica e uma postura ativa de alunos e professores no processo de ensino e aprendizagem (BERBEL, 2011; CHIARELLA et al., 2015).

Neves Júnior e Rocha (2010) sintetizaram os diferentes métodos

de ensino e suas respectivas caracterizações e fizeram a comparação desses métodos (Quadro 1).

2.4 Metodologia ativa de ensino e sua importância no Ensino Superior

A Legislação Nacional da Educação aponta, entre outros assuntos, no Art. 43, que a Educação Superior tem como finalidade estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito e do pensamento reflexivo (BRASIL, 1996).

Sob essa perspectiva, o método de aprendizagem ativa, em oposição ao modelo de ensino tradicional centrado na figura do professor, faz com que o aluno assuma uma postura proativa na qual ele se vê capaz de solucionar problemas, desenvolver projetos e, assim,

criar oportunidades para a construção de seu conhecimento (VALENTE, 2014).

Borges e Alencar (2014) descrevem as Metodologias Ativas como formas de desenvolver o processo de aprender que os professores usam na intenção de levar a uma formação crítica de futuros profissionais, considerando que a utilização dessas metodologias pode favorecer a autonomia do aluno. Esses autores afirmam também que é de extrema necessidade que o professor participe do processo de repensar a construção do conhecimento, na qual a mediação e a interação são pressupostos essenciais para que a aprendizagem aconteça.

Barbosa e Moura (2013) apontam que nesse ambiente o professor é o orientador e facilitador do

Quadro 1 – Metodologias de ensino

Método	Características	Vantagens	Limitações
Aula Expositiva	Linguagem oral utilizada pelo professor com o objetivo de transmitir informações logicamente estruturadas.	Permite apresentar visão global dos assuntos; motivar os alunos; transmitir experiências; flexibilidade.	Parte das ideias apresentadas não é retida pelos alunos; se o professor não possuir boa expressão verbal, conhecimentos sobre o assunto e capacidade de síntese, o resultado pode não ser proveitoso para o aluno.
Seminário	Levar o aluno a pesquisar sobre determinado tema, apresentá-lo e discuti-lo cientificamente.	Aprendizagem ativa. Cria oportunidades para discussão.	Dificuldade dos alunos em aceitar críticas; desinteresse pelo assunto, congelando as discussões.
Excursões ou visitas (estudo do meio)	Visita a indústria, escritório, bolsa de valores, órgãos de classes, empresas, associações.	Proporciona um entendimento maior da informação. Desperta interesse e curiosidade	Se o local não possuir estrutura e monitores capacitados, os alunos podem não demonstrar interesse.
Dissertações ou resumos	Busca obter a interpretação e a avaliação dos alunos sobre assuntos já tratados ou de forma prévia daqueles que serão abordados.	Comparar assunto escrito por autores diferentes; introdução a pesquisa de forma científica.	Dificuldade de acesso a bibliografia; indisponibilidade de tempo dos alunos e dos professores para corrigir e emitir feedbacks.
Estudo dirigido ou aulas orientadas	Orientação aos alunos do estudo aprofundado de determinado conteúdo.	Propicia o aluno a caminhar por si mesmo conforme seu próprio ritmo.	A escolha de textos que não refletem a realidade do aluno pode dificultar o estudo.
Jogos de empresas	Simulação que permite ao aluno aprender em uma realidade empresarial imitada.	Aulas estimulantes; desenvolvimento da capacidade para tomar decisões; visão moderna do processo empresarial.	Falta de estrutura física adequada; exigência de maior tempo para as atividades; falta de preparo dos professores.
Estudo de caso	Apresentar fatos de situações ocorridas em empresas com vista à sua análise pelos alunos.	Compreensão dos problemas em situações práticas; utilização de conceitos na resolução dos casos.	Timidez dos alunos e receio em se expor; respostas incorretas podem gerar medo no grupo.
Laboratórios e oficinas	Aula desenvolvida em laboratórios com a utilização de softwares Contábeis que permitem a escrituração, emissão de relatórios.	Combinação da teoria e prática; desenvolvimento de habilidades psicomotoras; uso de tecnologia.	Indisponibilidade de recursos tecnológicos; cuidado para que o aprendizado não se torne mecânico.
Palestras	Explicação de um profissional da área sobre um conteúdo, aliado a aplicação prática.	Motivação profissional; discussão com pessoa externa ao ambiente universitário.	Temas que não chamam atenção podem desmotivar os alunos; assunto muito técnico pode causar dispersão.
Discussão e debate	Orientação da classe para que ela mesma realize, em forma de cooperação intelectual, o estudo da unidade em foco	Desenvolvimento da visão crítica e capacidade de interpretação.	Falta de habilidade didática do professor pode gerar fuga dos objetivos e não participação dos alunos.
Resolução de exercícios	Estudo ativo que proporciona ao aluno aprender com a prática.	Aplicação da matéria na resolução de problemas	A repetição pode provocar desmotivação.

Fonte: Neves Junior e Rocha (2010).

processo de aprendizagem, não sendo ele a única fonte de informações e conteúdos das disciplinas propiciando, assim, a formação de um sujeito reflexivo que seja capaz de analisar a realidade e construir seu conhecimento.

O alvo da metodologia ativa é o aluno, que se torna ativo no processo, devendo ser estimulado a analisar, refletir, verificar soluções e, enfim, tomar decisões (BARKES et al., 2010). Diferente das metodologias passivas (ou o modelo tradicional), as metodologias ativas têm o objetivo de fazer com que o aluno se transforme em um sujeito reflexivo, observando a realidade e construindo seu conhecimento (COTTA, 2013).

Como exemplo de metodologias ativas de ensino, pode-se citar como alguns exemplos os trabalhos em grupo, os jogos de empresa, as situações ou os problemas organizacionais, aprendizagem baseada em problemas, entre outros. Essas metodologias fazem com que o aluno pesquise nos meios disponíveis o que foi solicitado em sala de aula. Nessa busca, o aluno passa a compreender que a fonte de informações não é limitada ao professor coletando, assim, informações em diversos meios disponíveis (KRÜGER; ENSSLIN, 2013). Porém, apenas coletar as informações não é o suficiente para gerar conhecimento. Para isso, a informação deve ser analisada, interpretada, compreendida e refletida pelo aprendiz (CRUZ, 2008).

Veiga (2006) aponta que todo o ensino com base nas metodologias ativas deve ser precedido do trabalho com o professor, que deve inicialmente incentivar o estudo, explicar a matéria e orientar quanto aos procedimentos necessários para resolver os proble-

mas. Sob essa perspectiva, o trabalho do professor torna-se uma construção contínua pela mediação entre a teoria e a prática.

2.5 Laboratórios de pesquisa aliados ao Ensino no Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal Fluminense (ICHS - VR)

Leal e Borges (2016) afirmam que as aulas em laboratórios têm como objetivo a eficiência na aprendizagem. Para Maseto (2003), mesmo nesse tipo de metodologia, a abordagem teórica não poderá ser dispensada, mas pode gerar mais interesse e motivação dos aprendizes, fazendo com que eles aprendam de forma integrada com a realidade profissional podendo trazer conhecimento técnico para analisar as situações de maneira prática e de forma próxima a real.

O curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal Fluminense (ICSH-VR) tem como uma de suas metodologias de ensino a prática de laboratórios de aprendizagem e pesquisa integrados à disciplinas do curso. Entre eles, podemos citar o Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF), o Análise de Risco e Contabilidade Estratégica (Arconte) e o Seminário de Controladoria Estratégica (Seconte).

Conforme descrito no sítio da Receita Federal (2018), “os NAFs, Núcleos de Apoio Contábil e Fiscal são como “escritórios” vinculados às Instituições de Ensino Superior (IES), nos quais é oferecida assistência tributária e fiscal.” O laboratório é formado por estudantes regulares do curso de Ciências Contábeis da UFF.

O Arconte é um grupo de pesquisa, organizado pelo professor dr. Júlio Cândido de Meirelles Júnior, vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) na área de Análise de Risco e Controladoria Estratégica. Segundo o sítio do CNPq (2018), “o núcleo privilegia as ações do labora-

tório de Contabilidade do departamento, a geração, divulgação e uso da informação contábil pelos usuários das instituições e outras organizações”. Tem como objetivo unir um grupo de pesquisadores para a realização de pesquisas científicas nas áreas de conhecimento embarcadas pelos pesquisadores do departamento de Ciências Contábeis.

Já o Seconte é o Seminário de Controladoria Estratégica realizado anualmente na Universidade Federal Fluminense (ICSH – VR) e é organizado pelo grupo que integra o Arconte e coordenado pelo professor dr. Júlio Cândido de Meirelles, com o objetivo de apresentar a visão da Controladoria Estratégica como uma realidade empresarial. O Seminário é aberto tanto para os alunos quanto para a comunidade local que se interesse em participar.

3. Procedimentos Metodológicos

A pesquisa realizada teve uma abordagem qualitativa, já que o objetivo era compreender o fenômeno na totalidade e captar o contexto em que está inserido e sua interpretação (CRESWELL, 2007).

Quanto ao objetivo, pode ser caracterizada como exploratório-descritiva, já que buscou uma maior compreensão sobre o tema e, adicionalmente, expôs as características de uma determinada população ou fenômeno, demandando técnicas padronizadas de coleta de dados como questionários, etc. (GIL, 2008).

Trata-se também de uma pesquisa de campo, que buscou conhecer a opinião dos alunos do Curso de Graduação em Ciências Contábeis do Campus Volta Redonda da Universidade Federal Fluminense sobre as diferenças entre metodologia de ensino-aprendizagem ativa e tradicional.

Para responder à questão de pesquisa, a coleta de dados foi efetuada por meio de questionário construído para esta finalidade. Gil (2008) define “questionário como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, [...]”. O questionário em questão continha perguntas fechadas com escala de intervalo.

A amostra do estudo foi composta de 49 alunos matriculados entre o 4º e 8º períodos do curso de graduação em Ciências Contábeis do ICHS – VR, por já estarem na metade do curso, e assim já terem tido contato com diversos tipos de estratégias de ensino.

4. Apresentação e Análise dos Dados Coletados

As metodologias descritas no Quadro 1 foram utilizadas para compor o questionário aplicado aos alunos.

No questionário foram descritas as metodologias, seguidas de duas colunas em que o estudante deveria atribuir uma pontuação de 1 a 10, sendo a primeira coluna utilizada para avaliar o nível de utilização da estratégia de ensino descrita pelos docentes, e a segunda coluna o nível de contribuição da estratégia na aprendizagem do estudante.

Huang e Paes (2009) orientam que “para testar a igualdade entre duas médias, o teste t de *student*, seria o mais apropriado por ser um teste paramétrico, o que nos dá maior poder estatístico e, conseqüentemente, maior confiabilidade dos resultados. [...] o teste supõe independência e normalidade das observações”. (HUANG; PAES, 2009).

Assim, foi utilizado o teste t pareado (para grupos dependentes) para analisar as diferenças entre as médias do nível de utilização de cada estratégia de ensino pelos docentes e o nível de contribuição dessas estratégias do ponto de vista do estudante, como pode ser observado no Gráfico 1.

Foram utilizados os seguintes critérios para avaliar os resultados do gráfico: níveis com notas entre 0 e 3 foram considerados baixos; entre 3 e 7 foram considerados médios, e entre 7 e 10 foram considerados altos.

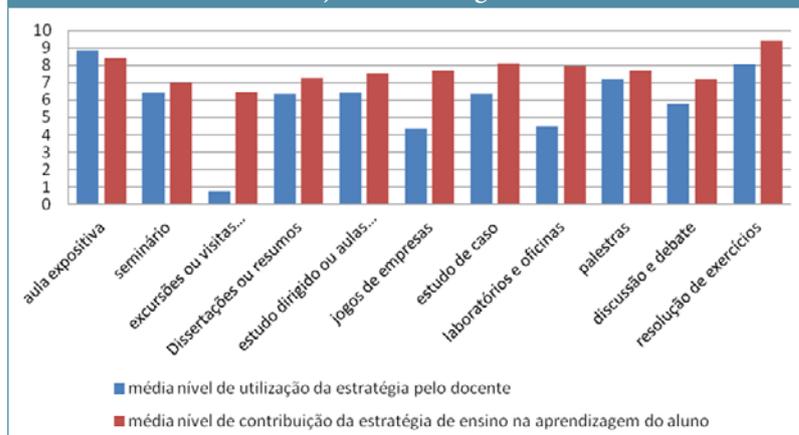
Pode-se observar que a maioria das metodologias é bastante aproveitada pelos docentes, que se utilizam de variadas estratégias de ensino.

Ainda segundo o teste t pareado realizado, chegou-se às seguintes conclusões em relação às médias (Quadro 2).

Analisando o Quadro 2 em conjunto com o Gráfico 1, pode-se perceber que poucas estratégias de ensino têm nível de utilização e nível de contribuição que podem ser consideradas equivalentes.

Dos métodos considerados tradicionais, as aulas expositivas são o método mais utilizado pelos docentes, e sua relevância para a aprendizagem também foi considerada muito alta pelos estudantes. Outro método tradicional que compôs a pesquisa são as palestras, que são um método não tão utilizado quanto às aulas expositivas, porém ain-

Gráfico 1– Comparação das médias do nível de utilização e nível de contribuição de estratégias de ensino



Fonte: elaborado pelos autores com dados da pesquisa.

Quadro 2 – Relação entre médias por método

Método	Relação entre médias
Aula Expositiva	Médias estatisticamente iguais
Seminário	Médias estatisticamente iguais
Excursões ou visitas (estudo do meio)	Médias estatisticamente diferentes
Dissertações ou resumos	Médias estatisticamente diferentes
Estudo dirigido ou aulas orientadas	Médias estatisticamente diferentes
Jogos de empresas	Médias estatisticamente diferentes
Estudo de caso	Médias estatisticamente diferentes
Laboratórios e oficinas	Médias estatisticamente diferentes
Palestras	Médias estatisticamente iguais
Discussão e debate	Médias estatisticamente diferentes
Resolução de exercícios	Médias estatisticamente diferentes

Fonte: elaborado pelos autores com dados da pesquisa.

“As aulas expositivas, que são consideradas parte do método tradicional de ensino, são ainda as mais utilizadas entre os docentes, seguidas de estudo de caso e laboratório, que são as grandes contribuições para o aprendizado na visão dos alunos.”

da assim com um nível de utilização considerado elevado. Esse método também foi considerado de alta contribuição para a aprendizagem pelos estudantes.

Entre os métodos ativos de ensino, somente os seminários obtiveram utilização e relevância similares para a aprendizagem, com uma pontuação mediana. Os métodos de dissertações ou resumos, estudos dirigidos ou aulas orientadas e discussão e debate tiveram níveis de utilização medianos, porém o nível de contribuição para aprendizagem foi avaliado como alto. Nos métodos de jogos de empresas e laboratórios e oficinas, o nível de utilização ficou muito abaixo do nível de contribuição para aprendizagem. O método de estudo do meio apresentou uma discrepância ainda maior entre as médias, sendo sua utilização considerada quase inexistente, mas com um grau de relevância significativa-

tivo para os alunos. Os estudos de casos foram considerados usados com uma frequência média, mas foram considerados muito importantes para os estudantes. Já a resolução de exercícios obteve a maior pontuação para contribuição de ensino, e também uma alta pontuação para utilização.

5. Conclusão

A pesquisa descreveu as metodologias de ensino adotadas em sala de aula e proporcionou o entendimento de que as aulas expositivas e resolução de exercícios prevaleceram tanto em utilização quanto em contribuição para aprendizagem. As aulas expositivas, que são consideradas parte do método tradicional de ensino, são ainda as mais utilizadas entre os docentes, seguidas de estudo de caso e laboratório, que são as grandes contribuições para o aprendizado na visão dos alunos. Porém, a resolução de exercícios é considerada uma metodologia ativa de ensino, apresentando um grau de impacto

maior na aprendizagem, segundo os discentes e as demais se encontram em patamares semelhantes.

Percebe-se que os estudos anteriores em outras instituições se encontram na mesma linha desta pesquisa e pode-se observar que as metodologias tradicionais e ativas são complementares, segundo o ponto de vista dos estudantes que participaram nesse estudo, visto que ambas as metodologias apresentaram um grau elevado de contribuição para a aprendizagem. Portanto, não se trata de considerar que o método ativo deva substituir o método tradicional existente, mas, se trabalhados em conjunto, pode-se fortalecer e tornar mais eficaz o processo de ensino-aprendizagem.

A pesquisa apresentou contribuições que podem proporcionar melhoria do processo de ensino e aprendizagem e possibilitou descrever um perfil das preferências de aprendizagem nas percepções dos discentes, que permitirão aos professores ajustar as metodologias, bem como implementar novos métodos de estilos de aprendizagem.



6. Referências

- ALBUQUERQUE, C. Processo de Ensino – Aprendizagem: Características do Professor Eficaz. *Millenium, Journal of Education, thecnologies, and health*. 39: 55- 71.2010. Disponível em: <<http://revistas.rcaap.pt/millenium/article/view/8232>>. Acesso em: 21 mai. 2018.
- DIESEL, A.; BALDEZ, A. L. S.; MARTINS, S. N. Os princípios das metodologias ativas de ensino: uma abordagem teórica. *Revista Thema*. Volume 14. Nº. 1. Pagina 268 a 288. Disponível em: <<http://revistathema.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/viewFile/404/295>> Acesso em: 20 mai.2018.
- BARBOSA, E. F.; MOURA, D. G. de. *Metodologias ativas de aprendizagem na educação profissional e tecnológica*. B. Tec. Rio de Janeiro, v. 39, n.2, p.48-67, maio/ago. 2013. Disponível em: http://www.senac.br/media/42471/os_boletim_web_4.pdf. Acesso em: 10 de jan. 2019.
- BERBEL, N. A. N. As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes. 2011. *Revista Semina: Ciências Sociais e Humanas*. Disponível em: <http://www.proiac.uff.br/sites/default/files/documentos/berbel_2011.pdf>. Acesso em 23 mai 2018.
- BORGES, T. S.; ALENCAR, G.. As metodologias ativas na Promoção da Formação crítica do estudante: o uso das metodologias ativas como recurso didático na formação crítica do Estudante do Ensino Superior. *Cairu em Revista*. jul/ago 2014, Ano 03, nº 04, p. 1 19-143. Disponível em: <<https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/napecco/Metodologias/Metodologias%20Ativas%20na%20Promocao%20da%20Formacao.pdf>>. Acesso em 23 mai 2018.
- BRASIL, LEI 9394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996, *Lei de Diretrizes e Bases da Educação*. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l9394.htm>. Acesso em 10 jun 2018.
- _____, Ministério da Fazenda, Receita Federal. *Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal*. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <<https://idg.receita.fazenda.gov.br/aceso-rapido/direitos-e-deveres/educacao-fiscal/apoio-contabil-fiscal/2018>>. Acesso em 30 jun 2018.
- CHIARELLA, T. *et al* . A Pedagogia de Paulo Freire e o Processo Ensino-Aprendizagem na Educação Médica. *Revista Brasileira de Educação Médica*. Rio de Janeiro, v. 39, n. 3, p. 418-425, set 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_ar55022015000300418&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17 mai 2018.
- CITTADIN, A.; Santos, A. P.; Giassi, M. L. F. G.; GIASI, D. *O uso de metodologias ativas no ensino da contabilidade de custos*. Disponível em: < <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/viewFile/4042/4043>> Acesso em 18/01/2019. XXII Congresso Brasileiro de Custos – Foz do Iguçu, PR, Brasil, 11 a 13 de novembro de 2015
- COGO, A. L. P. Cooperação versus colaboração: conceitos para o ensino de enfermagem em ambiente virtual. *Revista Brasileira de enfermagem*. Brasília, v. 59, n. 5, p. 680-683, out 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&71672006000500016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 jun 2018.
- CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO – CNPQ. na área de Análise de Risco e Controladoria Estratégica. *Grupo de pesquisa ARCONTE*. Disponível em: < <http://dgp.cnpq.br/dgp/>> Acesso em mai 2018.
- COTTA, R. M. M. *et. al*. Construção de portfólios coletivos em currículos tradicionais: uma proposta inovadora de ensino-aprendizagem. *Ciência & saúde coletiva*. Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 787-796, Mar. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pi81232012000300026&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 mai 2018.
- FREITAS, D. A. *et. al*. Saberes docentes sobre processo ensino-aprendizagem e sua importância para a formação profissional em saúde. *Interface: comunicação, saúde e educação*. (Botucatu); 20(57):437-48. 2016.
- GIL, A. C. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GOMES, J. S. *O Método de Estudo de Caso Aplicado à Gestão de Negócios*. São Paulo: Atlas, 2006.
- Gomes, S. J. (org.). *Métodos de ensino em cursos superiores de Ciências Contábeis*. Conselho Regional de contabilidade do Rio de Janeiro.(2013). Disponível em: < <http://www.crc.org.br/images/publicacoes/metodos.pdf>> Acesso em: 10/01/2018.

HUANG, G., PAES, A. T. *Por dentro da estatística*. Einstein: Educ Contin Saúde. 2009;7(2 Pt 2): 63-4. Disponível em: <<http://apps.einstein.br/revista/arquivos/PDF/1390-EC%20v7n2p63-4.pdf>>. Acesso em: 30 jun 2018.

KUBO, O. M.; BOTOMÉ, S. P. Ensino-aprendizagem: uma interação entre dois processos comportamentais. *Interação em Psicologia*. Curitiba, v. 5, dez 2001. ISSN 1981-8076. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/3321>>. Acesso em: 01 jun 2018.

KRÜGER, L. M.; ENSSLIN, S. R. *Método Tradicional e Método Construtivista de Ensino no Processo de Aprendizagem: uma investigação com os acadêmicos da disciplina Contabilidade III do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina*. Portal Metodista de periódicos científicos e acadêmicos. , n. 18 (2013). Disponível em: < https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/OC/article/view/4306/pdf_82> Acesso em: 01 mai 2018.

LIMA, V. V. Espiral construtivista: uma metodologia ativa de ensino-aprendizagem. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*. Volume 21 Nº 61, 2017, Botucatu: UNESP p. 421 – 434.

LIMA, M. S. L.; BRAGA, M. M. S. C. Relação ensino-aprendizagem da docência: traços da Pedagogia de Paulo Freire no Ensino Superior. *Educar em Revista*. Curitiba, Brasil, n. 61, p. 71-88, jul./set. 2016

MADUREIRA, N. L.; SUCCAR JR, F.; GOMES, J. S. Estudo sobre os métodos de ensino utilizados nos cursos de ciências contábeis e administração da universidade estadual do Rio de Janeiro (UERJ): a percepção de docentes e discentes. *Revista de Informação Contábil*. v. 5, n. 2, p. 43-53, 2011.

MANUEL, K. B.; SILVA, A. C. R.; CRUZ, T. S.; CAVALCANTI, I. T. N. *Metodologias de ensino em contabilidade: percepção de discentes brasileiros e angolanos*. 2º Congresso UNB de Contabilidade e Governança. Disponível em: < <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/22944/3/ARTIGO%20UNB%20APROVADO.pdf>> Acesso em 15/01/2019. Brasília, 2016.

MARION, J. C. *Aspectos do Ensino da Contabilidade nos Estados Unidos*. Caderno de Estudos nº 07. São Paulo: FIPECAFI – Outubro 1992.

MASETTO, M. T. *Competência pedagógica do professor universitário*. São Paulo: Summus, 2003

MENDES, J. B. Utilização de jogos de empresas no ensino de Contabilidade: uma experiência no curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia. *Contabilidade Vista & Revista*. 11(3), 23-41. 2000

MIZUKAMI, M. G. N. *Ensino: as abordagens do processo*. São Paulo: EPU, 1986. (Temas básicos da educação e ensino)

NEVES JÚNIOR, I. J.; ROCHA, H. M. *Metodologia de Ensino em Contabilidade: Uma análise sob a Ótica dos Estilos de Aprendizagem*. XXXIV Encontro ANPAD 2010. Disponível em <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/epq1975.pdf>>. Acesso em 15 mai 2018.

PERIÓDICOS CAPES/MEC. *Metodologias ativas em Ciências contábeis*. Disponível em: < http://www-periodicos-capes-gov-br.ez24.periodicos.capes.gov.br/?option=com_INb2RIPWZhb_HNI_JmZyYmc9JnNjcC5zY3BzPXByaW1vX2NlbnRyYWxlbXVsdGlwbGVfZmUmdGFjPWRlZmF1bHRfdGFjJmN0PXNlYXJjaCZtb2RlPUNhcnR1bT10cnVlJmZlZm9MSZmblj1zZWYyZGm d m l k P U N B U E V T X 1 Y x & b u s c a R a p i d a T e r m o = m e t o d o l o g i a + a t i v a + c i % C 3 % A A n c i a s + c o n t % C 3 % A 1 b e i s> Acesso em 15/01/2019.

RANGEL, M. *Métodos de Ensino para a Aprendizagem e a Dinamização das Aulas*. 2 ed. – São Paulo:Papirus, 2005.

RECEITA FEDERAL. *Núcleo de Apoio Contábil Fiscal*. Disponível em: < <http://idg.receita.fazenda.gov.br/aceso-rapido/direitos-e-deveres/educacao-fiscal/naf>> Acesso em 10 de mai 2018.

RIBEIRO, H. C. M. Contribuição do congresso usp ao estudo da área temática controladoria e contabilidade gerencial: Uma bibliometria. *Race: revista de administração, contabilidade e economia*. São Paulo: Unoesc, 2013, p. 709-746

SANTOS, J. ; MEIRA, K. C. Operações de pensamento e estratégias de ensino: relações e complexidade como uma alternativa para tomada de decisão na dinâmica dos processos de ensino-aprendizagem. *Revista Eletrônica Gestão & Saúde*. Vol. 6 (Supl. 3) p.2024-38. 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – *Ciências Contábeis Volta Redonda – NAF – Edital de Convocação_2018 – 1*. Disponível em <http://cienciascontabeisvr.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/114/2018/01/Edital-NAF_2018-1.pdf> Acesso em 29 jun 2018.

VALENTE, J. A. *Aprendizagem Ativa no Ensino Superior: A Proposta da Sala de Aula invertida*. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 4/2014, p. 79-97. Editora UFPR. Disponível em <http://www.pucsp.br/sites/default/files/img/aci/27-8_aguardar_proec_textopara280814.pdf>. Acesso em 20 mai 2018.

VEIGA, I. P. A. *Didática: O ensino e suas relações*. 12 ed. Campinas: Papyrus, 2006.

VYGOTSKY, L. S. *A Formação Social da Mente*. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
